

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RENATO BERNARDO DA SILVA

RELAÇÕES DE SABER-PODER NO PRONUNCIAMENTO DE POSSE DA
PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Uberlândia

Dezembro de 2013

RENATO BERNARDO DA SILVA

**RELAÇÕES DE SABER-PODER NO PRONUNCIAMENTO DE POSSE DA
PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação protocolada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Cursos de Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Linguagem, Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos

Uberlândia

Dezembro de 2013

RENATO BERNARDO DA SILVA

**RELAÇÕES DE SABER-PODER NO PRONUNCIAMENTO DE POSSE DA PRESIDENTE
DILMA ROUSSEFF**

Dissertação de Mestrado intitulada: **Relações de Saber-Poder no Pronunciamento de Posse da Presidente Dilma Rousseff**, de autoria do mestrando Renato Bernardo da Silva, apresentada para a comissão constituída pelos seguintes professores:

Uberlândia, 12 de dezembro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Bosco Cabral dos Santos (Orientador) – UFU

Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza – UFG

Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo – UFU

Profa. Dra. Dilma Maria de Mello
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística
UFU – Universidade Federal de Uberlândia

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos, orientador, pela percepção intelectual aguçada e, sobretudo, pela admirável e instigante inteligência dedicada ao campo dos Estudos do Texto, Língua, Discurso e Linguagem. Percepção e inteligência que possibilitaram uma gigantesca desconstrução.

À Banca de Qualificação composta pela Profa. Dra. Cristiane Carvalho de Paula Brito, Profa. Dra. Maria de Fonseca Guilherme, Profa. Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni Dndo. Gílber Martins Duarte pelas indagações, multiplicidade de sentidos, incongruências e florescimento de novas ideias.

Aos integrantes do Laboratório de Estudos Polifônicos desta Universidade (LEP/UFU) pelas interlocuções, esclarecimentos e debates sempre em alto nível de respeito e diligência.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos desta Universidade (PPGEL/UFU) pelo enriquecimento intelectual sobre o campo da Linguagem.

À Profa. Dra. Maria Inês Vasconcelos Felice, cujo pensamento denota a Avaliação como estratégia de inclusão social.

Ao corpo secretariado do PPGEL/UFU na figura de: Lorena, Maria José, Maria Virginia e Tainah, que jamais recusaram um atendimento com presteza, agilidade e total competência.

Aos amigos Adélia, Ednamar e Marcen pelo apoio profissional que sempre aconteceu de maneira incondicional.

Aos alunos do PPGEL/UFU pela amizade, esclarecimentos e a possibilidade de conhecer novas áreas de conhecimento que versam sobre a Linguagem.

Aos Gigantes: papai, mamãe, irmão (J), irmão (JS) e esposa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Considerações Gerais.....	10
Problematização, Justificativa e Objetivos.....	10
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEXTO PRESIDENCIAL.....	20
1.1 Um Impasse.....	20
1.2 Possibilidade de Análise sobre o Pronunciamento Presidencial.....	20
1.3 Trabalhos Acadêmicos.....	22
1.4 Contribuição para o Ensino de Leitura e Interpretação de Texto.....	24
CAPÍTULO 2 - CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL DE POSSE DE DILMA ROUSSEFF.....	27
2.1 Batalhas Internas.....	27
2.2 Conjuntura Política Anterior ao Pronunciamento de Posse.....	31
2.3 Governo de Continuidade.....	36
2.4 Da Autoria.....	40
CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES DE SABER-PODER NO PRONUNCIAMENTO DE POSSE DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF.....	44
3.1 Fundamentação Teórico-Metodológica.....	44
3.2 Enunciado e Discurso.....	45
3.3 Saber-poder e Educação Profissional.....	52
3.4 Disciplina, Biopoder e Sistema de Saúde.....	65
3.5 Funcionamento do Tabu.....	74
3.6 Sujeito: Uma Recusa Subjetiva.....	80
3.7 Sujeito e Ideologia.....	87
3.8 Michel Pêcheux e Michel Foucault: Um Alinhamento Politizado.....	89
3.8.1 Saber-poder e Ideologia: Crescimento da Classe Média Brasileira.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	112
ANEXO: Corpus da Pesquisa.....	116

RESUMO

Este trabalho dissertativo problematiza a relação saber-poder no Pronunciamento de Posse de Dilma Rousseff, ocorrido no Congresso Nacional Brasileiro no dia 01 de janeiro de 2011. Para balizar a problematização, foi utilizado o seguinte referencial teórico: *As Palavras e as Coisas* (1966), *Arqueologia do Saber* (1969), *A ordem do discurso* (1970) e *Microfísica do Poder* (1979), para pensar sobre quatro temas abordados pelo Pronunciamento de Posse. A escolha pelos temas ocorre em função de sua vitalidade e relevância desempenhada para constituir a vida e também, por ser capaz, pujantemente, de tramá-la. A educação, primeiro tema, foi compreendida por esta dissertação como um espaço fértil para o exercício de controle sobre o estudante brasileiro, mediante o estímulo, realizado pelo texto presidencial, para que o jovem estudante se insira na educação profissional. O segundo tema, saúde pública, é abordado pela via estratégica da disciplina do corpo, que tem por finalidade atingir o movimento (ação) do indivíduo e pelo biopoder, responsável pelo estratagema de equilíbrio e preservação de grandes populações. As duas estratégias funcionam para produzir comportamentos e regulamentar a vida. O terceiro tema descreve o funcionamento do tabu a partir dos vocábulos “brasileiros” e “brasileiras”, como uma interdição planejada, a fim de dominar futuras retaliações advindas da base aliada do governo federal. O quarto e último tema fundamenta-se no crescimento da classe média brasileira geradora de consumo alienado. Por esses quatro pilares, há o atravessamento da relação saber-poder que emerge no Pronunciamento Presidencial e faz funcionar táticas de adestramento social, de modo que a população brasileira fique sedenta por um sistema educacional eficiente; voraz por um sistema hospitalar garantidor da preservação e cura da vida; padronizada pela circulação do tabu; e admirada com a falsa ideia de ascensão econômica. Nesse contexto, um sujeito de saber-poder circunscreve o Pronunciamento Presidencial de Posse produzindo individualidade comum, subordinada e fácil de ser capturada pelas malhas do saber-poder.

Palavras-chave: Sujeito; Relação de saber-poder; Educação; Saúde, Tabu; Classe Média.

ABSTRACT

This dissertation aims at approaching the relation wisdom-power in Dilma Rousseff's Take-Office Speech in National Congress in January, 1st, 2011. As theoretical support it was taken Foucault's pieces (*As palavras e as coisas*, 1966; *Arqueologia do saber*, 1969; *A ordem do discurso*, 1970; and *Microfísica do Poder*, 1979). Analysis has emerged considering four themes taken as focus for examining such speech. Reasons for choices are justified considering their emphasis and relevance in life conception and intercourse. Education, the first one, profitable space to engage in a controversy, a kind of control in Brazilian students, stimulating their insertion in a professional education. State Healthy, the second one, strategically approached through Body Discipline, aiming at reaching individual movement (action) and also by biopower, responsible by a stratagem of equilibrium and preservation of population. Both strategies work to produce behaviors and regulate life. The notion of taboo, the third theme, was thought from the use of the vocative "brasileiros" and "brasileiras", working as a planned interdiction, in order to escape from future retaliations from government alliances. Media Class Growing, the last theme, is founded in the premise of alienated consume. By these themes, there is a crossing from the relation wisdom-power which emerges from Presidential Speech, working as social training tactics. Thus, Brazilian population becomes sick of an efficient educational system; a hospital system which makes sure life cure and preservation; a patterned taboo circulation and an illusion of economic ascension. In this context, a wisdom-power subject inscribes presidential take-office speech as a common individuality, subordinated and easy to be captured by wisdom-power nets.

Keywords: Subject, wisdom-power relations; Education; Healthy; Taboo; Media Class.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder.” (FOUCAULT, 1995)

“O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. [...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder.” (FOUCAULT, 1979)

“[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1970)

INTRODUÇÃO

Considerações Gerais

Este trabalho constitui a dissertação final denominada “Relações de saber-poder no Pronunciamento de Posse da Presidente Dilma Rousseff”, realizada no Programa de Pós-graduação – Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia.

Pretende-se explicitar a problematização, a justificativa e os objetivos que nortearam a confecção desta dissertação. Deseja também apresentar a fundamentação teórico-analítica em que a pesquisa se estrutura e, por fim, intenciona-se emergir sentidos, bem como apontar opiniões que sirvam de estratégias contra a exorbitante força exercida pela relação saber-poder.

A análise do Pronunciamento de Posse foi expressa juntamente com a teoria, elas foram imbricadas, demonstrando que o discurso político engendra mecanismos de controle e funciona como um espaço de regulamentação social.

Problematização, Justificativa e Objetivos

O trabalho acadêmico ora apresentado é uma problematização sobre o Pronunciamento de Posse da Presidente Dilma Rousseff realizado no dia 1º de janeiro de 2011 no Congresso Nacional, na capital Brasília-DF, às 16h e 55 min. O Pronunciamento aos congressistas é uma exigência institucional e diplomática criada no início do período democrático brasileiro, em 1990.

A problematização gira em torno da relação inerente entre saber e poder que funciona no interior do Pronunciamento Presidencial de Posse. O Pronunciamento é um espaço discursivo para o aparecimento e circulação infinita dessa relação e, consequentemente, produz implicações para a constituição de sujeitos discursivos.

O Pronunciamento Presidencial será compreendido, neste trabalho dissertativo, como um espaço que emergiu na história, com vistas a circular, incitar o adestramento,

o controle e as lutas que ocorrem em busca de uma questão interpelativa relevante nos estudos de Foucault: “quem somos nós?”

Considerando a problematização desta dissertação e a pergunta foucaultiana, é possível responder que “somos” sujeitos de saber-poder permeados de desejos que estando à procura de: um sistema educacional de qualidade; vorazes por sistema hospitalar eficiente que atenda todas as enfermidades desde a reabilitação à cura; sujeitos de sexualidade; e, profundamente, sujeitos marcados pela ânsia de poder aquisitivo.

Esses quatro temas, circunscritos pelo sujeito de saber-poder e presentes no Pronunciamento Presidencial, são assuntos de extrema relevância para os brasileiros, pois são responsáveis pelo nascimento, preservação, controle e dominação da vida humana, isto é, são temas que mantêm a continuidade da existência humana e repleto de saber-poder.

Tal binômio reconhece na educação, na saúde, na sexualidade e no poder aquisitivo ambientes propícios para o exercício de força que tem como escopo o controle, o adestramento, a manipulação e a dominação da existência da vida.

O sistema educacional, primeiro tema, é o ambiente em que é possível adquirir uma formação intelectual e profissional a ser exercida no mercado de trabalho, local de preservação da vida, uma vez que a profissionalização garante trabalho e alimentação para a preservação da própria vida.

O segundo tema fundamenta-se pelo sistema de saúde. Um complexo hospitalar eficiente comporta o nascimento da vida com segurança, preserva-a contra qualquer anomalia que a medicina humana possa combater. Nesse caso, a saúde funciona como um espaço que pode garantir a vida e ao mesmo tempo controlá-la.

A multiplicidade de sexualidade, terceiro tema, é anunciada como assunto íntimo, não por discrição natural, mas por ser um tema tratado pela ótica do saber-poder com ares de impureza, errôneo, preconceito, em suma, tabu.

O quarto e último tema gira em torno do crescimento econômico da classe média brasileira. A ampliação do poder financeiro permitiu a compra de eletrodoméstico, carros e imóveis, entretanto, funcionou como adestramento ao consumo alienante

capaz de incitar desejos de compra e determinar o comportamento de grande parte dos brasileiros.

Aliando a face ardilosa dos supracitados temas e seus benefícios à vida, é razoável compreendê-los como espaços recorrentes de batalhas, disputa, lutas, formação de estratégias, pois tramam e controlam a vida, mediante o exercício infinito do saber-poder.

O exercício incomensurável desse binômio tem a definição de saber, segundo Michel Foucault (2000), não como uma somatória de conhecimentos, mas um conjunto de elementos que são identificados por objetos, tipos de formulações, conceitos e escolhas teóricas formadas por uma mesma positividade (análise discursiva dos saberes) e que encontra no discurso um lugar de aparecimento.

O poder, por sua vez, em consonância com Foucault (1995), tem seu delineamento por relações, isto é, no exercício de poder como uma ação sobre a ação dos outros, como um conjunto de ações que induzem e se respondem umas às outras, diametralmente oposto, ao regime de poder centralizado na figura da Monarquia, mas fluído em uma constante e ininterrupta relação de poder.

Esse binômio teórico estabelece um correlato de tal maneira que saber produz poder, que por sua vez propaga mais saber e poder. A simbiose gera uma associação de interdependência e de produtividade em funcionamento por todo corpo social. Em conformidade com essa associação é permitida à adoção do termo relação de saber-poder.

Tal relação de saber-poder encontra espaço no Pronunciamento Presidencial de Posse para produzir sujeitos de saberes e poderes legitimados socialmente e com caráter de verdade, já que o Pronunciamento obedece à posição hierárquica de mais alto grau de um país intitulado democrático, a de Presidente da República.

Foucault, além de esboçar o poder como uma relação de poder de uns sobre os outros, descreve também o *poder* ramificado nas instituições sociais e de ordem consensual. Para o teórico, o discurso não funciona a promover violência, mas um campo de negociação, um espaço de guerras subjacentes, como forma de convencer o interlocutor.

O teórico acrescenta também, ao poder da consensualidade, a característica de disciplina e biopoder. Esta tem como consequência prática a promoção da vida humana e a instauração da norma. Ou seja, um poder dessa ordem tem como tarefa a garantia e longevidade da vida, usando mecanismo de regulação sobre ela, como incitar o cuidado da saúde do brasileiro, a fim de que a morte não aconteça e, como consequência, a vida possa perdurar até o limite. O escopo dessa diligência não é a qualidade da saúde do brasileiro, mas uma tecnologia de regulação das grandes populações.

A disciplina não deseja atingir grandes coletividades. O papel a ser desempenhado é focar na ação do indivíduo, brasileiro, ampliando sua força de produção e domesticar os movimentos para atingir um alto grau de rapidez e eficiência. Adestrando os movimentos, o tempo e o espaço do brasileiro são capturados pelas instituições, e é possível alienar o brasileiro para que ele não tenha consciência da trama belicosa que sua vida está submetida dentro das instituições de saúde.

A opção pela teoria foucaultiana decorre dessa sofisticação existente nas relações de saber-poder para a concatenação do sujeito discursivo. Segundo Foucault (1995), o poder não está centralizado no Estado, mas disseminado em todo o corpo social: escola, hospital e instituições econômicas. Essa descentralização permite a denominação “Microfísica do Poder”, na medida em que age e está em diversas instituições sociais que circunscrevem os indivíduos para constituí-los em sujeitos.

O tema figurado pelas relações de saber-poder no discurso presidencial de Dilma Rousseff exige reflexão e problematização, pois revela o funcionamento e as estratégias usadas pela candidata para governar o país. De forma mais específica, como um pronunciamento presidencial pode constituir sujeitos e sentidos associados à saúde, à educação, à sexualidade e à ampliação da classe média e promover controle sobre a vida dos brasileiros.

As relações de saber-poder, disciplina e o biopoder a que são submetidas à população brasileira, mediante texto presidencial, podem ser consideradas como tecnologias de poder simples, fácil de ser identificadas, entretanto, muitos brasileiros desconhecem seus estratagemas, e por essa via de desconhecimento este trabalho se justifica.

Conhecer o comportamento, a localização, o funcionamento, o ponto de aplicação e os resultados dessas tecnologias no meio social, e principalmente, no interior de um Pronunciamento Presidencial de Posse, podem ser avaliados como um conhecimento trivial a ser abordado com pouca ênfase.

Pode-se achar até banal e, sobretudo, óbvio que a disciplina adestra-domina-controla os indivíduos e o biopoder administra os anseios das grandes populações, assim como as relações de saber-poder são poderes a ser exercidos uns sobre os outros.

Contudo, os intitulados pela sociedade como fracassados/imperfeitos, tais como: seres humanos pobres, empresários falidos que não conseguem restabelecer o mesmo padrão de vida; gays, lésbicas, transexuais, travestis por terem uma orientação sexual diferente da cultuada socialmente; brasileiros que estudam em escolas precárias; e são assistidos por uma saúde sucateada, podem se fortalecer após compreender o funcionamento do saber-poder que sempre orquestra controle sobre a vida.

Embora a maioria da sociedade admita o saber-poder como simples e óbvio, não consegue associar que parte dos males sofridos – educação precária, saúde sucateada, sexualidade petrificada - advém de uma sociedade altamente controladora e administrada por esse binômio, e que esses males são resultados da invenção, da conjectura, da elaboração racional de uma nova forma de saber-poder produzida no meio social.

É fato que o poder sempre existiu, não é a primeira vez, certamente, que a vida é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes do saber-poder; em qualquer sociedade, a vida está presa no interior de poderes muito bem orquestrados produzindo adestramento em toda a sociedade.

Conhecer o funcionamento/natureza das relações de saber-poder, da disciplina, do biopoder é uma forma de se armar. É uma forma de estar ciente contra quem lutar, reconhecer os pontos de aplicação do poder imersos na sociedade, e de forma especial, uma maneira de calcular-se diante da vida produzida no Pronunciamento Presidencial de Posse.

Além dos estudos foucaultianos, outro elemento teórico está vinculado a este trabalho; é o conceito de ideologia proposto por Michel Pêcheux. Este apresenta a

ideologia como uma produtora de evidências responsável em padronizar e mascarar o sentido das palavras. Nesse sentido, Pêcheux (1997) adota o sujeito discursivo interpelado pela ideologia.

A união desses pensadores é quase impossível, pois cada um possui uma epistemologia diferenciada: Foucault com o Sujeito da analítica do poder e Pêcheux com o Sujeito de classes, porém é possível produzir um alinhamento entre o sujeito do saber-poder e o sujeito da ideologia, uma vez que figuram teorias que questionam a realidade excludente e almejam transformações no interior da sociedade. Nesse sentido, o alinhamento de Pêcheux e Foucault, neste trabalho, é justificado por empreenderem pensamentos politizados, ou seja, fomentadores de reconhecimento de deveres e estimuladores de direitos, tais como: acesso aos bens econômicos, educacionais, culturais e de saúde.

O ato de alinhá-los direciona para escolha de uma Análise do Discurso (AD) associada aos estudos produzidos na França, que tem como proposta atribuir ao Discurso o caráter de acontecimento e dispersão, espaço permeado e manifestador de saber, poder, ideologia. Essa AD confere ao discurso uma multiplicidade de sentidos. Tal pilar permite produzir interpretações que fazem emergir perigos, tramas, batalhas, beligerância associados aos discursos políticos e sua trama para constituir subjetividades a uma grande parte dos brasileiros.

Por fim, o objetivo geral para este trabalho acadêmico é problematizar as relações de saber-poder no Pronunciamento de Posse de Dilma Rousseff e as implicações desse binômio teórico na formação de sujeitos discursivos que são colocados em funcionamento.

Aderindo-se ao objetivo geral, os objetivos específicos foram construídos para: i) descrever, analisar e interpretar saberes e enunciados que apontam para educação, saúde, relações homoafetivas e ascensão social; ii) delinear o funcionamento do poder como elemento de constituição do sujeito discursivo; e iii) descrever, analisar e interpretar o exercício do binômio saber-poder sobre a vida dos trabalhadores brasileiros.

Unindo a problematização, a justificativa e os objetivos, este trabalho acadêmico pode ser ilustrado em três capítulos orquestrados da seguinte forma.

O capítulo 1 explicita considerações sobre o texto presidencial e já na seção 1.1 demonstra que a abordagem sobre o funcionamento do poder nos estudos foucaultianos foi construída para pensar a sociedade do século XVII a XIX, mas isso não impede que o estudo possa ser usado para pensar o Pronunciamento de Posse, publicado no século XXI, pois nele é possível encontrar efeitos de poder aos moldes do pensamento foucaultiano.

A seção 1.2 aponta que esta dissertação poderia selecionar dois temas relevantes de pesquisa. Um abordaria a inédita conquista feminina: Dilma Rousseff é a primeira mulher a conquistar a Presidência da República Brasileira. O outro tema poderia ser a liberdade de imprensa ou liberdade religiosa. Entretanto, esta dissertação decidiu pelo funcionamento do saber-poder e suas formas de controle social.

A produção de dois trabalhos acadêmicos compõe a seção 1.3. O primeiro trabalho, Figueiredo & Verzola (2012), analisou a capacidade de Dilma Rousseff conquistar a confiança do auditório (nação brasileira) para o qual se dirigia e de construir uma imagem de governante honesto. O segundo, Oliveira (2010) estudou a organização semântica do texto de posse. Para tal, utilizou as categorias de referência (designar), predicação (qualificar o verbo) e aspectualização (característica das predicações).

A quarta e última seção 1.4 apresenta a contribuição deste trabalho dissertativo ao ensino de leitura e interpretação de textos políticos. A contribuição pode ser resumida pela demonstração das novas artimanhas de controle social veiculadas textualmente. Ciente das estratégias políticas, o (a) estudante poderá ampliar o raio de leitura e interpretação.

O capítulo 2 aborda as condições de possibilidade do Pronunciamento Presidencial de Posse. A seção 2.1 intitulada “Batalhas Internas” considera pertinente trazer uma sabotagem, explicitada por Ribeiro (2012), dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), ocorrida em 2010, entre dois grupos: o grupo liderado por Antonio Palocci e Rui Falcão elabora uma sabotagem contra o grupo composto por Fernando Pimentel e Luiz Lanzetta, proprietário da empresa Lanza Comunicações, responsável pelas atividades concernentes às relações públicas e de assessoria de imprensa, durante o período de campanha presidencial de Dilma Rousseff. O grupo de Palocci e

Falcão vinculou boato de produção de dossiê para prejudicar o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

O objetivo era incitar imprensa digital a publicar em rede nacional que a empresa Lanza Comunicações havia contratado serviços de espionagem para grampear ligações telefônicas de José Serra, candidato à Presidência da República pelo PSDB. Esse episódio de embates revela que antes de ser elaborado com a intenção de obter a paz, o Pronunciamento Presidencial tem como condição de produção lutas, disputas, batalhas travadas dentro do Partido dos Trabalhadores.

A seção 2.2 “Conjuntura Política Anterior ao Pronunciamento de Posse” descreve uma disputa para além da administração interna petista. O embate teve como mote o modo de gestão presidencial realizado pelo PT e PSDB ao ocuparem o posto de agente público mais importante desse país, o de Presidente da República.

A Social Democracia Brasileira balizou sua gestão nas práticas neoliberais, ação reduzida do Estado na economia, motivando a livre concorrência e reduzindo os encargos sociais com saúde, educação, entre outros. O Partido dos trabalhadores percorreu caminho oposto ao do PSDB. O PT enveredou pela política estatal de interferência na economia, adotando a política de transferência de renda, que tenta legitimar o anseio pela igualdade, democratizando a educação e saúde às classes excluídas socialmente.

“Governo de Continuidade” é a denominação da seção 2.3 que coloca claramente a candidata Dilma Rousseff como uma continuação aos trabalhos do ex-presidente Lula. Em outras palavras, a candidata prosseguirá com as políticas de transferência de renda, com o intuito de promover ascensão social da classe trabalhadora brasileira e ampliar a qualidade de vida.

A seção 2.4, última condição de produção, apresenta o conceito de “Autor” como um princípio de agrupamento de discurso ou um nó de coerência dado a assuntos que circularam socialmente. Para o texto presidencial, os assuntos mais importantes são educação, saúde e crescimento econômico, pois formam um conjunto de temas a ser disputados pelos partidos políticos que os veem como essências a vida dos indivíduos.

O capítulo 3 congrega a fundamentação teórico-metodológica e as análises com as quais este trabalho dissertativo se identificou. A seção 3.1 descreve sucintamente a teoria e metodologia.

A seção 3.2 foi planejada para construir a definição de enunciado e discurso. Nela, distinguiu-se enunciado de suas condições sintática e semântica, abordadas pela Gramática; da proposição dos estudos de Lógica; e do Ato de fala como uma fala sendo realizada juntamente com a ação. É feita uma conexão entre a noção de enunciado e a chamada Nova História para colocar esse mesmo enunciado na condição de acontecimento.

A seção 3.3 expõe a união entre saber e poder. Essa junção pode ser delineada no momento em que Foucault tenta traçar sobre quais saberes e regras foram admitidos para construir conceitos e teorias no campo das ciências. Já o poder denota uma relação de “uns sobre os outros”. O binômio permeia os enunciados do texto presidencial como uma forma de adestrar os jovens brasileiros para o mercado de trabalho.

O controle exercido pela disciplina e o biopoder, por meio da saúde pública, constitui a seção 3.4. O primeiro controle atinge diretamente na ação dos indivíduos, o alvo é o próprio corpo do cidadão. A finalidade é estimular a compra de remédios e fabricar um ideal de saúde. O segundo objetiva exercer o controle sobre um número elevado de pessoas, a coletividade, mediante regulamentação da trajetória completa da vida, desde seu nascimento, conservação e defesa da vida.

Em Funcionamento do Tabu, a seção 3.5 esboça o tratamento destinado às relações homoafetivas no interior do Pronunciamento Presidencial. O tratamento tem características de tabu, pois inúmeros pronunciamentos presidenciais admitiram termos como homem e mulher, mas nenhum termo que indique multiplicidade sexual.

A seção 3.6 é organizada a partir do conceito de sujeito discursivo pelo prisma de Michel Foucault. É um sujeito de saber-poder e de recusa às subjetividades criadas pelo Estado e Microfísica, por intermédio, da reinvenção de outras subjetividades. A reinvenção é uma luta que passa primeiro pela contestação da subjetividade para reconstruí-la.

A abordagem de Pêcheux a respeito do sujeito é a temática da seção 3.7. O teórico afirma que a ideologia é responsável por produzir evidências sobre a realidade e com as quais os indivíduos se identificam tornando-se sujeitos.

Na seção 3.8, é abordado o alinhamento entre Foucault e Pêcheux. Embora tenham produzido epistemologias distintas, um abordando o sujeito das relações de poder e outro discutindo o sujeito da luta de classes, é pertinente alinhá-los uma vez que questionam a subjetividade e valorizam uma sociedade economicamente e socialmente mais justa. São fomentadores de obras que percorrem, atravessam e refletem no discurso uma possibilidade de democratização dos bens econômicos, educacionais, culturais e de saúde.

Por fim, a seção 3.8.1 é uma análise sobre o crescimento da classe média brasileira balizada pela relação de saber-poder e ideologia.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEXTO PRESIDENCIAL

1.1 Um Impasse

As relações de saber-poder, a disciplina e o biopoder podem ser compreendidas como um conceito, estratégia ou tecnologia de poder vigente, proposto por Foucault (1999), dentro do Estado Moderno, entre os séculos XVII e XIX.

Ao determinar o interstício de funcionamento desses conceitos, uma dúvida poderia pairar sobre este trabalho acadêmico. A emergência do Pronunciamento de Posse ocorre no século XXI, data posterior ao período de estudo do teórico, resultando quiçá a impossibilidade deste texto acadêmico.

Entretanto, o texto presidencial enquadra-se nas regras impostas pela disciplina, na medida em que induz os jovens à procura de um sistema escolar para obter qualificação profissional, com o intuito de adestrar seu comportamento aos moldes do mercado; incita pelo biopoder, quando doente, que os brasileiros façam consultas no sistema de saúde público.

O biopoder incitando a busca por tratamento médico, também, pode ser um instrumento teórico para analisar o Pronunciamento, em razão de sua aparente necessidade de gestar temas como educação e a saúde, que são bases para preservação e evolução da vida humana.

Apesar da emergência do Pronunciamento de Posse não se alinhar com a data determinada pelos estudos foucaultianos, XVII a XIX, o texto presidencial distribui regras do jogo pertencentes à tecnologia de poder produzida na Modernidade, atestando, assim, o uso dos conceitos do pensador.

1.2 Possibilidade de Análise sobre o Pronunciamento Presidencial

Enveredar pelo tema da primeira mulher a gerenciar um dos países com maior extensão territorial e um dos maiores economicamente, seria uma abordagem instigante a respeito do Pronunciamento Presidencial de Posse.

Após 33 homens terem ocupado o cargo mais alto no governo do país, Dilma Rousseff foi a primeira a mulher, no ano de 2011, a conquistar a Presidência da República.

Por essa razão, o Pronunciamento Presidencial realça essa conquista dizendo: “hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher” (Pronunciamento de Posse, 2011) em uma evidente exaltação ao desempenho feminino exercido no Brasil.

O vigor feminino é solicitado no Pronunciamento quando do recebimento da faixa presidencial “Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia (Pronunciamento de Posse, 2011).” A necessidade da força e astúcia das mulheres decorre dos inúmeros enfrentamentos a serem vencidos pela Presidente.

Outra abordagem sobre o Pronunciamento poderia versar a respeito dos enfrentamentos no campo da liberdade de imprensa e a liberdade religiosa em todo território nacional. O texto presidencial é bastante taxativo ao veicular que se compromete integralmente com a “garantia plena das liberdades individuais; liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião” (Pronunciamento de Posse, 2011).

A clareza em expressar a liberdade como direito inegociável permitiria, talvez, um grande tema relacionando Dilma Rousseff, presa política pela Ditadura Militar de 1964, e o direito à liberdade de expressão no regime democrático.

Este trabalho acadêmico, opostamente, não intenta vangloriar a figura da mulher brasileira ou adentrar aos desafios quanto à liberdade de imprensa e religiosa, busca problematizar a conjuração entre saber e poder no Pronunciamento de Posse e suas consequências na formação de subjetividades dos brasileiros. Mais precisamente, como saberes sobre educação, saúde, sexualidade e ampliação da classe média foram relacionados com o poder e, desse imbricamento, foi possível elaborar estratégias de controle, reconhecer os desejos dos brasileiros, manipular, conhecer suas mentes e perceber que o governo administra a vida desde o nascimento até o falecimento, não para propiciar uma existência plena, mas com o objetivo de exercer saber-poder de maneira infinita e de acordo com os interesses políticos.

Na prática, exercer saber-poder significa que a vida do brasileiro nunca é o primeiro objeto de opção de cuidado, conservação e proteção a ser adotado pelo Estado brasileiro como circula e faz funcionar nos Pronunciamentos Presidenciais.

As primeiras opções e decisões verdadeiras do Governo Federal são alicerçadas pelo interesse econômico, pelo crescimento demográfico como forma de ampliar o mercado consumidor e de trabalhadores, o interesse pelo nicho de investimento mais rentável seja pela pequena ou grande indústria; o centro das decisões é justamente comercial e não pela preservação da vida do brasileiro.

1.3 Trabalhos Acadêmicos

Em *Dilma Rousseff: ethos retórico da primeira presidenta do Brasil*, as autoras Figueiredo & Verzola (2012) revelam que o artigo tem como escopo analisar a constituição do *ethos* retórico no Pronunciamento Presidencial de Posse.

Com base na Teoria da Argumentação e Retórica balizada por Michel Meyer (2007) e Oliver Reboul (2004), o *ethos* pode ser encarado como a maestria do orador em elaborar argumentos capazes de conquistar a confiança do auditório; e também pela ética, na qual o orador deverá nutrir uma vida correta, a fim de que o auditório o perceba como uma pessoa de princípios indelévels.

A incursão feita pelas autoras sobre o Pronunciamento de Posse aponta que o *ethos* retórico foi construído pela aproximação da oradora Dilma Rousseff com uma parcela eleitoral importante, as mulheres; com a oradora apoiando claramente a liberdade de imprensa, religiosa e de crença; e elogiando a capacidade empreendedora e de força da população brasileira para superar as adversidades.

O *ethos*, pautado pela confiança e ética, foi utilizado no Pronunciamento Presidencial que se apresentou repleto de boa vontade, isto é, uma disposição enorme para ajudar a população brasileira, revelando as estratégias retóricas para construir um *ethos* particular e efetivo de Dilma Rousseff.

Segundo as articulistas, esse *ethos* veicula uma imagem de Dilma como uma pessoa disposta a exercer o bem, permite atribuir à oradora um altruísmo que será

dedicado completamente à nação passando, então, a conquistar a confiança dos brasileiros.

A ética, por sua vez, também foi conquistada por intermédio da imagem do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula). Lula gozava do *ethos* de pessoa de bem atestada pela aprovação elevada de seu governo. Essa imagem foi adquirida pela oradora Dilma Rousseff e usada para vencer as eleições presidenciais de 2010.

Já o artigo produzido por Oliveira (2010), intitulado *Palavra de Presidente: a construção das representações de si e dos outros*, está situado no campo da linguística do texto e, mais precisamente, na abordagem proposta pelo linguista francês J-M. Adam (2008), a Análise Textual dos Discursos (ATD).

Para esse artigo, a articulista utilizou a noção de *representação discursiva*, que se configura como categoria central da ATD, e funciona para examinar a dimensão semântica do texto.

Aliando a *representação discursiva* a outras categorias para análise do Pronunciamento de Posse, a saber: *referenciação*, como aquilo que designamos; *predicação*, qualificar ações, estados, mudanças de estado somente do verbo; e *aspectualização*, que designa tanto as características dos referentes como das predicações, Oliveira elabora uma análise textual discursiva com bastante rigor.

A dissertação ora apresentada percorre outro caminho na tentativa de evidenciar a produção de saber-poder no interior do Pronunciamento Presidencial. A evidência consiste em dizer que associado a temas do cotidiano, o binômio é capaz de montar uma trama na qual a sociedade Moderna, especificamente a brasileira, foi perpassada e envolvida.

A trama é feita pelas relações de saber-poder, disciplina e biopolítica, que juntas conseguem capturar almas, adestrar os corpos e forjar subjetividades a partir do controle, sem nenhum ato violento, sobre os espaços de saber-poder como: a educação, saúde, sexualidade e poder aquisitivo.

Esta dissertação demonstra que o adestramento não é feito aleatoriamente e obtém grandes resultados, uma vez que é arquitetado sobre temas fundamentais para preservação e nascimento da vida humana.

Ao notar que o Pronunciamento de Posse expressa uma elevada preocupação e resolução dos problemas que tangem à conservação e preservação da vida dos brasileiros, é possível pensar que é uma atitude de democratização dos bens econômicos e sociais em direção à formação de um Estado do bem-estar social¹. Porém, o interesse maior é controlar e exercer infinitamente a relação saber-poder, a qual para Foucault (2003) tem capacidade de embrear, passar pela carne, pelo corpo e pelo sistema nervoso.

Nesse sentido, o trabalho intenta demonstrar as relações de saber-poder em funcionamento no Pronunciamento Presidencial e que têm como meta “docilizar” o brasileiro aos interesses de controle do Estado.

1.4 Contribuição para o Ensino de Leitura e Interpretação de Texto

A contribuição deste trabalho dissertativo à Educação Brasileira é apontar uma vertente de leitura e interpretação sobre textos produzidos pelos Partidos Políticos Nacionais.

Essa vertente de leitura e interpretação está fundamentada pela compreensão do saber-poder em funcionamento no interior dos textos produzidos na modernidade por políticos filiados a um dado partido.

A linha de leitura arrola três mecanismos de manipulação que atingem os brasileiros e são usados frequentemente pelos partidos políticos em todas as esferas da administração pública: Federal, Estadual e Municipal.

O primeiro mecanismo é a relação de saber-poder que engendra e permeia a vida dos brasileiros. Ocorre sem manifestar violência, ao contrário, induz para controlar comportamentos. Produz subjetividades para que haja identificação e nenhum outro tipo de subjetividade diferente à ditada pelos partidos políticos.

O segundo mecanismo empregado, subliminarmente, pelos políticos brasileiros em seus textos de campanha ou impressos é a disciplina: ela enseja sobre os

¹ É o tipo de gestão governamental centrada no Estado, que tem como finalidade organizar a política e economia visando à promoção e proteção dos indivíduos, por meio de políticas de saúde, educação, ampliação do lazer, emprego, entre outros. Exemplo dessa forma de governar pode ser encontrado nos países nórdicos: Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia.

indivíduos diretamente em seus corpos na tentativa de roubar tempo e espaço, e assim, controlá-los em suas ações, sua agilidade e resultados numa dada função a ser exercida dentro de instituições, com fins de tornar os indivíduos dóceis ao desejo da disciplina.

Complementar à disciplina, a classe política faz uso do terceiro mecanismo intitulado biopoder. Ele não busca o controle do indivíduo e sua ação, mas controlar as grandes populações por intermédio do oferecimento de sistema de saúde gratuito e de educação.

A oferta pública de saúde e de educação é uma forma de o Estado “arrebanhar” grandes populações em subgrupos e retirar deles informações, desejos, expectativas, conhecer suas mentes, com os quais terão facilidade de controle e, especialmente, regulamentar a existência humana.

Portanto, ao defender a saúde e educação em suas propagandas escritas ou televisionadas, a classe política tem como fim regulamentar, normatizar a sociedade brasileira após saber seus maiores interesses e desejos.

Munido dos conceitos de relação de saber-poder, disciplina e biopoder, o leitor poderá compreender que está no interior de uma sociedade de controle que intenta constantemente e de forma infinita exercer saber-poder sobre sua individualidade.

De maneira geral, pode-se dizer que esses conceitos possibilitam analisar e estudar a constituição do indivíduo moderno. Fonseca (2003) revela que, quando se fala em formas de objetivação e formas de subjetivação, é sempre em relação à constituição do indivíduo. Pensar, portanto, nos processos de objetivação é pensar em aspectos da constituição do indivíduo. Da mesma forma que pensar nos processos de subjetivação também é pensar em aspectos dessa constituição incorporados pelo indivíduo em sua vida cotidiana.

Aliada à compreensão textual a partir da luta de classes, na qual a sociedade brasileira é estratificada intencionalmente em detentores de poder e explorados economicamente, a leitura pelo viés da relação de saber-poder oferece ao estudante brasileiro um leque para descrever, estudar, analisar e descobrir pontos de aplicação empregados pela classe política na sociedade moderna.

Considerando que a classe política utiliza artimanhas em seus textos de propaganda, este trabalho dissertativo poderá contribuir como um denunciante e dissecador das estratégias políticas e, conseqüentemente, os leitores poderão conhecer a nova figura da classe política e elaborar estratégias de combate, argumentações, agir em outros campos para também exercer poder e angariar novos espaços redimensionando a democracia brasileira.

Portanto, este trabalho dissertativo orienta que os processos de leitura e interpretação dedicados aos textos produzidos pelos partidos brasileiros devam ser fundamentados nos estratagemas do saber-poder produzidos no interior da sociedade, pois, conhecendo as novas regras do jogo impostas pelos partidos, o estudante poderá refletir e combater o exorbitante poder sobre as instituições e, especialmente, sobre a vida de cada cidadão brasileiro.

CAPÍTULO 2

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL DE POSSE DE DILMA ROUSSEFF

2.1 Batalhas Internas

As condições de produção de discurso congregam inúmeras situações desde as circunstâncias em sentido restrito até o contexto imediato. “E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 1999, p. 30).

Respeitando o sentido amplo de condições de produção proposta por Orlandi, acredita-se na possibilidade de redimensionamento do conceito, fazendo a inserção de outro elemento: as relações de poder pela perspectiva foucaultiana.

Esse poder constituiu e atravessou o projeto de campanha do Partido dos Trabalhadores (PT) para sucessão presidencial de 2011, o qual foi alvo de intensas disputas no interior do partido.

Em 2010, as prévias eleitorais do partido culminaram com a escolha do nome de Dilma Rousseff para concorrer às eleições presidenciais de 2011 pelo PT e, para coordenação de campanha, os dois eleitos foram Fernando Pimentel e Antonio Palocci. Outro membro forte nessa campanha era Rui Falcão, nomeado à coordenação do núcleo de comunicação a partir da indicação do amigo Fernando Pimentel.

Pimentel tinha um cargo de destaque na coordenação da campanha, pois recebia a confiança da candidata Dilma Rousseff. Gozando dessa condição, contratou a empresa Lanza Comunicação, dirigida e de propriedade do empresário Luiz Lanzetta. A empresa seria responsável pela produção, coordenação e fiscalização das relações públicas e assessoria de imprensa durante o período de campanha presidencial.

O empresário Luiz Lanzetta, juntamente com Fernando Pimentel, participou de um almoço a convite de Antonio Palocci. Palocci realizou o convite para que pudesse apresentar possíveis reformulações no projeto de campanha. Uma dessas alterações era a inserção de uma empresa administrada por empresários desconhecidos: Garreta

e Marcelo Parada, a fim de realizar as mesmas funções já desempenhadas pela Lanza Comunicação, relações públicas e assessoria de imprensa.

Anterior ao almoço entre os supracitados coordenadores e empresários, Luiz Lanzetta havia recebido um recado advindo de um dos sócios da empresa administrada por Garreta e Parada afirmando que: “Fernando Pimentel é o inimigo a ser destruído. Antônio Palocci é o sustentador do grupo. Rui Falcão, ex-todo-poderoso da gestão Marta Suplicy na prefeitura paulistana, fazia parte do esquema.” (RIBEIRO 2012, p. 322). O alvo a ser derrubado era Luiz Lanzetta e Fernando Pimentel.

A configuração do conluio estava firmada no interior do Partido dos Trabalhados, uma vez que Antonio Palocci e Rui Falcão administravam uma disputa que não tinha o objetivo de boicotar a campanha presidencial de Dilma Rousseff, mas, sim, a aquisição de mais poder por parte de Palocci e Falcão dentro de um eventual governo petista em 2011.

Falcão, além de ser um dos coordenadores de comunicação da campanha, assumiu também o cargo de vice-presidente nacional do PT. Com muito prestígio dentro do partido, suas atitudes, muito semelhantes a um boicote, como “o incentivo à compra de serviços de comunicação já existentes [...]” (RIBEIRO, 2012, p. 323), eram vistas como uma assessoria paralela pelos empregados da Lanza Comunicação, empresa oficial de relações públicas e assessoria de imprensa da campanha de Dilma Rousseff.

Embora as ações do vice-presidente nacional do PT criassem tumultos e um regime de embate de forças, o proprietário da Lanza tentava administrar os percalços produzidos por Rui Falcão. O empresário “Lanzetta e a equipe estavam conformados, tentando ver como sobreviver naquela luta.” (RIBEIRO, 2012, p. 323).

Usando seu cargo na assessoria de imprensa, Falcão forçou a contratação de Marcelo Parada com o intuito de “fichar a empresa de Parada e Garreta para aninhá-la na estrutura. A partir daí, Falcão e Palocci começaram a levar para a campanha uma duplicidade de serviços já contratados.”(RIBEIRO, 2012, p. 326).

Em outras palavras, além de uma empresa de relações públicas e assessoria de imprensa já existente em Brasília, gerenciada por Luiz Lanzetta, sob os cuidados de Fernando Pimentel, coordenador de campanha e correligionário de confiança de Dilma

Rousseff, foi criada uma segunda assessoria de comunicação por Rui Falcão e Antonio Palocci, a fim de angariar mais poder no interior do Partido dos Trabalhadores.

As atitudes de Rui Falcão ficaram audaciosas, porque foi capaz de emitir um boato de que a empresa Lanza Comunicação estava preparando um dossiê produzido por arapongas contra o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mais precisamente em desfavor ao candidato do partido, o presidenciável José Serra, que se configurava no cenário nacional da política brasileira como o adversário direto à Dilma Rousseff, na concorrência pelo cargo de Presidente da República.

A articulação de Falcão com Palocci era tão forte que: “Foi nesse momento que percebi qual a intenção da turma de São Paulo que era tentar plantar o factóide de que Pimentel e Lanzetta estariam no comando de novos aloprados² [...] (RIBEIRO, 2012, p. 330).

Diante do boato e de uma possível publicação na revista Veja, por intermédio da sucursal de Brasília, dirigida por Policarpo Júnior, a empresa Lanza Comunicação, responsável pela assessoria de imprensa do PT, foi supostamente acusada de contratar grupos de espionagem.

Nesse contexto, embora o boato não tenha sido publicado por Policarpo Júnior na revista Veja, nem ter passado da condição de boato para informação verídica, o espaço ficou livre para obtenção de poder: “Enquanto Pimentel e Lanzetta eram postos de lado, Palocci assumia o cargo de mediador da crise.” (RIBEIRO, 2012, p. 327).

A empresa Lanza receberia outra pressão a partir de uma reportagem datada em 02/06/2010 e publicada pela revista Veja online. Relatava que o araponga Onézimo Sousa, ex-delegado de polícia, fora contratado pela empresa, objetivando grampo telefônico das ligações realizadas por José Serra, concorrente de Dilma Rousseff ao cargo de Presidente pelo PSDB. Essa última pressão culminou com o rompimento de contrato entre Luiz Lanzetta e o Partido dos Trabalhadores.

Tanto os boatos como a publicação virtual da fala de Onézimo Sousa não foram legitimados. Configuram como uma sabotagem dentro do PT. O alvo principal era

² Foi a maneira pela qual o Ex-Presidente Lula batizou os militantes petistas flagrados com malas de dinheiro em um hotel de São Paulo, às vésperas das eleições de 2006. O dinheiro seria usado na compra de um dossiê contra Serra que nada mais era do que um monte de matérias requentadas de jornais. (RIBEIRO, 2012, P. 330)

afastar Luiz Lanzetta e Fernando Pimentel da campanha presidencial e abrir mais espaço para Rui Falcão e Antonio Palocci em um eventual governo petista em 2011.

Apesar de não desejarem a derrota do PT, Falcão e Palocci promoveram uma sabotagem em um dos setores mais importantes da campanha, a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas. Não podem ser classificados como oposição à campanha presidencial do Partido dos Trabalhadores ou uma tentativa de arruinar a pessoa de Dilma Rousseff, entretanto, podem ser intitulados de sabotadores internos, uma vez que assumiram o risco de perder a eleição presidencial em 2010, a fim de angariar poder em futuro mandato de presidente.

No ato do pronunciar ao Congresso Nacional, a nova Presidente da República Dilma Rousseff afirma:

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e às parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte e do meu governo discriminação, privilégios ou compadrio. (Pronunciamento Presidencial de Posse, 2011).

Após a campanha, o efeito de sentido produzido pelo Pronunciamento é que não haveria retaliações, com sentido agregador foi mantida uma relação de poder sem violência ao chamar todos para ajudar a governar o país.

Embora a sabotagem fosse confirmada como risco iminente de perder a disputa eleitoral de Presidente pela possível produção de escândalos, o texto presidencial foi produzido sem ressentimentos, sem negativas aos opositores internos do PT, pois o poder não emite negação, mas um campo de possibilidades de atuação, o que de fato aconteceu: Antonio Palocci foi nomeado Ministro da Fazenda do Governo Dilma Rousseff e Rui Falcão passou de vice-presidente do PT para presidente em 2012.

A sabotagem interna dentro do Partido dos Trabalhadores desenha uma das condições de existência que atravessaram o Pronunciamento Presidencial de Posse. A disputa entre o grupo de Fernando Pimentel e Antonio Palocci em busca de poder revela que antes de ser elaborado com a intenção de obter a paz, o Pronunciamento Presidencial é um local de embates, repleto de tecnologia de poder, foi produzido a partir de batalhas intensas dentro do Partido dos Trabalhadores.

Acreditando nesses embates calorosos, talvez Foucault tenha um pouco de razão ao dar a primazia às relações de poder, quando diz:

Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. (FOUCAULT, 1979, p. 6).

A disputa pelo poder avança para além dos muros do poder petista. A outra disputa, que comporta a condição de produção do Pronunciamento, é configurada entre PT e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

A dinâmica do poder partidário brasileiro era polarizada entre os dois partidos, o PT, com histórico de defensor dos direitos da população e da democracia; e o PSDB, um partido formado pelas classes mais abastadas.

Nessa vertente de disputa, PT e PSDB formaram a conjuntura política que antecedeu o Pronunciamento de Dilma Rousseff, cujo texto, implicitamente, questionou o modo administrativo neoliberal da Social Democracia de gerenciar a economia brasileira.

2.2 Conjuntura Política Anterior ao Pronunciamento de Posse

A conjuntura política brasileira anterior ao Pronunciamento Presidencial é apresentada pelo embate de poder entre os Partidos dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira.

A disputa entre os partidos foi acirrada a partir da primeira eleição presidencial, na qual os dois partidos tinham as maiores chances de administrar o país. À época, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) venceu as eleições, por duas vezes, gerenciando a nação de 1995 a 2002. Também por duas vezes, de 2003 a 2010, foi a oportunidade de o PT administrar o Brasil, sob a responsabilidade de Luís Inácio Lula da Silva.

O cenário político durante esses 16 anos de PT e PSDB colocou os demais partidos na posição de coadjuvantes. A polarização política nacional ocorreu pautada por um PT defensor dos trabalhadores assalariados e movimentos sociais em busca de

melhores condições de vida. A outra esfera da polarização concentrou-se na Social Democracia Brasileira.

As bases políticas e eleitorais do PSDB nunca estiveram próximas dos movimentos operários e dos trabalhadores mais pobres do Brasil. Na verdade, ocorreu exatamente o oposto disso.

A Social Democracia Brasileira é um partido de intelectuais, grandes empresários (banqueiros, industriais, latifundiários) sendo votado, principalmente, pelo eleitorado das classes médias mais abastadas, em especial, do Centro-Sul do país, mas também de outras regiões.

O modelo de gestão do Partido da Social Democracia Brasileira para governar o Brasil foi fundamentado no Neoliberalismo. Para compreender esse conceito, é pertinente apreender primeiro sobre Liberalismo, cujo ideal de Estado é aquele não intervencionista, que deixa o mercado livre para sua auto-regulação. Trata-se do Estado minimalista, de baixa intervenção estatal na economia prevalecendo o livre mercado.

Funcionando como uma extensão do Liberalismo, o Neoliberal, segundo Aranha (2003) é aquele que retoma o ideal do Estado minimalista, cuja ação se restringe ao policiamento, justiça e defesa nacional. O que, segundo os neoliberais, não implica o enfraquecimento do Estado, mas, ao contrário, o seu fortalecimento, já que se pretende reduzir seus encargos sociais.

As práticas neoliberais postuladas pela Social Democracia Brasileira são completamente diferentes das práticas de divisão de renda implementadas no governo presidencial do ex-presidente Lula e que terão continuidade pela regência de Dilma Rousseff. A candidata manterá a lógica de divisão de renda e se apresenta como uma continuidade dos trabalhos realizados pelo ex-presidente Lula.

A Presidente Dilma Rousseff manterá as políticas de transferência de renda – uma política de indução da economia e não pensar que esta mesma economia se regularia automaticamente, como pensado e praticado pelo PSDB - é uma política de transferência econômica que tenta legitimar o anseio pela igualdade, o que em termos práticos quer dizer que a enorme massa de sem-saúde, sem-educação, sem acesso aos bens econômicos passarão a usufruir de uma vida mais justa.

Diferentemente, o PSDB do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso implementou o neoliberalismo em seu governo presidencial (1995 a 2002) de forma radical, um modelo de gestão econômica vinculada às grandes corporações bancárias e empresariais, a exemplo Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), instituições de pirataria e rapinagem dominadas pelos Estados Unidos e uma quantidade razoável de países de passados colonizadores e escravocratas.

A política neoliberal da Social Democracia não visou à promoção social, à transferência de renda como forma de combater e reduzir a miséria; foi apenas uma política que auxiliava a classe dominante.

Era como se fosse um partido desinteressado pelos sonhos da população brasileira, aliado a uma clara ideologia de subserviência aos interesses das chamadas superpotências internacionais.

Por outro lado, o governo do PT, na figura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, articulou esforços para combater a miséria; ampliou o espaço e debate com os movimentos sociais; melhoria da infraestrutura do país e favoreceu a promoção social.

Em outras palavras, buscou um conjunto de ações em direção da formação do ser humano, para construção de uma nação não domesticada pelos interesses internacionais, mas uma nação que acredita e valoriza o Brasil.

Na disputa eleitoral ocorrida em 2010 para Presidente da República, o PT lançou uma cartinha distribuída nacionalmente intitulada: *Os 13 Compromissos Programáticos de Dilma Rousseff para Debate na Sociedade Brasileira*, na qual reafirma seu pacto com a valorização do ser humano, distribuição de renda e revela que:

[...] o governo do PT (2003 a 2010) conseguiu, pela primeira vez na história, articular crescimento da economia com forte distribuição de renda, inclusão e ascensão social. Cerca de 14,7 milhões de empregos formais foram criados. O desemprego, que alcançava quase 12% da população economicamente ativa em 2002, foi reduzido para cerca de 6%. Pela primeira vez, o número de trabalhadores formais supera o de informais. Mais de 36 milhões de homens e mulheres ascenderam à classe média e 28 milhões saíram da pobreza. (13 compromissos, 2010, p. 3).

As políticas sociais e a divisão de renda adotadas no governo do ex-presidente Lula não foram complemento compensatório de orientações econômicas conservadoras neoliberais, menos ainda um mecanismo de “cooptação” de setores da sociedade, como pretendiam os adversários do PSDB dizer; as políticas são, pois, o elemento estruturante de uma nova política econômica que elegeu a distribuição de renda, geração de empregos e a ascensão social como suas prioridades.

A inclusão social teve, nas políticas educacionais, outro elemento importante. Em consonância com os investimentos no sistema de ensino, duplicou em termos reais a democratização do ensino no governo do ex-presidente Lula em relação ao período de Fernando Henrique Cardoso.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) possibilitou, desde 2007, a criação do piso salarial nacional e promoveu os programas de qualificação à docência que foram fundamentais para iniciar mudanças na educação dos Estados e dos Municípios.

A política educacional foi estendida ao ensino superior, foi criado no governo do ex-presidente Lula 14 novas universidades, 124 extensões universitárias e dobrou o número de vagas nas instituições federais.

O Prouni³ – apesar da tentativa judicial de destruí-lo, feita por nossos adversários – beneficiou até agora 704 mil estudantes pobres. A construção de 214 novas escolas profissionais representa grande passo na qualificação da força de trabalho para o período de expansão que o País vive e continuará vivendo. Forte apoio foi dado aos esportes e às políticas culturais. (13 compromissos, 2010, p. 5).

A política educacional proporcionou o acesso de milhares de brasileiros ao ensino superior. Famílias com pequeno poder aquisitivo tiveram a oportunidade de ver seus filhos formados pelo ensino superior. Outras famílias mais carentes tiveram a primeira geração de filhos e filhas graduados pelas universidades brasileiras.

³ Programa Universidade para Todos (Prouni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, em cursos de graduação, aos egressos de baixa renda do ensino médio da rede pública ou particular de ensino em Instituições de Ensino Superior privadas.

A prática esportiva e a política cultural somaram com a formação educacional fomentando uma vida mais digna para os brasileiros. O governo petista impulsionou um estilo de vida mais digno e democrático.

Mesmo com tantos benefícios para os brasileiros, a Social Democracia Brasileira apoiou ativamente a extinção da principal fonte de financiamento da saúde pública, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O apoio não obteve resultados proporcionando a elevação substancial dos recursos orçamentários anuais para saúde pública “de 29 bilhões de reais em 2002, no governo FHC-Serra, para 63 bilhões de reais, em 2010, no Governo Lula-Dilma.” (13 compromissos, 2010).

A permanência dos recursos financeiros permitiu desenvolver novos programas públicos, com o objetivo de ampliar a qualidade de vida da população brasileira, a saber: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência⁴ (SAMU), Brasil Sorridente⁵, Unidades de Pronto Atendimento⁶ (UPAs), viabilização e ampliação das equipes do Programa Saúde da Família⁷, acesso a medicamentos e à Farmácias Populares⁸.

A disputa partidária que perdurou 16 anos atravessou o corpo textual do Pronunciamento de Dilma Rousseff. Uma luta fomentada pelo Partido dos Trabalhadores que implementou a política de transferência de renda no Brasil e, o PSDB, por sua vez, apenas estimulou a livre concorrência de mercado.

A relação de poder entre os partidos funcionou como condição de produção do Pronunciamento Presidencial de Dilma Rousseff, pois o Pronunciamento nega políticas de autocontrole de mercado e privilegia a indução da economia, via transferência de recursos financeiros aos mais pobres, objetivando a desconcentração de renda brasileira.

⁴ Serviço de pronto atendimento, que socorre vítimas de acidentes ou outras enfermidades, conduzindo-as rapidamente a uma unidade de saúde.

⁵ Tratamento dentário gratuito para crianças, jovens e adultos. Uma forma de oportunizar a saúde bucal para brasileiros pertencentes as classes menos favorecidas.

⁶ Unidades responsáveis pelo atendimento pré-hospitalar e funciona como intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e atendimentos de urgência. Essa combinação compõe uma rede organizada de atenção à saúde para casos de urgências.

⁷ Programa composto por equipes multiprofissionais, instaladas em Unidades Básicas de Saúde, responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias localizadas em uma área geográfica limitada.

⁸ Abertura de farmácias e convênio com a rede privada para ampliar o acesso aos medicamentos mais usados pelos brasileiros.

Elegendo a luta contra a concentração de renda como um dos pilares de seu suposto cargo de Presidente da República, a candidata Dilma Rousseff apresenta-se integralmente como uma via para dar continuidade aos trabalhos realizados pelo ex-presidente Lula.

Assim como foi decretado no governo Lula, a candidata Dilma Rousseff manterá o compromisso com os menos favorecidos, de modo que garantirá educação de qualidade, ampliará o atendimento do Sistema Único de Saúde e crescimento da renda, conforme previsto no compromisso programático de governo. Nota-se que são temas relevantes e foram motes, nos últimos 16 anos, de disputa entre PT e PSDB à frente do país.

2.3 Governo de Continuidade

Ao colocar-se como a candidata apoiada pelo ex-presidente Lula, Dilma Rousseff assume a imagem de continuidade dos princípios adotados no governo presidencial de Lula e forma mais uma condição de existência para a construção do Pronunciamento Presidencial.

Além de firmar um rigoroso controle fiscal das contas públicas, estabilidade da moeda e controle da inflação, Dilma Rousseff manteve em seu programa de campanha para concorrer às eleições, princípios comuns àqueles adotados pelo governo do PT, tais como: garantir a educação, qualidade no sistema de saúde público e ampliação da economia para a sociedade brasileira.

Esses princípios são considerados como pilares da sociedade e prioridade do Partido dos Trabalhadores. Formam uma política de Estado para dirimir a concentração de renda e promover qualidade de vida aos brasileiros.

A política de Estado que combate a desigualdade social representa um modelo de gestão governamental que prioriza a ascensão social de forma equânime ou no mínimo a mais justa possível. Reconhece que ao oportunizar educação formal, será possível o desenvolvimento pessoal e profissional dos brasileiros. Percebe que a saúde é um direito universal e o poder econômico é acesso livre para comprar bens e concretizar sonhos pessoais.

Diferentemente de uma gestão não intervencionista preconizada pelo PSDB, o governo de continuidade prometido na campanha de Dilma Rousseff deseja interferir nos princípios sociais para conquistar uma democracia real no Brasil.

O primeiro princípio prometido está estruturado na educação, ela será garantida aos brasileiros – especialmente aos jovens – mediante uma escola de qualidade, que combine ensino e capacitação para o trabalho.

Um governo presidencial de Dilma Rousseff promoverá expansão do ensino público e cuidará da educação da pré-escola à pós-graduação. Nas suas atribuições específicas, dará continuidade à ampliação e à qualificação da educação superior.

Segundo (13 compromissos, 2010) serão criadas universidades públicas, novos *campi* e extensões universitárias garantirão a ampliação das matrículas. Providenciará mais verbas para estimular as pesquisas e fortalecimento da pós-graduação, que será expandida a todas as regiões do país. A experiência do ProUni será potencializada, permitindo a mais estudantes de baixa renda ingressarem na universidade.

O projeto de construção das Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFET) será ampliado. As cidades pólo ou com mais de 50 mil habitantes possuirão, pelo menos, uma escola técnica. O piso nacional para professores e os programas nacionais de capacitação de docentes permitirão a cooperação da União com estados e municípios para alcançar padrões educacionais de qualidade em todos os níveis.

O Governo Federal assumirá a responsabilidade da criação de 6 mil creches e pré-escolas e de 10 mil quadras esportivas cobertas. Será estabelecida uma articulação entre políticas educacionais, de esporte e cultura. Uma ampla mobilização – envolvendo poderes públicos e sociedade civil – terá como objetivo a erradicação do analfabetismo.

O segundo princípio será o compromisso em universalizar ainda mais e garantir a qualidade do sistema de saúde pública. O governo Dilma terá como preocupação fundamental o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde e de seus mecanismos de gestão, de fiscalização e de controle de qualidade dos serviços prestados.

Será dada continuidade às políticas públicas de saúde, resultando na ampliação dos seguintes serviços: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (socorre acidentados e enfermos para levá-los aos hospitais); Programa Brasil Sorridente

(tratamento odontológico às classes excluídos); Farmácias Populares (acesso aos medicamentos mais usados pelos brasileiros); expansão das equipes do Programa Saúde da Família (acompanhamento da saúde de famílias personalizado); implantação das Unidades de Pronto Atendimento (atendimento médico) e policlínicas (realização de pequenas cirurgias).

Essas e outras iniciativas foram responsáveis por significativa melhoria dos indicadores sociais, como a redução da mortalidade infantil e a diminuição de doenças transmissíveis e de epidemias.

Essas ações serão complementadas por uma política de reestruturação da atenção hospitalar. Haverá especial atenção aos programas de saúde mental, especialmente no tratamento do alcoolismo, do consumo de crack e de outras drogas que afetam particularmente nossa juventude.

A universalização da saúde ocorrerá também pela oferta gratuita de remédios contra a hipertensão e o diabetes e pelo desenvolvimento de programas nacionais de prevenção do câncer, de reabilitação de pessoas com deficiência e de atenção aos idosos. A saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes terão lugar de destaque nas políticas governamentais.

Em consonância com a política de Ciência e Tecnologia, haverá o desenvolvimento do complexo produtivo da saúde para avançar em direção à autossuficiência científica e tecnológica na produção de fármacos e na ampliação da fabricação de genéricos. Além disso, a expansão do saneamento básico terá forte incidência na melhoria da saúde dos brasileiros.

O terceiro e último princípio de campanha para governo Dilma será a continuidade e profundidade das políticas econômicas que mantêm e são responsáveis em expandir os níveis de crescimento alcançados nos últimos anos do governo Lula. Para tanto, serão ampliados o investimento, a poupança e as conquistas sociais.

O crescimento não é sustentável sem estabilidade econômica, mas a estabilidade não se sustenta sem crescimento. A política macroeconômica será consistente com o equilíbrio fiscal, com o controle da inflação, com uma baixa vulnerabilidade a choques e com o crescimento mais rápido na renda das camadas mais pobres da população.

Em acordo com Estados e Municípios, serão complementadas mudanças tributárias que racionalizem e reduzam os efeitos socialmente regressivos da atual estrutura tributária e beneficiem a produção e as exportações.

Além disso, a adoção de políticas regionais, com especial atenção ao desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, associando uma nova dinâmica dessas regiões com a pujança do Sul e Sudeste, levará a um desenvolvimento mais harmônico do país.

Compreende-se, portanto, que assim como o governo Lula priorizou estratégias para melhorar a vida da nação brasileira, Dilma Rousseff fará da mesma forma, a começar pelo acesso irrestrito ao sistema educacional.

Outra linha de trabalho da candidata à presidência será a ampliação máxima do acesso dos brasileiros ao Sistema Único de Saúde e confirmar para a população brasileira que um futuro governo presidencial de Dilma Rousseff será de continuidade dos trabalhos feitos na gestão presidencial do Lula.

A inclusão econômica recebe o mesmo tom, todas as regiões brasileiras receberam apoio governamental como forma de obtenção de crescimento nacional de forma equânime.

Um eterno regime belicoso, portanto, entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é deflagrado, silenciosamente, pois o PT, pela figura de Dilma Rousseff, elege como foco a qualidade de vida e ascensão social da classe trabalhadora e promete esperança de mudança social para aqueles que vivem na mais profunda miséria, enquanto o PSDB prioriza um governo mais próximo das classes com maior poder econômico.

O regime de guerra, não violento, é instalado entre os principais partidos competidores a ganhar a eleição presidencial do pleito compreendido entre 2011 a 2014. Essa disputa de partidos forma mais uma condição de produção que permeia o Pronunciamento de Posse, balizada pelos supracitados temas que atingem diretamente a vida dos brasileiros.

Paralelamente à disputa dos partidos, parece que os temas educação, saúde e crescimento econômico formam um conjunto de assuntos relevantes para a discussão,

temas que emergem em uma dada época e tendem a desaparecer em outra época histórica.

À época de produção do Pronunciamento de Posse de Dilma Rousseff, final de 2010, elege o mencionado conjunto de temas como foco para circular e tramar a vida da nação brasileira, uma excelente maneira para pensar a noção de autoria na seção subsequente.

2.4 Da Autoria

Pela via tradicional, o autor do Pronunciamento de Posse, para o mandato presidencial de 2011 a 2014, seria a assessoria política da então eleita Presidente da República, Dilma Rousseff.

A composição da assessoria compreende profissionais formados em: Relações Internacionais, Sociólogos, Filósofos, Administradores, Economistas, Advogados, entre outros, além dos graduados, pessoas de confiança do Partido dos Trabalhadores e populares.

Por outro lado, esta dissertação não tomará como autor do Pronunciamento Presidencial de Posse a via tradicional, mas o autor como um conjunto de temas comuns que emergem em uma dada época e funcionam no Pronunciamento da Presidente, a saber: educação, saúde, sexualidade e crescimento da classe média brasileira.

A problematização feita por Michel Foucault sobre a caracterização e funcionamento do “autor” é uma forma contemporânea de refletir sobre o responsável pela escrita de um determinado livro. Foucault apontou que a autoria não era delineada por indivíduo, mas era da ordem do coletivo.

Na Idade Medieval, a designação autor era utilizada para conferir ao texto sua veracidade. Uma simples frase, oração ou livro sempre teria um autor, cuja assinatura deveria estar presente no final do texto produzido.

Assinar atribuía ao texto um caráter valioso e de natureza científica. O conhecimento produzido pelo autor ao longo de várias páginas era tido como traço de inteligência e de personalidade do assinante.

Escrever “uma proposição era considerada como recebendo de seu autor um valor científico” (FOUCAULT, 1970, p. 27) e a chancela de que um indivíduo foi o responsável em produzir frases, textos, pensamentos e livros.

Negando a concepção de que frases, pensamentos, livros de um dado autor foram feitas por um indivíduo, Foucault lança uma simples oração de natureza interrogativa dita pelo escritor irlandês Samuel Beckett: “Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala” (FOUCAULT, 1992, p. 34). Essa oração anuncia o questionamento a respeito da definição de autor associada a uma individualidade capaz de produzir obras escritas.

Foucault (1970), no início do livro *A ordem do discurso*, lido na Aula Inaugural no Collège de France, formula que:

Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encandeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. (FOUCAULT, 1970, p. 5).

Ao assumir a concepção de que sua fala é precedida por outra fala, Foucault poderia estar sugerindo que há um contínuo de ideias circulando socialmente de forma antecipada a qualquer fala. E para Foucault prosseguir sua enunciação, somente seria possível quando engajassem no curso da fala que o antecedia.

Em outras palavras, a fala antecedente seria uma produção coletiva, de ordem social que funciona de acordo com o período histórico. A suspensão por um instante, que deixa espaço para Foucault falar, descrita na supramencionada citação, é o momento de irrupção do autor advindo e fundamentado no coletivo, e, por essa razão não individual, mas sim social.

Foucault (1987) faz, ainda, a admoestação de que pelo menos à primeira vista o sujeito do enunciado seria aquele que produziu o próprio enunciado e seus elementos juntamente com a meta de significar algum objeto.

Entretanto, após a chamada de atenção, esclarece que: “O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.” (FOUCAULT, 1970, p. 28).

Embora haja o esclarecimento da conceituação do elemento teórico autor, como aquele capaz de produzir a partir do fluxo contínuo do discurso coerência e ao mesmo tempo inserir o discurso no real, há inúmeras formulações apontando o indivíduo como o responsável pela produção da obra, conforme ilustra Foucault:

Sabe-se que, em um romance, o autor da formulação é o indivíduo real cujo nome figura na capa do livro (ainda se coloca o problema dos elementos dialogados e das frases que se referem ao pensamento de um personagem; ainda se coloca o problema dos textos publicados sob pseudônimo: e sabemos todas as dificuldades que esses desdobramentos suscitam para os defensores da análise interpretativa quando querem relacionar, de uma só vez, todas essas formulações ao autor do texto, ao que ele queria dizer, ao que pensava, enfim, ao grande discurso mudo, inaparente e uniforme sobre o qual se apóia toda essa pirâmide de níveis diferentes) [...] (FOUCAULT, 1987, p.106).

A concepção de autor como aquele que produziu uma série de ideias retiradas de sua racionalidade e que estampa o próprio nome na capa do livro é uma definição problemática. “O autor, não entendido, é claro como indivíduo falante que pronunciou ou escreve um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.” (FOUCAULT, 1970, p. 26).

Revel (2005), versando sobre os textos de Foucault, complementa esclarecendo que autor seria ao mesmo tempo determinado historicamente e não-individualizado pelo fluxo contínuo do discurso.

Segundo Gregolin (2003, p. 48), o conceito de autoria pode ser analisado do ponto de vista sócio-histórico, acompanhando a constituição do autor como um personagem criado na passagem do século XVII ao século XVIII, momento forte de individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das ciências.

Nesse sentido, o autor não pode ser encarado como um indivíduo que é a fonte ou a origem, pois é justamente o contrário, “trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso.” (FOUCAULT, 1992, p. 70).

Seguindo a perspectiva foucaultiana, o autor é uma produção de temas comuns emergidos em um determinado período histórico. Nota-se a presença constante dos

assuntos: educação, saúde, sexualidade e economia no Pronunciamento Presidencial de Dilma Rousseff, haja vista sua relevância para manutenção, preservação e reprodução da vida humana.

O conceito de autor pode ser encarado, neste trabalho acadêmico, como o conjunto de assuntos comuns que emergem em uma dada época e não um autor constituído por uma suposta assessoria política. Para o Pronunciamento de Posse, o autor seria, portanto, os temas: educação, saúde, sexualidade e crescimento econômico.

Ao final, a função desses quatro temas, sua natureza para envolver a vida e a sua definição circulando no interior do texto presidencial serão tratados no capítulo subsequente juntamente com o arcabouço teórico.

CAPÍTULO 3

RELAÇÕES DE SABER-PODER NO PRONUNCIAMENTO DE POSSE DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

3.1 Fundamentação Teórico-Metodológica

Este estudo será desenvolvido mediante fundamentação teórico-metodológica da ordem da descrição, análise e interpretação. São pressupostos que promovem um gesto de interpretação sobre discursos, em especial, os de ordem política, proferido pela Presidente Dilma Rousseff.

Os elementos citados focam frontalmente o discurso e sua materialidade peculiar: surgindo do primeiro suporte, o descritivo, a emergência de inúmeras potencialidades de dizeres que um discurso pode provocar.

O segundo suporte, a análise, problematiza o exame detalhado das potencialidades e também das organizações das regularidades tidas como elementos de recorrência que produzem significações. Para Santos:

Entendemos por regularidades as evidências significativas, observadas na conjuntura enunciativa da manifestação discursiva em estudo. Essas evidências aparecem como elementos e recorrência, de idiosincrasia enunciativa, ou ainda, de efeito provocado pela natureza de organização dos sentidos na enunciação. (SANTOS, 2004, p. 114).

O terceiro e último suporte, a interpretação, revela uma tomada de posição diante do comportamento desses significados, momento no qual é possível promover uma produção de sentidos.

Nesse contexto metodológico, o conceito de poder abordado por Foucault (1995, p. 247) é utilizado como aquele que não faz uso da violência para ser exercido, antes, é uma forma que almeja o ponto consensual para atingir os objetivos propostos. Sua localização não é determinada e muito menos é possível reconhecer sua origem. O poder está constantemente em movimento, agindo por todo corpo social com mediação

das instituições e seus integrantes. O sujeito discursivo é constituído por essas relações de poder e as exerce constantemente no e pelo discurso.

Saber e enunciados serão abordados respeitando os elementos (descrição, análise e interpretação). O saber é configurado como um conjunto de elementos – diferente de conhecimento – sobre o qual é possível evidenciar objetos, tipos de formulações, conceitos e escolhas teóricas. O enunciado, por sua vez, não é equivalente à frase ou à oração. Sua natureza congrega uma constituição histórica e apresenta uma posição sujeito em seu interior.

Assim, objetiva-se promover, a partir das potencialidades discursivas, uma regularidade que contenha em sua essência significações. Estas permitirão uma produção de sentidos balizada pelo binômio saber e poder.

3.2 Enunciado e Discurso

A noção de enunciado adotada por Foucault (1987) perpassa pela negação de abordagens tradicionais usadas no campo da Linguagem. Para este campo é comum estudar os enunciados no ramo da gramática de teor sintático-semântico; da lógica como proposição verdadeira ou falsa; e ato de fala, significando equivalência temporal entre fala e ação.

O pensamento de Michel Foucault sobre enunciado intenta na desvinculação do conceito de enunciado com as propostas apontadas pela lógica, gramática e atos de linguagem. De acordo com o raciocínio foucaultiano, o enunciado delineado pelos três ramos de conhecimento ora citados: “[...] nunca passa de suporte ou substância accidental [...]” (FOUCAULT, 1987, p. 95), isto é, como uma materialidade significativa.

Desvinculando de uma maneira mais cuidadosa, Foucault (1987) revela que, para o arcabouço teórico da lógica, o enunciado assume a estrutura de proposição; para a análise gramatical, é a série de elementos linguísticos na qual se pode reconhecer, ou não, a forma de uma frase; para a análise dos atos de linguagem, o enunciado é tratado como um espaço aparente no qual eles se manifestam. “Em relação a todas essas abordagens descritivas, desempenha o papel de um elemento residual, puro e simples de fato, de material não pertinente.” (FOUCAULT, 1987, p. 96).

Há, ainda, no ramo da Linguagem, uma característica comum: estabelecer quais são as regras geradoras e determinadoras de enunciados que são produtoras de outros enunciados.

Por outra ótica, para depreender o funcionamento dos enunciados, é possível, a partir de Castro (2009), parafraseando Foucault (1987), compreender que as regras não são essenciais para pensar os enunciados “não segundo quais regras é possível construir novos enunciados, mas como aconteceu que somente tais enunciados tenham existido e não outros.” (CASTRO, 2009, p. 136).

Para Foucault (1987), o estudo tradicional da Linguagem priorizava as regras com as quais seria possível obter a meta do autor, que era reconstruir outro discurso, descobrir a palavra não existente, murmurante, inesgotável, ou ainda, o que estava por vir, que surge do interior do texto a voz que escutamos do autor, de restabelecer a esse texto o silêncio, o invisível que percorre os meandros das linhas escritas. “A análise do pensamento é sempre alegórica em relação ao discurso que utiliza. Sua questão infalível é: o que se dizia no que estava dito?” (FOUCAULT, 1987, p. 31). Para distinguir a análise da língua e análise oriunda do campo discursivo, Foucault propõe a seguinte distinção:

Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 1987, p. 31).

Pelo viés do discurso, é possível desprender-se da linha tradicional de pensamento sobre língua que estimulava perguntas desta ordem: *Qual é o significado exato do texto? O que está nas entrelinhas?* E, sobretudo, *O que o autor desejou dizer?*

A forma de estudar e compreender o enunciado é interrogá-lo perante o discurso a que pertence. O pensamento tradicional busca encontrar, para além dos enunciados ou a partir deles, a intenção do produtor do texto, suas atividades conscientes e silenciadas. O enunciado foucaultiano “não nos remete a uma instância fundadora, mas

apenas a outros enunciados para mostrar suas correlações, exclusões, etc.” (CASTRO, 2009, p. 136).

Relendo Foucault, Fischer (2001) pontua que não é necessária a busca de um autor para compreender a função do enunciado. A concepção de enunciado foucaultiana tange fundamentalmente a uma função de existência que se exerce sobre unidades como frase, proposição ou ato de linguagem.

É ressaltado por Foucault (1987) que o escopo da busca pelo enunciado não perpassa pelo encontro da conversa, frase, ou sentido não aparente, interiorizado no fundo abissal de um discurso. A análise no campo discursivo não poderá percorrer um texto dado com a intenção de vasculhar seus sentidos obscuros e quase impenetráveis aos olhos de um leitor atento. Embora seja um leitor atento, ainda sim, para esse leitor seria, muitas vezes, quase impossível compreender o texto em sua completude.

O almejado é empreender na visão de que: “deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.” (FOUCAULT, 1987, 31).

Ressaltando a análise sobre o enunciado, Foucault expressa que: “A questão pertinente a tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 1987, 31-32).

Em outras palavras: “Por que este enunciado e não outro em seu lugar?”, Foucault, em seu conceito de enunciado, solicitará ao arcabouço teórico, Nova História⁹ (NH), fundamentos epistemológicos, a fim de colocar para o enunciado a natureza de acontecimento.

Por pensar o enunciado não como elemento gramatical, proposição ou ato de fala, Foucault estabelece uma estreita relação com a Nova História e nega as abordagens realizadas pela História Tradicional (HT). Essa forma de historiar tradicional estuda os fatos históricos como se fossem contínuos, narrando somente os grandes episódios e feitos de uma determinada sociedade.

⁹ Jacques Le Goff, historiador francês, é um dos principais preconizadores da “Nova História” que concebe os fatos históricos como rupturas e descontinuidades.

Os episódios e feitos são relevantes para HT, pois a eles é atribuída a capacidade de emitir explicações sobre o presente, a respeito do que ocorre no seio social, por meio de uma relação de causa e consequência existente entre fatos históricos. Nessa perspectiva, arroga-se capaz de visitar o passado e reconstruí-lo e, ainda, montar uma visão teleológica¹⁰ dos acontecimentos históricos.

A História Tradicional, de caráter sequencial, garante a recomposição e o controle da história, sendo imprescindível para o aparecimento do sujeito. De acordo com Foucault:

A história contínua é o **correlato indispensável** à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que pode chamar de morada. (FOUCAULT, 1987, p. 14, grifo nosso).

O ser humano, portanto, sem saber qual é a “sua origem”, “sua constituição”, “o que é” e “seu fim”, encontra na HT uma resposta para sua existência, achando um sujeito para identificar-se. Isto é, uma maneira de explicar a própria existência a partir da relação de causa e consequência inerente aos fatos históricos, é receber da HT um alibi, é obter um sentido para viver.

Dessa ausência de sentido para viver, o Pronunciamento Presidencial de Posse faz uso e preenche incitando a nação brasileira a se transformar em sujeitos desejantes por uma educação que garanta o futuro profissional; por um sistema de saúde eficiente, cujo atendimento contemple todos os brasileiros e seja capaz de promover a reabilitação e cura integral do paciente; e também por ampliação do poder aquisitivo dos trabalhadores.

A meta do Pronunciamento Presidencial é estimular os brasileiros a pensar a vida de maneira condicionada a tais desejos. O condicionamento reforça que para viver ou reconhecer algum sentido na existência somente é possível após garantir uma vida

¹⁰ Pensamento que admite o processo histórico da humanidade como um movimento em direção a uma finalidade.

educacional, saudável e de posse. Outras relações humanas parecem ser inexistentes aos olhos do Pronunciamento, em uma clara tentativa de administrar os desejos humanos, e como consequência, reduzir gradualmente a potencialidade da vida (criatividade, liberdade, invenção) de cada brasileiro.

Por outro lado, a Nova História apresenta uma essência descontínua, uma vez que a história tem um invólucro de ruptura, limiar, limite, série e transformação permitindo:

(...) por interrogações de outro tipo: que estratos é preciso isolar uns dos outros? Que tipo de séries instaurar? Que critérios de periodização adotar para cada uma delas? Que sistema de relações (hierarquia, dominância, escalonamento, determinação unívoca, causalidade circular) pode ser descrito entre uma e outra? E em que quadro, de cronologia ampla, podem ser determinadas sequências distintas de acontecimentos? (FOUCAULT, 1987, p.4).

Os estratos tidos como camadas possibilitam uma reflexão sobre fatos históricos diferente da empregada pela História Tradicional. Pelo regime de ruptura e descontinuidade previsto pela Nova História, é permitido isolar enunciados e atribuir o caráter de acontecimento ao discurso.

A aliança de Foucault com os fundamentos da Nova História, união atestada pela descrição recorrente no interior da *Arqueologia do Saber*, implica uma outra visão sobre o enunciado, atribuindo-lhe uma natureza de dispersão e acontecimento.

Outra visão também é imputada ao discurso. A partir dessa relação (enunciado e discurso) é possível alçar olhares descontínuos ao funcionamento discursivo dando-lhe o caráter de acontecimento, conforme descrição feita por Foucault:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 1987, p. 28).

Pela perspectiva do acontecimento, é possível emergir a inerente necessidade de administrar a vida dos brasileiros por meio do Pronunciamento Presidencial. O texto, a todo o momento, indica a maneira pela qual o Brasil pode viver melhor.

Apresenta-se como um texto injuntivo, cujo foco é propor uma ação a ser desempenhada, com o intuito de obter um alvo. Esse alvo é a qualificação profissional para adquirir o melhor emprego via educação técnica (ver seção 3.2); é a conservação da vida pelo sistema de saúde (ver seção 3.3); é ampliação do poder econômico de cada brasileiro (ver seção 3.4) como formas e, talvez, até a única maneira, a partir das quais a nação brasileira possa atingir uma falsa e perene felicidade.

Gregolin (2004, p. 88) propondo inferências sobre a literatura foucaultiana, expressa acontecimentos discursivos não como elementos estáticos e cristalizados, mas “Trata-se de tomar um campo imenso de possibilidades, constituído pelo conjunto de todos enunciados efetivos (falados ou escritos) em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um.”

O desejo de Michel Foucault não era colocar o discurso como a expressão sobre o qual um sujeito pensa, conhece, tem a capacidade de dizer tal discurso, ou ainda que tenha um controle reinante, entretanto é “[...] um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.” (FOUCAULT, 1987, p. 61).

Triangulando enunciado, regras e história, Revel designa que discurso, para Foucault, é uma manifestação que tem como prisma: “[...] um conjunto de enunciados que pode pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns.” (REVEL, 2005, p. 37).

Tais regras são fundamentais no interior do discurso, pois não revelam tão somente elementos de essência linguística ou formais, “[...] mas produzem um certo número de cisões historicamente determinadas.” (REVEL, 2005, p. 37).

A análise do campo discursivo se inscreve e é orientada de forma inteiramente diferente da tradição dos estudos referentes à Linguagem:

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de existência, de fixar

seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 1987, p. 31).

Ampliando a noção de discurso foucaultiano, Milanez (2006) depreende não por ser um puro entrecruzamento entre as palavras e as coisas ou um enredo inatingível e obscuro entre coisas e o envolvimento das palavras, aproximando língua e realidade, entretanto, discurso é uma regularidade entre as instâncias que a constituem, tentando buscar nas regras das práticas discursivas, o regime dos objetos, em outras palavras, não são os objetos que formam o discurso, mas o discurso que forma os objetos.

O Pronunciamento Presidencial circula objetos, bem como estratégias para administrar a vida, desejos, vontades por meio de um exorbitante poder presidencial. O texto de posse não é o centro do poder e não é o único, mas faz funcionar controle sobre os brasileiros e manter-se no poder, exercendo infinitamente seus efeitos de poder.

Essa prática de poder advindo do texto de posse petista, além de ser um exercício de poder sobre a vida do brasileiro, funciona também com uma forma de lutar, combater e responder ao principal rival, PSDB, cujo modelo de gestão perpassa pelo Estado mínimo, interferência estatal ínfima na política econômica.

O Partido dos Trabalhadores, por outra via de gestão, assume a interferência gigantesca do Estado na economia, mediante as políticas de transferência de renda e inclusão social, tal interferência possibilita uma vida mais digna e democrática ao país.

Considerando que Foucault (1995) expressa o poder como relações de uns sobre os outros (ver seção 3.2), a relação partidária (PT e PSDB) de força exorbitante, de controle e de competição entre si, da qual a população brasileira é atingida, sem ter consciência, pode ser enquadrada como uma relação de poder aos moldes dos estudos foucaultianos e ainda uma das marcas que atravessam o funcionamento discursivo do Pronunciamento de Dilma Rousseff e trama a vida dos indivíduos.

Assumindo a análise discursiva como uma relação mútua de enunciados a outros enunciados a que poderiam estar conectados, é conveniente dizer que o discurso pode ser tomado como o conjunto de enunciados de natureza descontínua e como

acontecimento. Além disso, os enunciados são permeados de saber-poder, cuja explicitação teórica encontra-se na seção a seguir.

3.3 Saber-poder¹¹ e Educação Profissional

Em *As Palavras e as Coisas* (1966), Foucault inicia uma elaboração teórica sobre a concepção de saber. O livro versa sobre a história natural, análise das riquezas, economia política, entre outros. O propósito de Foucault com essa obra era apontar como diversas teorias obedeciam a determinadas regras e também criavam outras, evidenciando de que maneira formulavam noções e conceitos, como ocorria o funcionamento e circulação no interior da sociedade.

Após a publicação da obra, Foucault foi muito criticado no meio intelectual por não ter habilidade para entender e manusear a escrita sobre tantos conceitos e assuntos da ordem das ciências naturais, social, política, econômica e da linguagem. Em resposta, Foucault dizia que o escopo da obra:

[...] não era descrever Buffon¹² ou Marx, nem reproduzir o que eles disseram ou quiseram dizer: eu buscava simplesmente encontrar as regras através das quais eles formaram um certo número de conceitos ou de contextos teóricos que se podem encontrar em seus textos. (FOUCAULT, 1992, p. 32).

A centralidade da obra estaria por vir quando o autor demonstra que as múltiplas áreas da ciência iniciaram o estudo sobre o ser humano, com maior ênfase, e de modo

¹¹ A maioria da literatura comentada sobre o trabalho teórico de Michel Foucault apresenta a escrita: “poder-saber”. Considerando a publicação cronológica das obras de Foucault: *As Palavras e as Coisas* (1966) que tem o conceito “saber” como principal assunto, e o conceito “poder” discutido com maior relevância em *A ordem do discurso* (1970), *Vigiar e Punir* (1975) e *Microfísica do Poder* (1979). Opta-se pela forma “saber-poder”, a fim de facilitar a leitura e compreensão do leitor com base na de cronologia das obras.

¹² É George Louis Leclerc (1707-1788), Francês, Conde de Buffon. Era matemático, escritor e naturalista. Foucault faz a citação referindo-se aos trabalhos no campo do naturalismo.

diferente ao século XVII¹³, a partir da primeira metade do século XVIII. (ARAÚJO, 2008, p. 108). Em meados de 1750, a intelectualidade científica passou a estudar o homem como objeto de saber.

Os intelectuais da época começaram a compreender que o foco de *As Palavras e as Coisas* não era definir com precisão conceitos teóricos, mas a que regras e procedimentos tais conceitos obedeciam para funcionar no interior de uma sociedade. O alvo de Foucault era demonstrar a partir de que momento o ser humano passou a ser objeto do saber científico e a implicação dessa passagem em sua vida.

Parafraseando Foucault, Araújo (*op.cit.*) afirma que o momento de aparecimento do ser humano para o saber ocorreu:

[...] quando surgem a biologia, que o mostra como organismo vivo, a vida tendo suas próprias condições de evolução; a economia, que o mostra como produtor, cujo trabalho depende do seu modo de produção; e a filologia, que o mostra como falante, tendo a língua suas regras próprias. (ARAÚJO, 2008, p. 111).

A transformação para objeto de estudo: “Significa que o ser humano tem acesso a si por meio de saberes [...] que promovem a impossibilidade do ser humano conhecer quem realmente ele é.” (ARAÚJO, 2008, p. 95). Segundo Santos (2010):

Esses saberes, portadores de sentidos, significam a cultura enquanto atributos de posições concomitantes e discrepantes de significações, subjacentes às posições ocupadas pelos sujeitos. Tais sentidos se configuram em um ordenamento hierárquico de saberes, compondo formas de pensamento que impõem ao sujeito um olhar detido sobre si, para si, per si. (SANTOS, 2010, p. 134).

Nessa dimensão de produção de saberes, o ser humano passa a ser objeto de saber e, com uma grande implicação, é transformado em sujeito.

¹³ ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. P. 106. “O século XVII estava mergulhado na ciência geral da ordem, preocupado em classificar e organizar a multiplicidade dos seres em quadros unificadores. O pensamento saía de si para representar o mundo e retirá-lo do caos. Aquele que representava tudo isso não podia pensar a si mesmo como aquele que pensa, que representa, que sabe que o faz. O sujeito estava ausente da representação.”

Embora as tramas do saber fossem tão fortes dentro da vida dos seres humanos, Foucault rejeitava veementemente as conceituações a respeito dos seres humanos: “Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis.” (FOUCAULT, 1987, p. 20).

O saber foucaultiano, solo da formação do sujeito, não pode ser compreendido pelo leitor, em uma leitura preliminar, como sinônimo de conhecimento. Para esclarecer a suposta equivalência, o conhecimento denota a “construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos [...]” (REVEL, 2005, p. 77).

Castro (2009) destaca que saber pela ótica de Foucault não é uma adição infinita de conteúdo que possui em sua natureza valores morais de verdadeiro ou falso, característica de exato ou inexato, não é um paralelo de coerência ou contraditório, ou ainda, um conjunto de objetos definidos ou indefinidos.

O saber, por fim, não é aquele comumente reconhecido como conhecimento. Este perpassa por aquilo que pode ser julgado e sobre ele pode recair o parecer de verdadeiro ou falso. O saber denominado por Foucault estabelece diferenças, desconsiderando a pretensa equivalência com o conhecimento:

O saber não é uma soma de conhecimentos – pois destes sempre se deve poder dizer se são verdadeiros ou falsos, exatos ou não, aproximativos ou definidos, contraditórios ou coerentes; nenhuma dessas distinções é pertinente para descrever o saber, que é o conjunto dos elementos (objetos, tipos de formulações, conceitos e escolhas teóricas) formadas a partir de uma só e mesma positividade¹⁴, no campo de uma formação discursiva unitária. (FOUCAULT, 2000, p.110).

Essa configuração do saber como uma reunião de elementos interage de forma estreita com outro elemento teórico: o “poder”. “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. [...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre

¹⁴ CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 336. É o termo usado por Foucault para designar a análise discursiva dos saberes. Essa análise não é pautada em determinar a totalidade dos discursos ou a interioridade de um sujeito, nem tampouco consiste em descobrir a origem ou a finalidade discursiva. A intenção da análise discursiva dos saberes é determinar a dispersão, a exterioridade e a acumulação sobre um saber no interior do discurso.

poder.” (FOUCAULT, 1979, p. 80-81). A dinâmica dos pólos saber e poder promove uma relação de interdependência e de produtividade que será posta continuamente no interior dos discursos.

Em sua definição, Foucault determina uma outra maneira de apreensão e analítica do poder, contrariando visões históricas anteriores. O poder do Rei, por exemplo, tinha uma natureza centralizadora, competindo a ele a decisão final sobre assuntos políticos, sociais e econômicos. Detinha também a prerrogativa de decidir sobre a vida ou morte dos súditos que pertenciam ao seu reinado, demonstrando, assim, o grau exorbitante de poder centralizado e de crueldade do Soberano.

O prisma foucaultiano apresenta uma figuração para o poder diferente do poder centralizador do Rei. Segundo Foucault, o poder é organizado em relações dentro do espaço social:

[...] as relações de poder enraízam-se no conjunto da rede social. Isto não significa, contudo, que haja um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina até o menor elemento da sociedade. [...] É certo que o Estado nas sociedades contemporâneas não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – do exercício do poder, mas que, de um certo modo, todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem. Porém, não porque cada um dele derive. Mas, antes, porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder [...]. (FOUCAULT 1995, p. 247, grifo nosso).

A origem do poder de natureza relacional foi iniciada no Estado Moderno, século XVI, e tem como dinâmica “[...] o exercício de poder como um modo de ação sobre a ação dos outros [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 244) ou ainda como um “[...] conjunto de ações que se induzem e se respondem umas as outras [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 240).

Por ser um elemento que está na ação de indivíduos ou grupos, não possui um princípio ou um lugar específico para residir como, anteriormente, se localizava na figura do rei, o poder das sociedades modernas está em constante movimentação, é ininterrupto.

Nesse espaço moderno de poder relacional e ininterrupto, a política partidária brasileira se constrói e intenta exercer poder infinitamente. O Partido da Social

Democracia Brasileira exerce o poder deixando a economia nacional funcionando com o menor número de amarras estatais possíveis. A regulamentação da economia ocorre livremente, pois a lógica do PSDB fundamenta-se na competência individual de cada brasileiro.

A competência de cada brasileiro será responsável pelo suposto sucesso financeiro de quem se esforça e consegue obter resultados eficientes no mercado de trabalho. Assim, o acesso aos bens econômicos, de saúde, cultural e profissional é garantido pela eficiência e esforço, isto é, uma clara visão de que somente quem tem competência pode-se estabelecer e usufruir da vida de maneira integral.

No exercício de poder presidencial frente ao Brasil, entre o período 1995 a 2002, o PSDB priorizou a competência individual e o mercado livre. Tal modelo de administração promoveu uma “ação sobre a ação dos outros”. O PT nesse contexto foucaultiano é “os outros” e decidiu ao tomar a gerência do Brasil de 2003 a 2010 por uma gestão política que iria privilegiar a coletividade.

Nessa relação de força de uns sobre os outros, como um Estado de bem-estar social - praticado na Dinamarca, Finlândia e Suécia - aquele que administra e cuida de todos os interesses da nação brasileira, o Partido dos Trabalhadores agiu no combate à concentração de renda por meio de programas de transferência de renda e elegeu a promoção social: acesso a educação, saúde e aumento do poder aquisitivo, como suas prioridades.

O governo petista respondeu ao exercício de poder de foco elitista do PSDB com o poder direcionado ao combate das desigualdades e injustiças brasileiras, a saber: fome, miséria, saúde precária, analfabetismo e crianças e jovens fora da escola.

Nessa relação de forças que se exercem, se induzem e se respondem, a nação brasileira ganhou mais dignidade, força e poder para exercer com a presença do PT na direção nacional, pois a ascensão social da coletividade foi gigantesca e reconhecida internacionalmente.

A dissolvência do poder rígido em relações de poder, a exemplo das relações de poder partidárias, indica que todos podem exercê-la e “poderia ser definida por uma convivência que garantisse por vezes a autonomia de um em relação ao outro e, por

vezes, uma implicação proveitosa tanto a um quanto ao outro.” (FONSECA, 2003, p. 31).

Ao preferir um poder ininterrupto, dissolvido, sempre em funcionamento e em exercício, Foucault interpreta o poder:

[...] como uma **estratégia**, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes **uma rede de relações** sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas efeito conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.” (FOUCAULT, 1977, p. 29, grifo nosso).

Por ser uma rede de relações, as formas de deslocamento do poder são múltiplas, capilares e percorrem toda sociedade em forma de rede. “Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 10). De forma figurativa, é possível pensar que o poder tem sentido: vertical, horizontal, à esquerda e à direita, ocupa todos os lugares, não está no sujeito, perpassa por ele.

O estudo foucaultiano considera o poder relacional oposto ao do poder sob a tutela do Rei. É pertinente descrever o poder do Rei como um ato totalitário, sempre resguardando para si as melhores oportunidades políticas, sociais, econômicas, passíveis de repressão e tirania, por não serem cumpridas, conforme o interesse do Soberano. “Quando se definem os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição.” (FOUCAULT, 1995, p. 10). O Soberano agia negando e reprimindo os súditos, a fim de permanecer como centralizador e detentor de poder e assegurando a continuidade no trono à linhagem a qual pertence.

Já no Estado Moderno, com o advento da concepção “cidadão”, é possível primeiro agir com medidas de prevenção, não sendo suficientes, será preciso executar as leis, conforme orienta o regime jurídico aprovado e adotado por cada sociedade.

Nessa perspectiva de prevenção adotada pelo Estado Moderno, cumprimento das leis jurídicas e a negação do poder opressor, Foucault redimensiona a ação do poder, descrevendo-o como não violento: “Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido?” (FOUCAULT, 1995, p. 10).

Os efeitos de poder não são violentos ou repressores, pois em sua essência são evidenciados elementos sedutores, prazerosos, um campo de possibilidades para os sujeitos atuarem, é agregador, suave e se permite dizer sim aos sujeitos: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, **produz discurso**.” (FOUCAULT, 1979, p. 10, grifo nosso).

O poder é convidativo, em consonância com Foucault (1995) e é exercido em liberdade, assegurando aos indivíduos e coletividade um enorme campo de possibilidades no qual diversas condutas, reações e comportamentos podem acontecer, produzindo e reproduzindo efeitos de poder.

Existe espaço físico para se locomover livremente como parques, shopping e igrejas, sem restrição, soando a sensação de liberdades. Há oportunidades financeiras maiores para aqueles que atingirem a meta de produtividade posta pela empresa. Ao serem alcançadas, são permitidos a escolha e uso dos melhores colégios ao filho do empregado, hospitais aparelhados pela inovação tecnológica, lazer concretizado com viagens requintadas.

Revel (2005), inferindo sobre o conceito foucaultiano de poder e associando-o a política, afirma que o discurso, mais precisamente o de conotação política, é um lugar de poder e que esse mesmo tipo de discurso político tramou com o saber manifestando verdades. Sobre efeitos de verdade: “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças

a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder.” (FOUCAULT, 1995, p. 10).

Versando ainda sobre a verdade, Foucault (1979) a coloca como um conjunto de preceitos ou convenções adotados por uma sociedade dada:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p. 10).

As sociedades de forma geral, ao longo da história da civilização, instauraram o que é bom e/ou ruim, bem e/ou mal, o que ela pondera como verdade e faz funcionar como uma estabilidade, um ideal de pensamento e comportamento para todos os seres humanos obedecerem.

Em nome da verdade, é possível estabilizar uma ideia e fazê-la circular como algo advindo do soberano ou da luz divina podendo então enganar, corromper, sequestrar, escravizar e matar.

Nessa perspectiva, sendo pertinente triangular saber, poder e verdade: “O que acontece é que, por força de uma necessidade histórica de poder, esses efeitos de verdade são tomados como formas de ação modelares na sociedade.” (SANTOS, 2010, p. 134-135). Os efeitos são tidos como um repertório a ser seguido fielmente pelos sujeitos e esquece-se de que as verdades são apenas construções humanas, foram forjadas para os sujeitos, o que significa que as verdades somente existem em pensamentos.

Santos (2010), prosseguindo com a manifestação das ações modelares, afirma que tais ações influenciam e determinam micropoderes os quais irão superpor à ação dos sujeitos. Sendo assim, e tidas como efeito de verdade, as ações modelares historicizam as ações dos sujeitos em posições reconhecidas e validadas socialmente. Pelo reconhecimento social, a posição receberá a chancela do poder e conseqüentemente produzirá saberes balizadores de praticas sociais.

A investigação fundamentada na tríade saber-poder-verdade, de natureza correlata, é lida por Duarte (2012) na condição de que “Foucault insistirá em que não há verdade fora do poder ou sem o poder, pois toda verdade gera efeitos de poder e todo poder se ampara e se justifica em saberes considerados verdadeiros.” (DUARTE, 2012, p. 45).

O Pronunciamento Presidencial de Posse de Dilma Rousseff não é diferente: a relação mantida entre saber, poder e verdade forma uma tríade percorrendo todo corpo social e encontra na Educação um espaço para funcionar, circular, atuar e produzir discursos mediante trecho pertencente ao Pronunciamento Presidencial que elege o saber educacional como prioridade:

Nas últimas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém, é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio. Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré-escolas. **No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.** (Pronunciamento Presidencial de Posse, 2011, grifo nosso).

Nesse enunciado, além da promessa de ampliação do sistema educacional brasileiro para atender a população, um sujeito contraditório emerge do interior do Pronunciamento Presidencial de Posse quando une a formação educacional de qualidade ao mercado de trabalho, mediante a profissionalização dos alunos do ensino médio.

A educação profissional é caracterizada por uma ênfase no treinamento para fazeres práticos, associados por vezes a algumas disciplinas gerais, mas voltados, sobretudo, às atividades produtivas ou de serviços comandadas por empresas privadas.

Treina-se para uma especialidade laboral, razão pela qual se promove um certo aprofundamento ou especialização de caráter técnicos, em detrimento de uma formação mais geral; é, em outras palavras, a promoção de competências específicas dissociadas de uma formação cultural mais ampla e associada às exigências de um

mercado quase sempre, não apenas competitivo, mas altamente predatório. É desse tipo de mercado que os jovens brasileiros irão participar.

Ressalta-se que este trabalho acadêmico considera a educação profissional preconizada pelo texto presidencial como mais um mecanismo de dominação, embora admita também que o controle mediante a educação poderia ser ainda mais desumano e alienante se fosse a Social Democracia Brasileira a ocupar a Presidência da República.

O PSDB talvez ampliaria a alienação concedendo vagas no ensino profissional somente para aqueles jovens aptos a desenvolver uma competência individual. Uma decisão típica de um governo neoliberal que valoriza intensamente a concorrência entre indivíduos e empresas.

Produzindo uma relação de poder na qual Foucault (1995, p. 244) a descreve como: “conjunto de ações que se induzem e se respondem umas as outras”, o PT respondendo à política neoliberal do PSDB ampliou o número de vagas no ensino técnico como uma forma de popularizar a educação e reduzir a concorrência desumana.

Nota-se que o PT está mais próximo da democracia do que o PSDB, tese da qual este trabalho dissertativo compartilha. Embora a educação profissional seja alienante, obedeça a uma lógica de mercado e veicula um saber controlador.

É um saber sobre o sistema de educação que faz circular na mentalidade dos jovens brasileiros que estão no ensino médio, que é obrigatório obter a mais alta qualificação profissional para exercê-la no mundo do trabalho, caso contrário, não poderão viver em sociedade, nem gozar da cidadania.

Essa exclusão é tão forte que o saber faz funcionar a verdade de que a inserção do jovem em uma determinada empresa seja pré-requisito para participar da vida cultural: cinemas, teatro, acesso a livros; da vida política, da vida digna, da vida cidadã. Embora seja relevante, a realidade social demonstra que a vida plena não passa pela condição obrigatória de trabalho na adolescência. Viver a juventude é exercer a cidadania em sua totalidade, participar da vida cultural e ter acesso aos bens econômicos e de saúde.

Ao contrário da ampliação e qualidade da escola brasileira anunciada no Pronunciamento de Dilma Rousseff, faz funcionar o sujeito contraditório usando um poder não repressivo, não violento, a fim de que os jovens se qualifiquem e ocupem os poucos postos de trabalho oferecidos pelas empresas; porém, a realidade dentro das empresas é dolorosa e angustiante, pois as empresas pagam uma quantia parca, exigem carga horária elevada de trabalho e muito pressionam psicologicamente por ampliação de resultados.

Não se nega que a educação profissional promova o aprimoramento técnico de suma relevância para o jovem, mas também não se pode dirimir sua face ardilosa.

O jovem, antes visto como o agente principal do processo de ensino e aprendizagem, percebe que seu papel social de um ser único, repleto de desejos, vontades e liberdade é subordinado e diminuído diante das novas lógicas de mercado inserida no ambiente escolar.

A busca desenfreada pela produção de uma mercadoria – neste caso, o jovem educando visto como futura mão-de-obra de forma mais rápida, mais barata e mais produtiva, e também submissa, faz com que a escola passe por um verdadeiro processo de alienação.

A formação desse jovem, em tal contexto, não corresponde à ampliação de vagas e melhoras na eficiência do ensino, mas é uma proposta de geração de postos de trabalho, renda e consumo vendidos como um sonho encantado, como a única felicidade a ser alcançada pelo jovem estudante brasileiro.

Sob o estratagema da busca pela qualidade medida em números, o sistema de ensino sofre uma brutal intervenção; a escala obrigatória de horários como mecanismo de controle sobre os alunos; abrir mão da elaboração autônoma de aulas que abordam o conhecimento de forma cidadã, politizada e democrática para adotar conteúdos e normas prontas, construídas por pessoas externas (empresários forçando o governo a formar profissionais e pagar um salário ínfimo) a serem praticados dentro das empresas.

Em outros termos, a escola torna-se uma simples cumpridora de tarefas, “uma tarefeira”; responsável em ensinar um jovem brasileiro a ser uma espécie de máquina,

que tem como papel apenas apertar mais um parafuso, botão ou passar uma mensagem em uma cadeia produtiva, a serviço do sistema econômico vigente.

O Pronunciamento Presidencial faz funcionar um sujeito contraditório, pois incentiva a educação profissional como um bem a ser seguido, entretanto, emerge também um sujeito de uma razão ou lógica instrumental, pois é uma formação a ser exercida para preencher os desejos somente do mundo do trabalho, e escamoteia a educação politizada e a aquisição do conhecimento, com vistas a afinar intelectualmente do adolescente brasileiro.

O maior interessado por essa formação técnica profissional e promovendo uma relação de força contra o governo brasileiro é a classe empresarial que por necessidade e competição capitalista, procura intensamente pela maximização dos lucros financeiros.

O agravante é que o empresariado exerce poder sobre o governo, de modo que, o sistema de ensino se transforme em formador de profissionais e não de alunos cidadãos, cientes de seus deveres e cobradores de direitos; e o jovem brasileiro, em meio a toda essa relação de poder que o atinge diretamente em sua mente e no seu corpo, sequer conhece essas circunstâncias que tramam sua vida, haja vista que o poder age sem produzir alarde ou violência, mas é da ordem do consensual, ou melhor, como se tudo fosse natural, e esconde que essa relação escola profissional e mercado de trabalho é uma produção totalmente artificial, construída e resultante de uma relação de saber-poder que muitas vezes funciona para legitimar verdades e gerar regimes de servidão e escravidão a ser seguidos pelos jovens brasileiros, filhos da classe trabalhadora.

Somente os filhos da classe trabalhadora podem e devem ser identificados com as verdades oriundas e circuladas em tal regime de servidão. A classe com poder aquisitivo elevado reserva aos seus filhos as melhores oportunidades econômicas; nunca é dito aos jovens da classe abastada que é preciso frequentar a educação profissional, pois a eles são reservados pela relação de saber-poder as profissões mais rentáveis financeiramente.

Um agravante é que a educação profissional é quase sempre filiada aos momentos de crise do sistema econômico capitalista que produz discursos incitando a criação de novas propostas, como a educação profissional.

A profissão advinda da escola aparece como forma de dar sobrevida a um sistema econômico e político que não tem condições assegurar o Estado do bem-estar social aos brasileiros (política governamental de promoção da saúde, da educação, do lazer, do emprego praticada em países nórdicos visando benefícios ao indivíduo), antes aprofunda a miséria e a exclusão social das classes trabalhadoras para a sua própria sobrevivência ou quando não, tem-se uma inclusão subordinada dos trabalhadores às empresas.

Diante dessa relação de saber-poder infinita, que consegue tramar a vida de muitos jovens, é vital ancorar-se na voz de Althusser (1985), que anuncia as regras do bom comportamento, ou seja, as conveniências que devem ser preservadas por todo agente da divisão do trabalho, conforme posto que ele esteja destinado a ocupar; as regras de moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela classe dominante, composta por empresários desejantes por mão-de-obra qualificada até o limite de seu interesse.

Um jovem trabalhador possuidor de conhecimento superior ao exigido pelo empresariado pode ser visto como um problema a ser resolvido com demissão, pois o adolescente exigirá maior salário, que será debitado do lucro do empregador, fato que jamais pode acontecer a um empresário.

Assim, saber-poder sobre a educação, em funcionamento e circulação no Pronunciamento de Posse de Dilma Rousseff marca, adestra, fragiliza o sujeito e constrói a alma de um grande número de jovens brasileiros.

Uma alma jovem que recebe do saber-poder uma instrumentalização para responder aos desafios impostos pelos chamados progressos globais de mercado, que têm excluído da vida plural os trabalhadores não qualificados profissionalmente, por conta da formação técnica obrigatória exigida de todos participantes do sistema de produção, serviços e consumo gerenciados pelo sistema econômico capitalista predatório.

A proposta de educação gerenciada pelas necessidades das empresas coloca os adolescentes na condição de reféns da empresa brasileira. A educação deverá ser compreendida, muito mais do que as referências teóricas e da abrangência de conteúdo científicos e profissionais, como forma de desenvolver habilidades de pesquisa, de experimentação e de utilização de ferramentas outorgadas pelas inovações tecnológicas.

A educação formal é de outra maneira, é agente portadora de uma visão de mundo que será capaz de constituir uma formação integral e política desse mesmo mundo. Possibilita ao jovem força para questionar as amarras da educação de princípios alienantes e superação para reinventar caminhos outros sobre o real valor do sistema de ensino.

Entretanto, ao mesmo tempo que se defende neste trabalho dissertativo um sistema educacional de base integral, forte politicamente e capaz de fomentar uma vida plena ao adolescente brasileiro, emergiu em meio às relações sociais da Modernidade, uma nova extensão do funcionamento do poder.

São novos objetivos e ações desse poder, com uma nova roupagem recebem o nome de disciplina e biopoder. Dispostos no texto presidencial, eles tramam em outro campo fundamental a existência humana: a Saúde Pública.

3.4 Disciplina, Biopoder e Sistema de Saúde

Com essa seção, pretende-se analisar a forma como é encarada a questão do Sistema Único de Saúde (SUS) no interior do Pronunciamento Presidencial. Para tanto, será preciso promover uma ilustração dos conceitos teóricos: disciplina e biopoder.

Ilustrar a respeito da disciplina e biopoder exige recapitular a noção de poder do rei exercido nas sociedades antigas. O poder era centralizado na figura do rei e cabia ao soberano legislar sobre os caminhos a serem percorridos pelos súditos. O agravante propiciado por essa centralização do poder permitia ao rei dar fim a vida dos integrantes do reinado, quando desejar ou sentir ameaçado.

Já a disciplina e o biopoder podem ser compreendidos como uma extensão ao conceito de poder vigente dentro do Estado Moderno entre os séculos XVII e XIX,

proposto por Foucault. É uma nova concepção de poder que difere do poder do soberano praticado nas sociedades antigas.

O poder disciplinar, instalado no final do século XVII, é visto como uma tecnologia de poder responsável por individualizar o ser humano por intermédio da inscrição do indivíduo no interior das instituições de ensino e hospitalares.

Essa individualização, em consonância com Revel (2005), caracteriza-se por um certo número de técnicas de coerção que exercem um detalhamento preciso do tempo, do espaço e o movimento dos seres humanos e que atingem diretamente a postura física, expressão e sentimentos dos indivíduos. Para Foucault, a concepção de disciplina:

[...] implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as disciplinas. (FOUCAULT, 1977, p.126).

Foucault (1977) acrescenta que a disciplina é uma articulação política a qual demonstra uma nova concepção de poder que está nascendo no interior do Estado Moderno, podendo ser definida como o controle sobre o corpo dos outros. Disciplinar não é tão somente fazer o que a instituição deseja, mas é operar sobre os seres humanos para que eles ampliem sua força útil e passem a adquirir em suas práticas cotidianas as técnicas de rapidez, eficiência e resultados em conformidade com as regras impostas pela disciplina.

Segundo Milanez (2006), a disciplinaridade passa a funcionar como uma matriz de fundo que, por si só, impõe ao corpo determinados códigos de permissão e de interdição e maneiras muito peculiares de pensar o mundo. Foram as disciplinas que permitiram a substituição da individualidade rara dos memoráveis pela individualidade comum. Uma individualidade em série capaz de praticar sempre as mesmas ações e tirando do cotidiano a estranheza, o diferente, o inusitado, talvez, um pouco da liberdade humana.

O poder disciplinar praticado pelo Estado Moderno é capaz, ainda, de sequestrar o ser humano e remetê-lo ao interior das instituições (saúde e educação), a fim de aumentar a capacidade produtiva e econômica do indivíduo e, inversamente proporcional, reduzir o potencial crítico desse mesmo indivíduo, para ser obediente e adestrado ao poder ininterrupto exercido no interior das instituições disciplinares.

A necessidade de raptos, para inserção dos seres humanos em instituições, foi necessária ao Estado, pois é da ordem do impossível controlar o indivíduo em espaços abertos como: fazendas, áreas e campos, que normalmente gozam de extensão territorial gigantesca.

Para o domínio em áreas abertas foi arquitetada pelo Estado Moderno uma tecnologia de poder intitulado por Foucault como biopoder.

O biopoder é um complemento ao poder disciplinar, que atinge de forma cirúrgica a atitude, gestos e sentimentos dos indivíduos. Enquanto a disciplina funciona como força de confinamento sobre os indivíduos dentro das instituições, exercendo sobre eles o poder, o biopoder atinge e tem como escopo as populações.

Revel (2005) diz que a população é um conjunto de seres vivos e coexistentes que apresentam traços biológicos e patológicos particulares e cuja própria vida é suscetível de ser controlada, a fim de assegurar uma melhor gestão da vida dos seres humanos.

Revel (2005) designa o biopoder como a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, na medida em que elas se tornaram preocupações políticas.

Por conglomerar um número elevado de seres humanos, Foucault (1999) declara que seja pelo efeito da industrialização ou pelo aumento demográfico, as populações se tornaram grandes massas sobre as quais não havia um instrumento de controle eficiente. O biopoder vai suprir essa ineficiência e regulamentar a massa pelo viés

político, biológico e científico não para assegurar a morte - como foi concretizado no poder soberano – mas para resguardar a vida dos indivíduos.

Em outras palavras, a maioria dos saberes vinculados aos pronunciamentos políticos atuais sustenta um governar em nome da vida, do seu cuidado e conservação, de sua qualidade e longevidade, no sentido de uma biopolítica; entretanto, tais dispositivos operam igualmente a partir de uma crescente submissão da vida à administração e ao controle de um biopoder associado e praticado na vida cotidiana pelo Estado.

Tal controle ocorre por meio de mecanismos integrais de tal forma que se consiga obter “[...] os estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação.”(FOUCAULT, 1999, p.295).

E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês veem... (FOUCAULT, 1999, p.294-295).

Um alerta sobre a regulamentação e força do biopoder é evidenciado sobre os grandes emaranhados de pessoas. Ao escolher, na Idade Moderna, pela gestão e regulação da vida, mediante uma política que assume para si os “acidentes, eventualidades, deficiências e controle da população...” (FOUCAULT, 1999). Duarte (2006) acredita que foi possível admitir grandes massacres da vida humana, como o nazismo, a partir desse exorbitante poder de controle populacional.

Esse extermínio ocorre em grande parte pela anuência do Estado Moderno que pretende assumir o controle da vida real e ao mesmo tempo arroga-se o direito de promover um vasto aniquilamento em massa, em nome de uma purificação da raça humana.

Nesse total controle da vida, o Pronunciamento Presidencial de Posse busca espaço para exercer poder em um dos pontos mais sensíveis do ser humano, sua própria saúde.

O texto presidencial, por intermédio da disciplina e biopoder, promove sutilmente o máximo de coerção que um governo possa praticar; o controle da vida balizado pelo gerenciamento do Sistema Único de Saúde (SUS):

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo. Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro. O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos diagnósticos e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde. Vou usar, sim, a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.” (Pronunciamento Presidencial de Posse, 2011).

O Sistema Único de Saúde surge como resultado da grande luta pela democratização da saúde no Brasil, buscando a ampliação da organização popular, a universalização do acesso e o reconhecimento da saúde como direito universal disponível ao ser humano.

O sistema de saúde segue o princípio da universalidade com o qual garante o direito à saúde para todos brasileiros, sem acepção ou discriminação, de acesso aos serviços de saúde oferecidos pelo sistema, Carvalho (2005).

O SUS compreende, para oferecer a universalidade no atendimento, um conjunto organizado e articulado de serviços e ações de saúde existentes nos âmbitos municipal, estadual e nacional. A sua concepção é articular e coordenar ações promocionais salutaras à vida e ações de prevenção, bem como, primar pela reabilitação e consequente cura do paciente.

A integralidade é outro princípio relevante para o SUS. É entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos exigidos para cada paciente, em todos os níveis de complexidade, (MACHADO et al. 2006).

O Pronunciamento de Posse faz emergir, alicerçado nos dois princípios (universalidade e integralidade), o sujeito que irá garantir fielmente e providenciar de maneira integral atendimento de saúde à população brasileira. Contrariamente, funciona um sujeito díspare advindo da disciplina, que exerce um poder sobre os brasileiros atendidos pelo Sistema Único de Saúde.

Antes de iniciar a análise pela disciplina e depois pelo biopoder, faz-se necessário apontar que o SUS poderia ser um campo de controle social ainda maior que o veiculado no texto presidencial, se fosse administrado por um Presidente do PSDB.

Tendo em vista que a Social Democracia Brasileira prioriza a política de Estado mínimo - não intervenção na economia e livre concorrência entre os indivíduos e empresas – a dominação poderia ser agravada, pois para este partido a livre concorrência estimula a competência individual e premia os mais aptos ao sucesso financeiro. E por essa lógica de competição, o partido poderia impor o pagamento de consultas e medicamentos oferecidos pelo SUS.

O PT com sua política de inclusão social ainda não propôs o pagamento de consultas e medicamentos, mas não se esquivou das técnicas de poder.

A técnica do poder disciplinar, por exemplo, recai precisamente sobre os corpos dos brasileiros de maneira muito precisa e capaz de gerar bons resultados de docilização dos corpos aos interesses do Estado.

A atuação da disciplina é figurada no controle do corpo dos cidadãos brasileiros no que tange ao tempo, ao espaço e ao movimento, a fim de conduzi-los ao SUS, como é estimulado pelo Pronunciamento de Posse.

Nesse instante, dentro do espaço físico como salas de enfermaria e consultórios do SUS, pode-se operar sobre sua mente, afirmando que o desejo maior é promover a reabilitação e a cura, quando na verdade é mais um modelo de “docilidade-utilidade”, pacífico para aceitar naturalmente a ingestão de medicamentos; e servil, ao ponto de reservar uma quantia pecuniária para comprar sempre que necessário um novo medicamento.

Nesse contexto, a vida do brasileiro no Pronunciamento de Posse é antes um alvo a ser atingido pelo Estado e pela indústria farmacêutica¹⁵, do que um paciente em processo de restabelecimento da saúde e que por direito tem atendimento médico de forma universal e integral assegurado pela Constituição Brasileira, conforme os princípios do SUS.

¹⁵ Como qualquer empresa, a indústria farmacêutica visou o lucro. Portanto, a regra principal é praticar as normas de mercado: competição, agilidade, eficiência para acumular capital, em meio as normas do mercado, a vida é mais um produto a ser conquistado.

O funcionamento da disciplina, além de afetar a mente, alcança as práticas cotidianas dos brasileiros, ou seja, as ações, que passam assumir a necessidade imperiosa de ingerir medicamentos de forma aleatória ou não, e a desembolsar um alto valor financeiro para consumir o medicamento.

O agravante é que a disciplina produz um controle minucioso do corpo, dominando a mente e ações, determinando quase sempre o que o cidadão brasileiro pensa sobre saúde e suas variantes: vida saudável, sentir-se bem.

A resposta sobre o que é saúde, não é construída pelo cidadão, mas produzida pelo Estado e empresas farmacêuticas. Não tendo o indivíduo uma definição clara ou própria de saúde, governo e farmácias podem supor o ideal de saúde, imaginar uma concepção de bem-estar a ser incutida nos corpos; e por fim descobrir qual será a próxima necessidade patológica (seja estresse, depressão, bulimia, anorexia) e elaborar um remédio mais rápido do que a empresa farmacêutica concorrente; e formar mercados consumidores de “pílulas”.

Um grande mercado de consumidores é tramado e movimenta a circulação de materiais produzidos, a saber: medicamentos, equipamentos, além da indução à serviços e procedimentos médicos e hospitalares. Os rendimentos financeiros, ao comercializar a vida do brasileiro, ganham novos lucros e fortalecem a ótica da vida como um bem a ser vendido e comprado.

Sem violência e silenciosamente é armada uma trama belicosa, na qual o Estado exercita o controle, garante votação em benefício de seu governo por meio do slogan “o governo cuida da sua saúde” e garante mais poder. A indústria de farmaco, por sua vez, usa a disciplina para ampliar seu mercado consumidor de pílulas, equipamentos e serviços hospitalares.

Não satisfeito com o domínio disciplinar preciso dos indivíduos, mentes, gestos e vontades dos corpos por intermédio do SUS, foi pertinente promover a regulamentação da vida por uma outra lógica, uma outra estratégia adotada pelo Pronunciamento de Posse: o biopoder.

Essa tecnologia de poder é uma extensão da disciplina para controlar não o indivíduo, mas as grandes populações. As populações são tidas como grandes

conglomerados de seres vivos a serem administrados em diversos temas: formas de trabalho, sexualidade, mas ressalta-se, neste trabalho acadêmico, a gestão da saúde.

A gestão da saúde é feita pelo biopoder, pois na sociedade moderna tornou-se da ordem do impossível controlar as grandes massas. Não havia um instrumento de controle eficaz para dominar as populações, optou-se então pelo sistema de saúde como forma de alçar padronização e coerção sobre a coletividade.

Desse modo, o sistema de saúde é pilar para todos os governantes da modernidade, pois é um espaço de controle de grandes multidões, ambiente para regulamentar a vida em seu nascimento e conservação, e não somente para cuidar de pessoas doentes, mas uma forma de amortecer revoltas contra o sistema de saúde ineficiente, para evitar manifestações exigindo mais médicos e remédios nos postos de atendimento público.

Os brasileiros pensam que recebem tratamento médico do SUS, porque pagaram seus impostos e por ser um direito previsto em lei e assegurado pelo Estado, mas o objetivo é regular o conglomerado de pessoas, instalar mecanismos de equilíbrio de natalidade e sempre conhecer as mentes dos pacientes, a fim de controlar qualquer desequilíbrio, manter sempre a população, conjunto de seres vivos, em homeóstase.

Foucault (1999) alerta sobre a dinâmica da tecnologia biopoder como um artifício sobre as grandes populações, aglomerado de pessoas, padronizando a sua natureza, encarando-as como seres vivos. O objetivo dessa tecnologia é exercer um contínuo poder, até mesmo um poder científico para fazer viver, dito de outra forma, em uma constante preservação da vida dos seres humanos.

O sujeito díspare revela-se mais ainda, pois o desejo de cuidar da vida de forma universal e integral é apenas um estratagema de poder, com vistas a conservar a vida dos brasileiros, gerenciar, remodelar e modular as capacidades vitais, para fins de promover uma política da vida a serviço do Estado brasileiro.

O biopoder, portanto, modula e controla o modo de vida e do viver da população, desde seus aspectos biológicos aos da produção de verdades. Um modelo de técnica extremamente eficiente, uma vez que ocorre mediante a necessidade de promover a saúde, reabilitar, curar e cuidar da vida.

O Sistema Único de Saúde no Pronunciamento Presidencial de Posse é marcado pela atuação sobre a coletividade, tendo como objeto os modos de vida da população e estabelecendo mecanismos de regulação geral de nascimento e longevidade da vida.

Como o SUS é administrado pela Presidência da República, faz-se funcionar no texto de posse uma ligeira visão de que os brasileiros são dependentes do Estado, são vidas que se mantêm com o apoio maciço do poder estatal e uma salvação contra um acontecimento que é inerente aos seres humanos: a morte.

Propondo pela insistência da conservação da vida, há um exagero, uma “overdose” controladora de comportamentos sobre a existência dos brasileiros. A ideia obcecada pela preservação da vida estimula, opostamente, que não se pode ficar doente, pois a vida não pode ser sucumbida por enfermidades.

A doença não pode acometer nenhum corpo humano, não se pode falecer por enfermidade passível de ser tratada pelo Sistema Único de Saúde, ou o mais absurdo, é como se jamais o brasileiro pudesse morrer.

A vida é compreendida pelo poder estatal em sua continuidade e longevidade, para que a existência possa ser vivida pelo brasileiro. A obcecada ideia de adestrar a coletividade a favor da vida, implica na retirada da naturalidade do falecimento. Negar a morte é destruir a especificidade do falecimento em sua incessante fonte de desprazer, prazer, dor, felicidade, sofrimento, alívio, raiva e alegria que a morte pode provocar.

Emerge, assim, um sujeito contraditório, pois afirma que vai cuidar, dar apoio, ajudar na saúde e ninguém irá morrer nas filas dos hospitais públicos, mas é contraditório porque sugere o controle do saber sobre a saúde balizado pela disciplina, biopoder e pela negação da morte.

A simbiose do poder disciplinar, sobre o indivíduo, e o biopoder, sobre a população, cria uma nova dimensão e um papel outro a ser desempenhado pelo Estado. Pelo biopoder e pela disciplina preconiza-se o sistema de saúde como universal, incentiva-se o uso do SUS afirmando universalidade e integralidade no tratamento, mas é uma de forma desempenhar o roteiro coercitivo sobre a vida e administrar os medos dos brasileiros a partir da ameaça implícita de que a morte será o resultado final caso o tratamento indicado pelo SUS não seja feito.

O Pronunciamento Presidencial de Posse revela traços de um governo disciplinar e de biopoder na tentativa de produzir um homem em série, com parca individualidade, de medos, preconceitos, frágil às intempéries que qualquer ser humano possa passar. Tenta massificar, criar uma moral, verdades comuns, uma moral de rebanho, cria um homem fraco, temeroso à vida, frágil diante da morte e dependente do Estado brasileiro.

Um Estado, que deixa escapar um sujeito contraditório, que controla o ciclo da vida: registra o nascimento, administra a existência dos seres humanos e deseja saber o dia da morte do brasileiro, a fim de contabilizar em gráficos e estatísticas estratégias de coerção social sobre a vida.

O SUS, portanto, funciona como um ambiente de controle social que incita os indivíduos a consumir medicamentos e os doutrina a comprar remédios conforme receituário médico. Além do corpo do indivíduo, a saúde pública mira a conservação e proteção excessiva da vida chegando ao ponto de negar a efemeridade e transitoriedade da vida.

A negação não foi o mesmo tratamento dado ao saber perigoso e conflituoso da existência humana, a sexualidade. Ela foi abordada de maneira uniforme, usual, como se existisse apenas as relações heterossexuais a serem lembradas e agradecidas no texto de posse. Parece que a diversidade sexual não emerge no Pronunciamento Presidencial devido à ordem do tabu explicitada na seção abaixo.

3.5 Funcionamento do Tabu

O uso de termos para referenciar a sociedade brasileira nos Pronunciamentos Presidenciais de Posse varia muito ao longo da história. A história recente dos Pronunciamentos demonstra que os termos são mais gerais ou de semântica masculina. Tende-se, nos textos de posse, a generalizar buscando palavras de teor coletivo ou escolher termos que designam somente a figura do homem, tendendo a valorizar o sexo masculino.

Iniciando de forma cronológica a sucessão Presidencial, o Pronunciamento de Posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, verbalizado em 1956, faz uso dos termos de

teor coletivo “civilização brasileira” e “vontade do povo” para referenciar a sociedade brasileira.

O Presidente João Belchior Marques Goulart, empossado em 1961, utiliza o vocábulo “povo”, seguindo a generalização, bem como seu antecessor Juscelino Kubitschek, para identificar a população brasileira em seu Pronunciamento.

Os Pronunciamentos elaborados no regime militar¹⁶ e verbalizados por Humberto de Alencar Castello Branco, Marechal, em 1964, Ernesto Geisel, General, em 1974, e João Baptista Figueiredo, Marechal, em 1979, seguem utilizando vocábulos semânticos generalizadores, como: “povo brasileiro”, “povo” e “nação”, respectivamente.

Os dois períodos supracitados, eleição direta e militarismo, produziram Pronunciamentos de Posse sempre buscando o coletivo, o geral, sem identificar o gênero masculino ou feminino.

As transformações profundas da pirâmide social brasileira de estudo, emprego e renda exigiram dos presidenciáveis uma alteração no vocabulário que integra os Pronunciamentos de Posse.

Foi possível, em função das transformações, incorporar palavras que não somente contemplam o geral, mas o gênero: homem e mulher; brasileiros e brasileiras; cidadão e cidadã.

No período compreendendo o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1956, até o fim do regime militar, em 1979, na ditadura de João Baptista Figueiredo, a escolha por termos gerais para designar a população brasileira é motivada, à época, pelo machismo, provocando, na prática, a consequente exclusão da figura feminina da vida política brasileira.

Retomando a cronologia de sucessão presidencial¹⁷, embora haja mudança da pirâmide social, Fernando Collor de Melo, em 1990, faz ainda uso somente do termo coletivo “cidadão” e reforça a voz do machismo.

¹⁶ O Pronunciamento de Emílio G. Médici, governante militar em 1970 a 1974, somente é acessado no site da Biblioteca da Presidência da República, mediante senha. O site não explica como obter tal senha. Sugere-se que a motivação do acesso restrito, seja fundamentada nas práticas intensificadas por Médici de exílio, desaparecimento, tortura e execuções de brasileiros que lutavam contra Regime Militar.

¹⁷ Não consta no site da Biblioteca da Presidência da República, o Pronunciamento de Posse de Tancredo Neves. O falecimento precoce do Presidente Tancredo Neves talvez tenha impedido a disponibilização do texto presidencial ao público. Com o falecimento, o Vice-presidente José Sarney, em

O Presidente Itamar Franco, em 1992, diferentemente, inicia a ampliação do vocabulário nos Pronunciamentos e expressa de forma subjaz o cuidado com a questão do gênero, fazendo uso dos vocábulos: “Senhoras e Senhores”, “Moços e Moças”.

O subsequente dirigente da República por duas vezes, em 1995 e 1999, Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato, usou “concidadãos”; no segundo mandato, redimensionou para “brasileiras e brasileiros”, a fim de contemplar os gêneros masculino e feminino.

Dirigente da República Brasileira, também, por duas vezes, 2003 e 2006, Luís Inácio Lula da Silva, selecionou, como forma de atingir homem e mulher, as palavras “cidadão e cidadã” e “brasileiros e brasileiras”, eliminando finalmente, à época, o machismo dos Pronunciamentos Presidenciais.

Nota-se, portanto, que foi permitido, em cada época, designar a sociedade brasileira de forma generalista e, posteriormente, na condição de gênero. Para superar tal transformação, foi preciso ir além do machismo, saltar seus muros de hipocrisia arquitetado pelos homens e descortinar caminhos a serem usufruídos pelas mulheres.

Foucault expressa que para cada momento histórico são permitidas algumas individualidades. Foi possível emergir, aceitar ao longo da história dos Pronunciamentos a efetivação do termo “homem” e “mulher”, sobretudo, isso foi possível à época atual do Pronunciamento de Posse de Dilma Rousseff.

Já no período histórico que emerge o Pronunciamento de Dilma Rousseff, em 2011, a individualidade homoafetiva é interditada, embora gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GLBT) sejam um grande eleitorado, são alvos importantes de comícios, a serem cumpridos nas agendas dos Partidos Políticos, e também recebam apoio declarado dos políticos antes das eleições.

A interdição da individualidade homoafetiva é feita de forma consciente, pois apesar de ser um grande eleitorado, a homoafetividade, no ano de 2011 – ano da leitura do Pronunciamento de Dilma Rousseff, ainda não pode ser declarada expressamente por um residente, sob pena de rejeição de uma grande parte do eleitorado preconceituoso.

1985, assume com o texto de posse integralmente lamentando a perda irreparável de Tancredo Neves, fato esse que não permitiu o uso de expressões gerais ou de gênero.

Pode apenas expressar de forma geral a individualidade homoafetiva por intermédio dos vocábulos “brasileiros e brasileiras”. Talvez por esse uso delimitado de vocábulos seja razoável embrear no conceito de tabu funcionando no Pronunciamento de Posse de Dilma Rousseff.

Segundo Foucault (1970) o funcionamento dos Procedimentos de Interdição que afetam o discurso pode sofrer ou promover uma série de privações. Não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância e, principalmente, não é possível falar de qualquer coisa.

Nesse contexto, o discurso não é somente espaço destinado ao acontecimento de lutas, mas o lugar de poder cobiçado pelos sujeitos. A produção do discurso está submetida a um campo de procedimento capaz de regulamentar o seu funcionamento.

Esse caráter de regulação se faz necessário, pois: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” (FOUCAULT, 1970, p. 10).

O tabu, dentre os procedimentos de interdição que atravessam o discurso, desempenha o papel de restrição a certos comportamentos costumeiros ou tradicionais que, se praticados, recebem forte reprovação moral e social.

Em outras palavras, um discurso que contempla o tabu não pode ser discutido em suas minúcias e muito menos em sua amplitude que lhe é própria, sob pena de julgamento e posterior punição para aqueles que desobedecerem à ordem do tabu presente no discurso.

No Pronunciamento Presidencial, aparecem enunciados tais como: Presidente do Senado, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministros de Estados, Governadores, Representantes da Imprensa e Meus queridos brasileiros e brasileiras, para iniciar o Pronunciamento. Há nesse chamamento um conglomerado de poderes institucionais e poderes de votação para escolha de um Presidente.

Um enunciado relevante é: “Meus queridos brasileiros e brasileiras” e por que não: “Meus queridos brasileiros e brasileiras de qualquer opção sexual” em seu lugar? Haveria um problema para a Presidente? Ocorreria uma severa penalidade à Presidente caso associasse, ao enunciado, uma multiplicidade de orientação sexual existente no Brasil?

Poderia existir outra pergunta: gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais não são contemplados no chamamento “Meus queridos brasileiros e brasileiras”? Sim, pois todos brasileiros votantes e não votantes são contemplados. Este trabalho concorda que todos brasileiros são referenciados nesse vocativo. Desse modo, nota-se que implicitamente a diversidade sexual é aceita e percorre o chamamento, mas expressamente em vocábulos não é possível dizê-la em função do tabu.

Aparentemente não há necessidade de citá-los, haja vista que é um enunciado geral, isto é, almeja atingir todos os brasileiros pertencentes a minorias ou não.

As relações homoafetivas são consideradas como minorias, uma vez que a parcela eleitoral que a compõe não é suficiente para eleger um Presidente da República. Se aqueles que cultuam a homoafetividade fossem a maioria, qual seria o enunciado presente no Pronunciamento Presidencial? Receberia o enunciado um complemento, indicando multiplicidade sexual, já que passaram a ser maioria?

Ou talvez o enunciado somente mudará com a ampliação do poder econômico daqueles pertencentes e favoráveis à diversidade sexual, bem como aconteceu com as mulheres que, logo após subirem na pirâmide social, receberam um vocábulo para designá-las nos textos presidenciais de posse.

Existindo a troca de enunciados por termo indicativo de diversidade sexual, como “homoafetivo”, a Presidente receberia uma série de retaliações, movimentos opositores ao seu governo, perderia algum tipo de apoio daqueles contrários às relações homoafetivas. Se há possibilidade de penalidade, punição, então, é passível configurar-se como da ordem do tabu.

A escolha dos enunciados presentes no Pronunciamento Presidencial não foi aleatória, existe uma estreita relação de omissão consciente e conjecturas desumanas e perigosas práticas de poder para proibir a presença da diversidade sexual. Foucault alerta:

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (FOUCAULT, 1970 p. 9-10).

Essa relação ardilosa entre política e sexualidade promove para as relações sexuais de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais uma significação de estranheza, de diferença, oriunda do desconhecimento, ou um valor mais agressivo, qualificando a homoafetividade como bizarras.

As implicações desse tratamento, da ordem do tabu, asseguram a circulação de discurso (de ordem política) de forma unilateral, e justificado quase sempre pelos saberes retirados (deslocados) das ciências biomédicas ou religiosos que preconizam a normalidade afetiva figurada entre homem e mulher.

Ao serem ditos e distribuídos no interior da sociedade brasileira, os discursos carregam em sua natureza a negação direta das demais relações afetivas, rotulando-as como anormais, insensatas e até mesmo patológicas.

A parcela eleitoral que tem uma orientação sexual diferente da praticada entre casais heterossexuais recebe um tratamento discriminatório, uma vez que somente os enunciados “brasileiros” e “brasileiras” aparecem no Pronunciamento Presidencial, carregados do gênero homem e mulher respectivamente.

Nesse sentido, contribuem para uma normatização sobre quem vota, ou seja, uma regularidade fundamentada entre homem e mulher, eliminando o espaço democrático, bem como a validação dos direitos individuais previstos na Constituição Brasileira.

Cultuar o tabu em relação à homoafetividade é uma forma de negar o debate no seio social, é impedir reflexões capazes de dirimir as desigualdades sexuais, é reforçar comportamentos preconceituosos contra integrantes do GLBT, revelando o discurso como uma trama desumana e temível.

Ao ponderar sobre a produção do discursiva, Foucault diz que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 1970, p. 8-9).

É oportuno afirmar, considerando o controle, seleção, organização e redistribuição do discurso, que este não é construído de forma casual, mas sempre produzindo estratégias, veiculando saber-poder sobre a sexualidade.

A classe política não é ingênua, valoriza o procedimento tabu na circulação discursiva para não sofrer nenhum tipo de retaliação de correligionários ou da sociedade civil.

A configuração do tabu decorre porque não se pode utilizar livremente o enunciado: “Meus queridos brasileiros e brasileiras de qualquer opção sexual”.

Embora o Pronunciamento Presidencial de Posse tente apresentar a paz, a harmonia e a homogeneidade discursiva, carrega, em si, a discriminação contra as relações homoafetivas por meio do tabu.

3.6 Sujeito: Uma Recusa Subjetiva

A noção de sujeito em Michel Foucault é utilizada para delinear como os indivíduos circunscritos pelo ambiente social se tornaram sujeitos. Essa transformação ocorre por intermédio da objetivação e da subjetivação, segundo as quais os seres humanos se tornaram matéria de análise, de estudos comparativos, de classificação e, ao final, receberam um parecer oriundo das relações de saber-poder.

Fonseca (2003) diz que as formas de objetivação e as formas de subjetivação são sempre em relação à constituição do indivíduo, dos seres humanos inseridos e permeados pelas ramificações do poder e suas estratégias e belicosidades de controle.

Detalhadamente, a expressão processos de objetivação denota pensar em aspectos da constituição do indivíduo. Da mesma forma que pensar nos processos de subjetivação também é pensar em aspectos de constituição a que está preso o indivíduo. Em outras palavras, pode-se afirmar que Foucault pretende estudar as formas de constituição do indivíduo moderno.

Foucault (1995) retrata, expressando o conceito sobre o sujeito, que os indivíduos mediante a objetivação se transformaram como tal. Para tanto, elabora três elementos teóricos, a saber: a) “modo de investigação” no qual o indivíduo é instrumento de análise e estudo pela Gramática e Filologia; pela via da Economia, do

sujeito trabalhador e capaz de produzir riquezas; e como um ser vivo que está disponível para ser classificado pelas ciências naturais; b) pela bipolaridade existente na relação entre louco e são, doente e sadio, criminosos e bons meninos, denominada “práticas divisoras”; c) pela via da sexualidade, refletindo como os seres humanos podem intitular-se como portadores de sexualidade.

A subjetivação, por sua vez, está relacionada com a constituição do indivíduo moderno como sujeito preso à sua própria identidade pela consciência de si, pela forma que o indivíduo deseja ser reconhecido por outro indivíduo. Em outras palavras, o indivíduo está imerso em uma identidade, na qual acredita ser, entretanto desconhece que tal identidade é produzida artificialmente pelas relações de saber-poder. É uma identidade falsa, simulada, mas percebida pelo indivíduo como verdadeira quando se olha no espelho.

Os embates e questionamentos contra esses processos de objetivação e subjetivação são ininterruptos, infinitos, lembra Foucault (1979, p. 83): “Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares [...] e a batalha continua.”

As consequências dos processos de objetivação e subjetivação relatadas por Fonseca (2003) incidem diretamente sobre o indivíduo. A primeira produz um indivíduo dócil-e-útil, enquanto a segunda cria o indivíduo preso ao um sujeito determinado que acredita ser.

A constituição dos sujeitos pelo saber-poder apresenta uma enorme relevância para os estudos em Foucault, pois, nesse contexto, percebe-se a negação ao indivíduo do direito de “conhecer-se” quem ele realmente figura, ou reconstruir-se quando achar conveniente. De outra forma, as características físicas, psicológicas e sociais são ditadas pela cultura, família ou Estado e saber-poder associados a ele, implicando na transformação do indivíduo em sujeito.

Foucault (1995) acrescenta um outro caminho para pensar a constituição do sujeito balizada pelas relações de saber-poder. O caminho apontado é a constituição do sujeito circunscrita pelas “racionalidades específicas” e pelas “formas de resistências”.

As duas formas de circunscrição mantêm proximidade ininterrupta com o indivíduo, pois ocorrem socialmente aumentando suas chances de tramar a vida.

A primeira é fundamentada não por uma racionalização geral capaz de explicar, a partir de si mesma, o funcionamento do sujeito ou descrevê-lo por um único viés, mas de estudar o sujeito pela ótica das “racionalidades específicas” que denotam “vários campos, cada um dos quais com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade, etc.” (FOUCAULT, 1995, p. 233).

Nesse caso, há uma multiplicidade de espaços a serem analisados, estudados e compreendidos, nos quais os seres humanos são transformados em algo que não desejavam ou por não ter consciência do controle sofrido, passa a incorporar ações, pensamentos e sentimentos fabricados nesses mesmos espaços tornando-os sujeitos.

Em outras palavras, o indivíduo é capturado em distintos espaços sociais: psicanálise, medicina e política e fornecem aos indivíduos sujeições a serem assimiladas e praticadas em seu cotidiano.

A racionalidade específica é tão perigosa que, a partir de um tipo de racionalidade, uma desumanidade foi admitida. A racionalidade política fez uso das estratégias que lhe são peculiares pelo saber-poder circulado no Estado, e conseguiu promover grandes “patologias do poder”, por exemplo: o Fascismo e o Estalinismo, grandes regimes autoritários do século XX responsáveis por oprimir grandes massas. Tais regimes congregam e podem ser tomados como exemplos de um modelo e prática de saber-poder exorbitante, vivenciados pelos sujeitos na História Moderna.

O outro caminho de constituição do sujeito pode ser planejado mediante as formas de resistência ou intituladas pelos estudos do teórico como lutas antiautoritárias. Segundo Foucault (1995), a resistência cria um sujeito que acredita estar atacando uma instituição de poder, um grupo elitista, uma classe, mas é antes uma forma de saber-poder, é antes, uma luta antiautoritária capturada pelas artimanhas do saber-poder.

As resistências intensificam a relação saber-poder que, por sua vez, funciona como fator de constituição com o intuito de controlar e manter a dependência do sujeito, conforme explicitação das lutas antiautoritárias abordadas por Foucault (1995):

1- Lutas Transversais: que não são delimitadas pelo espaço geográfico e por essa razão podem atingir diversos países com menor ou maior grau, entretanto, não

estão condicionadas a nenhum tipo de modalidade política ou econômica adotados pelos dirigentes governamentais;

2- Lutas que têm como escopo principal a obtenção do saber-poder. A classe médica, por exemplo, é motivo de ataques, especialmente, não pelo acúmulo de bens financeiros que a profissão garante, mas pelo controle descomunal que detém sobre a vida e a morte;

3- Lutas imediatas são criticadas, pois não conseguem atingir o inimigo principal, somente os opositores mais visíveis pela proximidade. Também não têm como objetivo desvelar uma resposta para situações problemáticas iminentes, por exemplo, liberações, revoluções, fim da luta de classe;

4- Lutas que almejam as liberdades individuais e buscam defender e ampliar todos os direitos concernentes a tal causa, contudo, por outro lado, atacam aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo;

5- Lutas em oposição aos efeitos de poder relacionados ao saber, a competência e à qualificação: lutas contra os privilégios do saber. Porém, são também uma oposição ao segredo, à deformação e às representações mistificadoras impostas às pessoas;

6- Por fim, todas essas lutas transcorridas na contemporaneidade giram em torno de uma questão fundamental para Foucault (1995): “quem somos nós?”, impedida de ser feita pelo funcionamento e natureza das lutas.

As próprias lutas “[...] são uma recusa a estas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignoram quem somos individualmente, e também uma recusa de uma investigação científica administrativa que determina quem somos” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Essas seis resistências são aplicadas à vida cotidiana e tem o poder de categorizar o indivíduo e adestrá-lo a uma imagem a ser seguida. Desse modo, as relações de saber-poder podem promover o controle de uma vida, submeter essa mesma vida a uma dependência de reconhecer-se em uma falsa consciência administrada, não pelo próprio indivíduo, mas orquestrada pelas relações de saber-poder.

Embora tais lutas tenham o caráter de antiautoritárias, os seis embates são engolidos pelas artimanhas do saber-poder que é exercido infinitamente para controlar de forma sutil, adestrar sem violência, dominar silenciosamente, conduzir imperceptivelmente as ações dos indivíduos, administrar as populações, produzindo, sobremaneira, sujeitos para que o indivíduo se identifique, o tenha como verdade, e preconize o sujeito como algo natural à sua existência sem o qual jamais poderia viver.

Esse sujeito produziu uma consciência, uma autoconsciência para identificar-se, algo que esse trabalho acadêmico julga ser um simulacro. O indivíduo não é o que ele vê no espelho, mas uma multiplicidade de desejos, vontades, inquietações naturais a qualquer existência humana.

A necessidade de compreender as seis lutas antiautoritárias descritas nos estudos foucaultianos se justifica, pois tais lutas possibilitam a formação do sujeito controlado, dependente a uma falsa consciência, ou inscrito em uma autoconsciência que o sujeito se identifica ou que deseja que os outros indivíduos identifiquem nele (indivíduo).

Como um ponto de partida, Foucault destaca que para conhecer a constituição do sujeito proveniente da equação lutas antiautoritárias e relação de saber-poder é necessário compreender essas mesmas lutas travadas contra o próprio saber-poder, pois permitem compreender o funcionamento dos efeitos do saber-poder.

Talvez a justificativa para tanta ênfase dedicada às lutas antiautoritárias seja porque é capaz de emergir as artimanhas da relação saber-poder, tais como: a capacidade que a lutas possuem de esclarecer a natureza do saber-poder, delimitar sua localização, descortinar seu objetivo central, delinear os métodos e prever a região de aplicação tão perigosa e temível do saber-poder.

Continuando com a natureza das lutas, Foucault (1995) agrupa às lutas três modalidades contra as quais o indivíduo pode deparar-se: i) contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); ii) contra as formas de espoliação responsáveis em separar os indivíduos daquilo que eles produzem; iii) e, por fim, as lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação que submetem o indivíduo aos outros.

As lutas agrupadas e esquadrinhadas em étnica, social, religiosa e espoliação do indivíduo, já que é alienado do objeto criado, são decisivas para engendrar a vida, mas as de caráter subjetivo apontam maior relevância pelos estudos do teórico.

Apesar de os estudos foucaultianos caminharem pelas trilhas das racionalidades específicas, que engendram o sujeito adestrado a partir das multiplicidades de espaços: sexualidade, doença e morte; pelas lutas antiautoritárias, que são consideradas pelo teórico como mais uma forma de poder, pois a resistência produzida contra uma determinada classe elitista é considerada como uma resistência, cujo sujeito reproduz o poder caindo também nas malhas do saber-poder; Foucault designa as lutas subjetivas como as mais importantes, pois é fundamental que o indivíduo desprenda-se, recuse a subjetividade imposta e doutrinadora, por subjetividades outras, recriando novas formas de ação e pensamento.

Nesses termos, as lutas subjetivas recebem deferência nos estudos do teórico e o conduz a expressar claramente seu tema de predileção: “Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa” (Foucault, 1995, p. 232).

Desse modo, Foucault (1995) afirma:

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização¹⁸ que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da **recusa deste tipo de individualidade** que nos foi imposto há vários séculos. (FOUCAULT, 1995, p. 239, grifo nosso).

O Estado, por meio das práticas ligadas a ele, arquitetou uma combinação de forças capazes de modelar o sujeito conforme seus interesses, produzir verdades e negar aos seres humanos (indivíduos) a chance de reconhecer a si mesmos, de

¹⁸ O governo por individuação, ou normalização, é o substituto contemporâneo e ativo do poder pastoral desenvolvido no passado pela Igreja. Mas agora, ele tem novos processos e conhecimentos à sua disposição: relatórios, pesquisas e bancos de informações nos quais estão disponíveis dados cada vez mais pormenorizados sobre a vida das pessoas, levando a um exercício do poder que não é viável sem conhecer o que se passa na cabeça dos indivíduos, sem explorar suas almas, sem convencê-los a revelar seus segredos mais íntimos. O resultado desse processo de controle nada mais é do que o sujeito submetido a normas e padrões de constituição de sua subjetividade, e autoidentificado através de regras previamente perpetradas de conduta ideal. O assujeitamento é o indivíduo condicionado e autocondicionado, é o bom-moço instituído nos padrões individualistas de entender a vida e o mundo, sujeito regido pela moralidade capitalista e seu modo de vida burguês. (BRANCO, 2011, p. 13).

descaminhar, construir e desconstruir sua própria identidade, e em especial, criar uma subjetividade diferente daquela cópia produzida pela educação, saúde e sexualidade presentes em textos presidenciais ligados ao Estado.

Ao propor uma subjetividade adestrante, os Pronunciamentos Presidenciais de Posse são tramados e construídos para controlar, gerar dependência, fomentar supostas verdades aos indivíduos, gerando medo, fragilidade, moral de rebanho com a qual todos devem trilhar e jamais procurar uma outra forma de percepção, nunca mudar as formas de existência e sempre resignar-se diante da desigualdade econômica e social presente na vida.

O Estado e as formas de saber-poder associadas a ele são, portanto, um grande exemplo de práticas desumanas, promovedores de objetivação e um grande gerador de subjetividade. Por mais que o saber-poder não esteja centralizado no Estado ou ainda não seja possível identificá-lo, localizá-lo, manipulá-lo, nomeá-lo, mas que passa pelo Estado e é um dos espaços de exercício, em consonância com Fonseca (2003), o binômio, quando praticado no campo estatal, tem a finalidade de minar a liberdade dos indivíduos e recusar a eles o direito de construir a vida longe do controle subjetivo.

De outra maneira, a vida não se compõe apenas de sistema de ensino; vida, doença e morte em ambiente hospitalar; sexualidade estereotipada em casais heterossexuais como campos que formam a subjetividade, mas por uma invariável proliferação de desejos, de novas relações, formas de sentimentos e outras ilimitadas formas de viver, nas quais o indivíduo possa usar como trampolim ou para encontrar as múltiplas formas de viver sem barreiras subjetivas de identificação ou para que os outros o reconheçam em uma dada subjetividade.

As subjetividades não são somente aquelas ditadas, autorizadas e cumpridas a mando do Estado ou pelas instituições ligadas a ele, com vistas a serem assimiladas e reproduzidas pelas ações feitas no cotidiano. Elas, as subjetividades, são múltiplas, podem e devem ser recriadas infinitamente, a fim de ultrapassar as amarras sociais e estatais.

Ao final, pesquisar sobre as formas pelas quais os seres humanos são transformados em sujeito por intermédio do saber-poder abre espaço para compreender o indivíduo como um ser sedento por atendimento médico, educado pelo

sistema de ensino para ser capaz de se reconhecer profissional e sujeito de algo, para conhecer o indivíduo como sujeito de sexualidade heterossexual.

Nessa abertura de espaço, a reflexão e o questionamento são maneiras de ultrapassar as barreiras da realidade social, a fim de superar as supostas verdades que aprisionam os sujeitos a uma moral de rebanho, construída para dominar.

Nesse tom de questionamento, a ideologia proposta por Michel Pêcheux é uma ferramenta de combate contra o adestramento social e o controle subjetivo, tendo em vista a explanação subsequente.

3.7 Sujeito e Ideologia

Os pressupostos teóricos que norteiam o pensamento de Michel Pêcheux avaliam tanto o sentido e sujeito como resultantes de uma anterioridade discursiva. Essa avaliação denota que esses dois elementos são compostos pelo discurso, descartando-se uma concepção idealista da noção de subjetividade, que aparece como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação.

Pêcheux, influenciado por Louis Althusser, que, por sua vez, alinhava-se ao Marxismo¹⁹, analisa o discurso de maneira inversa a toda filosofia idealista da linguagem tangenciada pela evidência da existência natural do sujeito (como origem ou causa de si) e pela transparência do sentido.

A constituição desses princípios teóricos (sentido e sujeito) decorre da artificialidade manipulatória oriunda da classe dominante que reconhece a oportunidade de permanência e exploração de outras classes. O pensamento pecheutiano alerta que sentido e sujeito são arquitetados concomitantemente por meio da figura da interpelação ideológica.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc.,

¹⁹ É a denominação ao conjunto de pensamento social e filosófico produzido por Karl Marx (1818-1883) com auxílio de Friedrich Engels (1820-1895) sobre mais-valia, ideologia, luta de classes, entre outros. “Marx e Engels formulavam suas ideias a partir da realidade social por eles observada: de um lado, o avanço técnico, o aumento do poder humano sobre a natureza, o enriquecimento e progresso; de outro, e contraditoriamente, a escravidão crescente da classe operária, cada vez mais empobrecida.” (LÚCIA & MARINS, 2003, p. 263).

evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem e que mascaram, assim, sob transparência da linguagem, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

A ideologia produz um emaranhado de evidências e sentidos com os quais o indivíduo se identifica resultando em um tornar-se sujeito. Ele está sempre inserido em uma determinada ideologia, assim, se a ideologia faz dos indivíduos sujeitos, o indivíduo é sempre sujeito dentro do ambiente social em que está inserido.

Quando o indivíduo faz escolhas, a ideologia não age como um ocultamento da realidade, mas constrói um espaço, horizonte social e ideológico de um tempo, de uma dada época.

O teórico francês parte da premissa de Althusser, segundo a qual a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. A visão retrata o ideológico como elemento central de transformação dos indivíduos empíricos e reais em sujeitos de natureza alienados em sua compreensão e reflexão, condenados a seguir e manter o ritmo imposto socialmente.

A constituição do sujeito deve ser entendida, portanto, no centro da ideologia, e formado por ela. Segundo Althusser (1985), não há ideologia senão pelo sujeito e para os sujeitos.

Trazendo essa colocação para o terreno da linguagem, no ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, Pêcheux diz que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeito de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem a ideologia correspondente.

Segundo Pêcheux (1997, p. 160), “o sentido de uma palavra, expressão, proposição não é intrínseco ou mesmo atribuído de forma aleatória, isto é, em uma relação transparente com a literalidade do significante, mas é arrogado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões e proposições são produzidas e reproduzidas.”

Pode-se afirmar que a interpelação ideológica é responsável por produzir a evidência sobre a qual o indivíduo se identifica e passa a ficar identificado com as condições materiais de existência, ou seja, sua vida fica marcada ideologicamente.

Pêcheux aborda em seu estudo um engajamento ao reconhecer e afirmar a luta de classes como um instrumento de injustiça a ser questionado e transformado:

[...] pareceu-me, também, mais justo caracterizar a luta ideológica de classes como um processo de reprodução-transformação das relações de produção existentes, de maneira a inscrever nessa noção a própria marca de contradição de classes²⁰ que a constitui (e continuo, ainda hoje, a manter firmemente esse ponto). (PÊCHEUX, 1997, p. 298).

A ideologia de classe é propagada no meio social em busca de significar a realidade, modos de existência, e dar continuidade à reprodução das condições de produção.

O indivíduo pertencente à classe desprivilegiada socialmente pode evidenciar-se em uma identificação ideológica dominante, sem ter consciência, e estará contribuindo para perpetuação do regime de classe.

Por essa interferência teórica de Pêcheux, é pertinente usar seu conceito de ideologia para pensar a realidade social de forma politizada.

3.8 Michel Pêcheux e Michel Foucault: Um Alinhamento Politizado

O alinhamento entre os dois pensadores permite uma reflexão sobre assuntos que cercam este trabalho dissertativo e tramam a vida: educação profissional, saúde pública, sexualidade permeada por tabus e ascensão da classe média. O propósito desse paralelismo teórico é combater as subjetividades capazes de dominar o indivíduo.

Contudo, promover um encontro teórico entre Michel Pêcheux e Michel Foucault parece ser uma tarefa difícil, pois ocupam bases epistemológicas diferentes.

Talvez seja do campo da impossibilidade unir o sujeito da história ao sujeito do inconsciente; talvez seja incompatível unir, sobretudo, o sujeito da analítica do poder ao sujeito da luta de classes.

²⁰ Pêcheux faz referência à luta de classes, conceito Marxista, sobre o qual o movimento dialético feito por toda a História dos seres humanos é pautada por disputas entre classes. Por exemplo: escravos e senhores; servo e senhor feudal; e proletário e burguês. Nesse contexto de disputa, a História é feita por um motor: a luta de classes.

A adoção feita por Pêcheux pelo sujeito da luta de classes delineia a sociedade dividida em grupos: trabalhadores, de um lado, sendo explorados intensamente por trabalharem de 8 a 10 horas por dia, e em troca, são remunerados infimamente; e de outro, os grandes empresários com exorbitante poder aquisitivo advindo da remuneração não paga ao trabalhador.

Na condição de intelectual engajado, “[...] um militante, um homem de Partido, um filósofo que não separava teoria e política.” (GREGOLIN, 2004, p.113), Pêcheux era certamente um homem que percebia a teoria inseparável da política, capaz de movimentar e promover mudança no regime de classe existente na sociedade.

Filiado a uma proposta teórica de interferência e, sobretudo, política contra a exploração de classes, Pêcheux (1997) contestava também a ideologia que, por meio da linguagem, mascarava o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Percebendo a ideologia de forma diferente, Foucault (1979) a coloca como um conceito restrito e de difícil aplicação por três motivos: i) por estar em oposição a algo tido como verdade. O fato relevante não é a cisão entre a cientificidade e a verdade de um discurso, mas ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior dos discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos; ii) por se referir necessariamente a alguma coisa como o sujeito; iii) e pelo o fato de a ideologia estar em oposição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica e material.

Segundo Araújo (2008), o sujeito marxista influenciador de Althusser, e do qual Pêcheux fez releituras, recebe a influência da ideologia e precisa livrar-se dela para assumir sua condição plena diante da história. As condições políticas e sociais recobrem a “verdadeira realidade”, a da história determinada economicamente.

Por outro lado, Foucault pondera que essas condições não são algo a ser afastado, são condições balizadoras e a partir delas “se formam os sujeitos do conhecimento, e daí as relações de verdade” e os domínios do saber. A verdade provém de certas condições políticas, de certas relações de poder que não são,

portanto, exteriores ao sujeito, mas sim constitutivas²¹ do sujeito do conhecimento.” (ARAÚJO, 2008, p. 119).

Essas duas diferenciações (uma sobre relação de força e a outra sobre verdades constitutivas) afastam ainda mais Foucault do Marxismo e, conseqüentemente, os princípios foucaultianos do posicionamento teórico adotado por Althusser e Pêcheux.

Para Gregolin (2004), os textos, publicados a respeito da analítica do poder de 1976 por Foucault, estabeleceram um novo distanciamento em relação aos conceitos “althusserianos dos aparelhos ideológicos de Estado, ao criticar e dissolver a ideia de centralidade do Poder do Estado.” (GREGOLIN, 2004, p. 117) e mais precisamente a negação da existência da luta de classes como um motor em funcionamento ao longo da história.

Assim sendo, a união teórica do sujeito da luta de classes com o sujeito do poder poderia ser uma relação imiscível, haja vista que a primeira considera uma disputa entre a classe proletária e burguesa e a segunda aponta para uma relação não de estratificação, mas de uns sobre os outros, ou seja, em formato de uma rede de poder que sinaliza para todas as direções, é uma rede que está em todo lugar e exercida por todos.

Poderia se afirmar que eles são complementares, balizados pela premissa de que as relações de poder ocorrem umas sobre as outras, funcionando em um ambiente microfísico; e a luta de classes, funcionando em uma perspectiva macrofísica, porém, não é oportuno, haja vista as inúmeras percepções enviesadas e distorcidas de Foucault sobre o Marxismo, como: “O marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n’água: o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar.” (FOUCAULT, 2007, p. 360). É passível assumir que são correntes teóricas diferentes. Possuem epistemologias distintas, Foucault alicerçado por relações de poder e Pêcheux pela luta de classe.

Ao invés de uni-los, seria pertinente uma forma de alinhá-los, interligá-los, relacionando-os, aninhando-os não por serem semelhantes teoricamente, mas devido à maneira pela qual constroem os pilares epistêmicos de suas teorias. Ou pelo objetivo

²¹ Essa noção de *constitutividade* encontrada em Foucault é uma influência de Friedrich Nietzsche (1844-1900) que afirmava que o bem e o mal não devem ser negados, pois são constitutivos da vida humana.

de pensar as tramas que envolvem o sujeito no e pelo discurso, ou ainda, por terem o desejo de mudança social, com o qual este trabalho dissertativo se identifica.

Essa concatenação teórica, seja arregimentada por *relações de poder* ou *luta de classes*, é colocada no seio social para tentar descrever e interferir no funcionamento da sociedade. É uma forma de apresentar comportamentos, sua natureza, aplicação e, especialmente, estratégias de combate para transformar os pilares injustos da sociedade em um espaço mais equânime, democrático.

Desse modo, é razoável alinhar Foucault e Pêcheux a partir do sujeito do poder e o sujeito da ideologia que se apresentam, pela via do efeito de sentido do discurso, pensadores que buscam a liberdade, na medida em que questionam a subjetividade imposta e valorizam uma sociedade economicamente e socialmente mais justa.

Fomentaram obras que percorrem, atravessam e refletem no discurso uma possibilidade de democratização dos bens econômicos, educacionais, culturais e de saúde a partir da crítica, da vontade de transformação social.

Os dois sujeitos podem ser alinhavados, já que estão presentes e enraizados no ambiente social e, principalmente, porque seus pressupostos teóricos atuam como elementos constitutivos do discurso.

Fundamentado pelo conceito de Autor (ver seção 2.4), que pode ser investido das atribuições propostas por Foucault, tais como: agrupar discursos, estabelecer nós de coerência na contínua e infinita ordem do discurso, este trabalho dissertativo investe-se do conceito de autor para produzir um alinhamento entre o sujeito do poder e o sujeito da ideologia no interior do Pronunciamento de Posse de Dilma Rousseff.

Considerando que os indivíduos, em processo de transformação para sujeitos, são aprisionados pelas relações de poder e pela interpelação ideológica. A natureza desse engaiolamento²² é a negação do direito de reconhecer-se protagonista da própria

²²“[...] para Foucault, os problemas que são levantados aos que fazem política são questões como a de saber se seria mais interessante aumentar o índice de crescimento demográfico, se é melhor apoiar a indústria pesada ou a pequena indústria, se o aumento de consumo pode apresentar numa conjuntura determinada vantagens econômicas ou não. Nesse plano da política, os “homens” não estão preocupados. Ademais, lembra o jovem pensador, a humanidade é uma espécie dotada de um sistema nervoso de tal ordem que lhe é possível, sob certas condições, controlar seu próprio funcionamento. Ora, essa possibilidade de controle induz à crença de que a humanidade deva ter uma finalidade, mas a humanidade, na realidade, não dispõe de nenhuma finalidade; ela funciona; ela controla seu próprio

existência, ou seja, a constituição do sujeito não é feita pelo indivíduo, mas planejada pelas estratégias de poder e pela ideologia astuciosa praticada pelas classes dominantes.

Nesse contexto de transformação do indivíduo, a subjetividade é dada e produzida pelo poder que não mais está centralizado na figura do Estado, mas ramificado em uma multiplicidade de lugares institucionalmente validados pelos indivíduos: família, hospital, escola.

Conhecer a própria existência, circunscrita pelo poder e pela ideologia, exige descortinar as personagens e os papéis dados pelas instituições e classe dominante para serem incorporados e exercidos dentro da sociedade.

Assim, a composição do sujeito foucaultiano e do sujeito pecheutiano empreende um alinhamento politizado, uma vez que se detém sobre as maneiras pelas quais os seres humanos são transformados e tramados em sujeitos; e por questionarem os regimes de verdades e as ideologias.

3.8.1 Saber-poder e Ideologia: Crescimento da Classe Média Brasileira

A “ampliação de renda dos brasileiros” será o centro dessa seção como uma forma de geração de subjetividade. O crescimento do poder aquisitivo nacional faz emergir um sujeito contraditório, já que cria um sujeito consumista.

Diante do consumo de caráter alienante para a vida dos brasileiros, a análise será ancorada nas definições de saber-poder e ideologia de natureza foucaultiana e pecheutiana respectivamente.

O alinhamento entre essas duas posições teóricas é relevante para combater as técnicas de adestramento que recaem sobre a vida dos brasileiros impedindo-os de construir novas formas de subjetividades, possibilitar subjetividades outras capazes não

funcionamento, e faz surgir a todo momento justificativas desse controle. A tese de Foucault, nesse particular, é digna de nota: são eles, os burocratas, que são humanistas. A tecnocracia – não deixa de ser uma interessante provocação – é uma forma de humanismo. Pois são os tecnocratas que imaginam que têm a competência para definir o que é a felicidade dos homens, o que é o bem comum, e o modo de realizá-la. [...] Aí sim, temos a noção verdadeiramente contemporânea de sujeito, entendido como tramado e constituído pela ação do sistema, que sobredetermina o sujeito. Certas consequências são duras: há que deixar de lado a crença de que seria possível transformar o mundo através de um ato de vontade, individual ou coletivo, ainda mais se motivado pela consciência humana.” (BRANCO, 2011, p. 9).

de caminhar pelos estratagemas de consumo, mas de produzir um descaminhar inteligente, percorrer uma trilha distante do saber-poder e da ideologia.

É fundamental descrever as relações de saber-poder e ideologia produzidas no interior do Pronunciamento de Posse de Dilma Rousseff, para que os brasileiros possam compreender as formas de atuação, objetivos, pontos de aplicação, estratégias de reorganização e resultados que os prendem e os submetem a uma vida controlada.

Urge neste trabalho acadêmico, antes de continuar a análise, uma ponderação positiva ao Partido dos Trabalhadores, embora preconize e manifeste controle por intermédio do texto presidencial. O PT implementou políticas de transferência de renda em favor das classes pobres e humildes da sociedade brasileira, enquanto o PSDB priorizou os interesses das classes mais ricas e a não interferência econômica, uma política de Estado mínimo, que recomenda esforço e competência aos cidadãos brasileiros, para que possam conquistar renda.

Por outro lado, com a política de transferência de renda executada pelo PT, foi possível estimular a desconcentração de renda, combater a fome e a miséria que atinge os brasileiros mais pobres, acesso à educação formal, isto é, distribuição de renda com ascensão social. Adotando a promoção social brasileira, o PT se aproxima mais do objetivo desta dissertação do que o PSDB.

Entretanto, o Partido dos Trabalhadores não se aproxima completamente do objetivo desta dissertação, que deseja questionar, descrever, denunciar as malhas do saber-poder, pois usa o tema transferência de renda para dominar e controlar.

Afastando-se das questões democráticas vitais para os brasileiros, o governo federal fez uma política de ampliação do poder aquisitivo para aproximar-se da população e permanecer na Presidência da República, mediante políticas de transferência de renda.

A transferência de renda já é uma política que integra o sistema de governo no Brasil. A crise econômica²³ que afetou os países desenvolvidos entre 2008 e 2009 demonstrou a importância da criação de um mercado interno de consumo ajudando o país a ser pouco afetado.

²³ Crise financeira internacional motivada pela falência de instituições financeiras (bancos) e do mercado imobiliário.

A criação do mercado interno foi um dos fatores que transformou a pirâmide social, milhões de brasileiros galgaram da linha da pobreza para atingir status de classe média²⁴:

Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando **outros milhões a alcançarem a classe média**. (Pronunciamento Presidencial de Posse, 2011, grifo nosso).

O enunciado retirado do Pronunciamento de Posse traz um saber sobre a desconcentração de renda e a ascensão para classe média por milhões de trabalhadores brasileiros. Esses enunciados configuram uma conceituação e um sentido de que a distribuição de renda está sendo realizada no país.

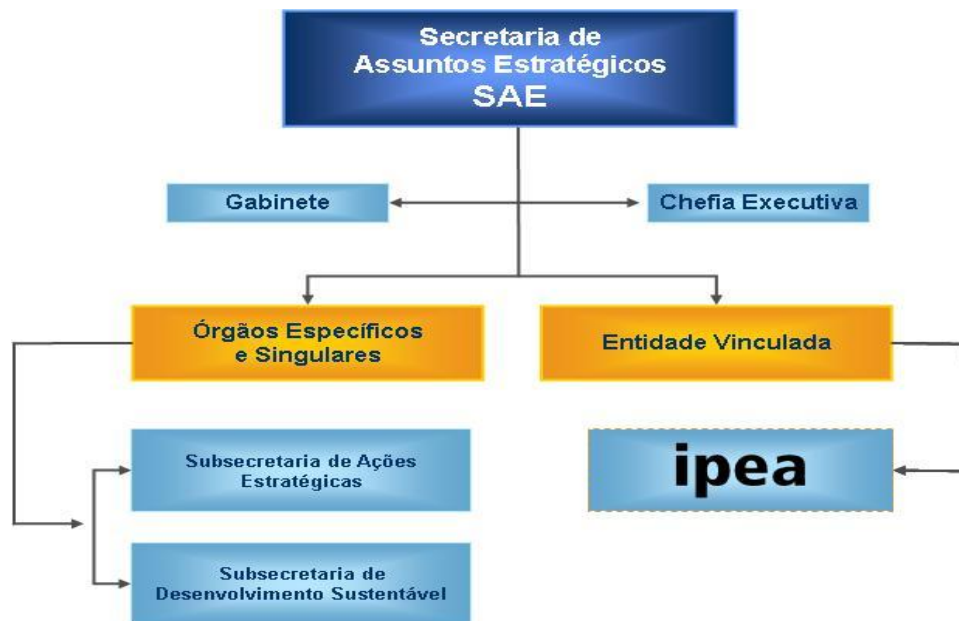
A filiação para o funcionamento desse sentido está pautada nas pesquisas produzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Tais pesquisas sinalizam que:

Entre 2001 e 2011, a renda *per capita* dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 91,2% no período. Ou seja, a do décimo mais pobre cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos. Os ganhos de renda obtidos aumentam paulatinamente, na medida em que caminhamos do topo para a base da distribuição de renda. (IPEA, 2012 p. 6).

O Governo Federal tem o IPEA como um aliado responsável por elaborar estudos eficientes. Institucionalmente, é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

Em consonância ao diagrama abaixo, é possível compreender a proximidade relacional entre Governo e IPEA:

²⁴ Para integrar a classe média, a família deverá ter renda per capita entre R\$ 291,00 e R\$ 1019,00.



Fonte: www.ipea.gov.br

A proximidade expressa no diagrama indica que o IPEA é um micropoder gerador de subjetividade.

Coadunando com o IPEA, o Governo faz funcionar o sentido de que a classe pobre obteve, nos últimos nove anos, uma ascensão econômica. O crescimento do poder aquisitivo permitiu aos trabalhadores de renda baixa e média a inserção no universo do consumo.

A ação de consumir foi a maneira pela qual os trabalhadores brasileiros exerceram poder de “resistência” como resposta ao poder estatal investido sobre os seus corpos.

Foi possível ao brasileiro exercer esse poder de resistência no momento em que adquiriu móveis, eletrodomésticos e carros. O texto presidencial cultua e concorda fielmente com o sentido da transformação social no Brasil. Esse sentido foi reforçado a partir do momento em que foi possível realizar um outro grande sonho de consumo: comprar a casa própria.

O ato de consumir produtos pode ser naturalizado-transformado em uma “luta” promovida pelo brasileiro contra o seu oponente, o Estado, na medida que o excesso de compras forma subjetividade consumista/materialista e, impede uma investigação sobre “quem somos nós?”, ou ainda a estabelecer recusas contra a velha subjetividade

consumista que é tramada sobre os corpos dos brasileiros menos favorecidos. Aqueles que ultrapassaram a linha da pobreza subiram um degrau da pirâmide econômica, e estão a integrar a classe média.

Por mais que o brasileiro pense que está trabalhando e promovendo “lutas” e resistências dia pós dia para obter maior renda, buscando salários maiores, ou conquistando uma ascensão social, o Estado, sutilmente, planeja, associado à microfísica do poder, na figura publicista do IPEA, os avanços econômicos no país.

Essas atitudes sob a orientação estatal, introduzidas no Pronunciamento de Posse estão a serviço das malhas do saber-poder para capturar vidas, estimulam as compras desenfreadas e adestram ao consumo alienante, por consequência, as lutas e resistências feitas pelos brasileiros da classe desprivilegiada se tornam inconsistentes, sem efeito, apenas mais uma luta do cotidiano a ser controlada pelo governo federal.

O Pronunciamento Presidencial de Posse está repleto, portanto, de adestramento e controle da vida dos trabalhadores, que deixaram a classe desprivilegiada e passaram a compor a suposta classe média. O controle é feito a partir da incitação dos anseios de consumo dos trabalhadores brasileiros, mediante a ampliação de renda dos trabalhadores com vistas ao crescimento do consumo aleatório.

À medida que a renda aumenta, maior será o índice de consumo feito pelos trabalhadores ansiosos em adquirir produtos que sempre existiram em seus sonhos. Como é objeto de uma fantasia prazerosa, quase não há hesitação em consumir de forma alienada e não muito salutar para vida dos brasileiros.

No padrão de consumo sadio, uma pessoa adquire um objeto tendo em vista suas reais necessidades e pelo prazer de utilizá-las. Já no consumo alienado, o prazer do uso é muitas vezes substituído pelo poder da posse. Isto é, um grande número de objetos é comprado apenas para ser possuído e não usufruído.

O consumo alienado age como se a felicidade consistisse, apenas, em uma questão de poder sobre os objetos adquiridos: móveis, eletrodomésticos, carros. A compra sem finalidade ignora o prazer obtido com aquilo que gera a paixão de compra.

Desse modo, no consumo aleatório não existe uma relação direta e real entre o brasileiro que trabalhou arduamente, e se imagina como novo integrante de uma

suposta classe média, para adquirir um produto e o verdadeiro prazer de fazer a aquisição do novo objeto.

O brasileiro com poder aquisitivo maior deseja comprar móveis de marca, carros mais modernos e novos. Os brasileiros se esquecem das compras racionais que intentam satisfazer os desejos concretos e não o consumo artificial.

A compra é, portanto, quase sempre motivada pela propaganda da grife ou marca de carro divulgada no horário nobre pela mídia televisa, que atinge um grande número de brasileiros. A aquisição do novo produto é inculcada na mente da população para satisfazer as fantasias e artificialidades do consumo irracional.

A ânsia do consumo perde toda relação com as necessidades reais do trabalhador, o que faz com que as pessoas gastem sempre mais do que tem e passam a ficar endividadas.

Para agravar a situação, o comércio facilita a realização dos desejos propiciando o parcelamento das compras, o uso de cartões de crédito, promovendo liquidações e ofertas de ocasião, instituindo dias dedicados às mães, às crianças e ironicamente criando o dia do trabalhador.

Os centros de compras se transformaram em catedrais de consumo, verdadeiros templos cujo apelo constante ao novo torna tudo descartável e rapidamente obsoleto. Vendem-se objetos, serviços, ideias.

A estimulação artificial das necessidades prova aberrações do consumo, monta-se uma sala completa de som, sem se gostar de música ou gozar de tempo para ouvi-la. A obsolescência dos objetos, rapidamente postos fora de moda, exerce tirania invisível, instigando a compra de televisão, refrigerador ou carro porque o modelo se tornou antiquado ou por uma nova “engenhoca” (novas tecnologias) se mostra indispensável para vida humana.

Isso vai mais além, nos mínimos detalhes de comportamento. Por exemplo, quando se escolhe um refrigerante, nem sempre se bebe com o paladar, bebe-se pela propaganda publicitária, muitas vezes o costume de outras terras, imitando o estereótipo de jovens cheios de vida e alegria.

Seguindo o efeito do aumento da renda e o consumo alienado, o Estado, minuciosamente, consegue administrar os desejos dos brasileiros com base no

consumo. O Pronunciamento de Posse, como um espaço discursivo, é, portanto, usado como mais um estratagema para incentivar o consumismo desenfreado.

Por essa perspectiva, o Pronunciamento faz funcionar um sujeito díspare, pois preconiza a ascensão social e econômica das classes menos favorecidas e, por outro viés, circula o adestramento do comportamento dessa mesma classe para sempre estar apta a consumir produtos desnecessários.

A formação de um sujeito contraditório existente no texto presidencial de posse persiste, além do sujeito díspar produzido pelo saber-poder, tem-se mais um sujeito contraditório pautado pela ideologia.

Pochmann (2012) questiona a real existência do crescimento da classe média divulgada pelo IPEA e citada de forma enfática no Pronunciamento Presidencial sustentado pelos índices econômicos brasileiros.

Ao abordar os supostos avanços econômicos brasileiros, percebe-se o crescimento com restrição, pois são arquitetados em três pontos frágeis economicamente: na formalização do trabalho assalariado; na concentração do emprego em ocupações que pagam até 1,5 salário-mínimo; e no deslocamento da dinâmica da geração de postos de trabalho da indústria para o setor de serviços. Nesse contexto econômico, a ideologia fornece as evidências sobre as quais os brasileiros se sustentam e acreditam que passaram a integrar a classe média, quando na verdade estão presos a enunciados falsos de desenvolvimento.

Pochmann (*op. cit.*) discorda de tais avanços econômicos ao dizer que no primeiro ponto, trabalho assalariado, o empregado ainda recebe uma remuneração ínfima para assegurar alimentação, saúde, educação e lazer de qualidade para vida do trabalhador e para os seus dependentes familiares, mesmo com o crescimento da economia.

O aumento dos empregos de faixa salarial de 1,5 são aqueles que exigem pouca qualificação e que, portanto, têm um alto grau de rotatividade, em outras palavras, nesse segundo ponto, o trabalhador não tem uma estabilidade no emprego, sendo facilmente colocado à disposição pelo empregador, uma vez que o empresário é ciente

de que existe um exército de reserva²⁵ de trabalhadores para ocupar rapidamente o posto de trabalho ora desocupado.

O crescimento de postos de trabalho no setor de serviços é resultado do crescimento do poder de consumo dos brasileiros de baixa renda. Neste terceiro ponto, a grande massa de trabalhadores, motivada pela chance de comprar os mais variados produtos, impulsionou o desenvolvimento do setor, colocando-o o como um dos pilares da economia brasileira, porém o desenvolvimento do setor de serviços não gera um avanço econômico sustentável de médio e longo prazo, somente da ordem do efêmero, pois tem como principal combustível o consumo transitório.

Considerando esses três pontos econômicos brasileiros, Pochmann (2012) constata que:

Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. (POCHMANN, 2012, p. 22).

A dinâmica subjacente ao enunciado, que preconiza o saber do resgate daqueles brasileiros que saíram do estado de miséria e ascensão de outros para classe média, é a dinâmica do aumento do consumo em virtude da ampliação do grupo de trabalhadores que pode adquirir produtos de qualquer natureza: móveis, motos, carros e casa própria.

A tentativa é funcionar um saber que veicula a verdade de que há um crescimento forte da economia e de que a desconcentração de renda está sendo efetivada no país. Contudo, Pochmann descarta a suposta classe média e afirma que: “O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais [...]” (POCHMANN, 2012, p. 48).

Ao citar mudança de classe de pobres para classe média, o Pronunciamento Presidencial admite a existência e faz funcionar sutilmente o sujeito da luta de classes.

²⁵ Conceito de desemprego na economia capitalista desenvolvido por Karl Marx (1818-1883). O conceito diz que para garantir a produção capitalista e acumulação financeira é necessário que uma parte da população esteja permanentemente desempregada. A massa de desempregados é vital para o capitalismo, pois impede que os direitos dos trabalhadores sejam cumpridos, além de estabilizar os salários.

Existe a classe trabalhadora que deseja participar de uma classe média e, para isso, está em confronto com outra classe, a empresarial.

Essas duas classes estão em luta, em alteridade, e a classe trabalhadora disputa pela democratização dos bens alimentícios, culturais e educacionais de alta qualidade. Há confronto de classe, pois a democratização é feita a partir da redistribuição de renda concentrada nas grandes instituições comerciais, estatais, religiosas e financeiras.

O que as mencionadas instituições fizeram, ao longo da história, foram acumular riquezas a partir do trabalho irrisoriamente remunerado do trabalhador, isto é, ao vender sua força de trabalho às instituições, apenas uma quantia ínfima é devolvida para os integrantes da classe trabalhadora.

Nesse ambiente de acúmulo de riquezas atrelado com a falsa ideia do crescimento da classe média, tem-se que o sujeito evidencia uma identificação com a ideologia da classe dominante.

A ideologia produziu uma evidência falseada da verdadeira realidade composta de salários baixos e o aumento do consumo, com as quais o sujeito é constituído e deve se identificar.

Parece que o funcionamento ideológico está atendendo aos interesses da reprodução das condições de produção quando incita os brasileiros a pensar que superaram as barreiras da pobreza e passaram a ocupar um espaço na classe média.

A partir da descrição do funcionamento das relações de saber-poder e do funcionamento da ideologia no texto presidencial, os integrantes da nova classe média poderão compreender a lógica de dominação fundamentada no solo brasileiro. Munidos de conhecimento sobre a natureza da dominação podem aproveitar para elaborar táticas, planos, estratégias, a fim de conquistar as melhores oportunidades econômicas e sociais na trama da vida produzida no Pronunciamento.

Novas oportunidades econômicas denotam melhores salários, redução de custos financeiros domésticos, eliminar o consumo alienado, como formas de ampliar os ganhos financeiros capazes de possibilitar acesso aos bens culturais, tais como: aquisição de livros, ócio criativo, viagens. Aliando bens econômicos e culturais é possível uma vida salutar a qual todo brasileiro tem direito em meio ao Estado democrático.

Por essas razões, o alinhamento entre Foucault e Pêcheux é relevante, pois ambos elaboraram teorias passíveis de formular estratégias para pensar, descortinar a realidade brasileira e descrever o enredo da vida não pela paz harmoniosa, mas pela beligerância que lhe é intrínseca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trama da vida que percorre o Pronunciamento Presidencial indica que ela é objeto de disputa, de batalha e sobre a qual há um intenso controle desde a menor ação do indivíduo, seu tempo, seu espaço para retirar dele maior rapidez e eficiência.

A orquestra da vida é gerenciada sem violência, sem obrigação; o saber-poder é antes um mecanismo que produz a vida, para que ela seja repleta de desejos, sonhos e conquistas, entretanto sua composição controladora sempre acontece gerando subjetividades comuns, iguais e empobrecidas.

Tal trama da vida inicia pelo sistema de ensino, difunde-se socialmente que o ensino médio é um excelente espaço para formação profissional, sem a qual é quase impossível gozar de uma vida plena.

Em outras palavras, a vida em sua totalidade somente poderá ser usufruída se o jovem brasileiro aprender uma profissão, conseguir um emprego e dele retirar uma renda a ser consumida adquirindo bens. Assim, o educando será um jovem digno, cidadão e participativo da vida política brasileira, ou seja, sua vida será valorizada perante o Estado.

Entretanto, a vida em sua totalidade, cidadã, não pode ser apenas conquistada pelo trabalho; o que de fato ocorre é o uso da educação profissional como isca para seduzir jovens a aprender uma profissão e exercê-la em empresas, comércios e indústrias em troca de pequenos salários pagos aos moldes do sistema capitalista.

Nesse contexto capitalista, a relação de saber-poder contínua e exorbitante orquestra a vida dos estudantes do ensino médio a começar pela ênfase dada à educação profissional de qualidade, quando na verdade reforça a divisão do trabalho como forma de controle. Estimula esse tipo de ensino para alimentar a consciência de profissionalismo ao educando, para reabastecer a moral do bom jovem trabalhador que consegue aliar estudo formal e qualificação profissional concomitantemente. É um jogo de formação de mão-de-obra qualificada a exercer atividades contínuas e desgastantes para receber salários irrisórios.

Ao enfatizar uma educação especializada a ser acolhida pelo mercado de trabalho, o jovem brasileiro é estimulado pelo texto presidencial a percorrer o caminho

em direção à formatação da sua individualidade em mão-de-obra; para ser mais um corpo fabricado e manipulável à disposição da classe empresarial.

A profissionalização do jovem brasileiro, aos moldes de um sistema econômico redutor de custos, coloca a educação como mais um campo de alienação da vida aos interesses de mercado.

Pelo viés da saúde pública, a vida também é manipulada dentro dos órgãos de assistência médica. O Sistema Único de Saúde (SUS), regido pela Constituição Federal de 1988, declarou, à época, que a saúde era um direito de todos e dever do Estado, com acesso universal e integral garantidor de uma sociedade justa a partir do atendimento médico democratizado.

No duplo pilar estava colocado, como característica pétrea, a universalidade, como definição “para todos”, e a integralidade denotando “tudo” que fosse possível em termos de tratamento médico; em suma, o SUS garantiria tudo para todos.

Definitivamente, é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo e é reconhecido internacionalmente por ser regido pela universalidade que compreende atendimento sem distinção de raça, credo, cor, gênero, condição social, e ainda, por garantir procedimentos médicos de alta complexidade, atendimento este que muitos planos de saúde privados se recusam a cumprir, mesmo rezando em contrato firmado pela operadora de saúde e o contratante.

Entretanto, o sistema de saúde é usado também como uma tecnologia de poder que tem como princípio administrar a vida dos brasileiros sem qualquer violência grotesca, de forma suave, exercida quase imperceptivelmente sobre o indivíduo (disciplina) e sobre a população (biopoder).

O prolongamento do poder, de disciplinar os indivíduos, para o de regulamentador das grandes populações, intitulado, biopoder, manifestou uma estratégia do Estado e desenha um cenário político brasileiro, no qual não se trata apenas de considerar a domesticação de um corpo qualquer pela disciplina, mas do próprio controle e adestramento de toda uma população, a brasileira, por intermédio de medidas e instruções de saúde.

O resultado é a assunção do adestramento da vida por um tipo de controle biológico característico nas sociedades modernas e em funcionamento no

Pronunciamento Presidencial de Posse. Tanto a disciplina quanto o biopoder continuam no cenário político centrado, principalmente, na domesticação do corpo do brasileiro para atender aos desejos de adestramento promovido pelo Estado, que visualiza o SUS não como atendimento à saúde, mas como um campo aleatório da população de seres vivos, que exige a instalação de políticas de regulamentação.

A política disciplinar e de biopoder preconizada sutilmente pelo texto presidencial e consequentemente canceladas pelo Partido dos Trabalhadores poderia ser mais intensa sobre os corpos dos brasileiros, se o sistema de saúde fosse administrado pela Social Democracia Brasileira.

O PT preserva o financiamento público do SUS, garantindo acesso à população, enquanto o PSDB, pautado pelo Neoliberalismo, redutor dos investimentos sociais, adotaria, talvez, a política de pagamento para obtenção do atendimento hospitalar realizado pelo SUS.

Tal medida provocaria a divisão entre aqueles que não têm atendimento médico de um lado e, do outro aqueles, que podem reservar uma parte pecuniária para ser atendidos, tendo sua saúde garantida. Com essa exigência de pagamento, o poder exercido pelo Estado poderia ser infinitamente maior, pois acentuaria a divisão de classes sociais a partir de um tema: a vida dos brasileiros.

Ao longo deste texto dissertativo, os princípios teóricos relatados demonstram que a vida, muito mais do que um direito, tornou-se objeto de disputas políticas e lutas de saber-poder.

Portanto, um dos traços marcantes da modernidade é justamente a disputa política em torno da vida. O saber-poder atua efetivamente sobre e contra a própria vida produzindo ainda mais saber-poder em forma de: bem estar social, controle individual e coletivo, manutenção das condições básicas de sobrevivência humana e policiamento do campo da sexualidade.

Por outro lado, a vida é também a bandeira de luta dos movimentos contra essa grande força exercida pelo binômio saber-poder – direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação de necessidades, aos prazeres – que, concebendo-a como essência concreta do homem, reivindicam o direito a uma vida outra, diferente dessa vida que é imposta.

A imposição também atingiu a região da sexualidade por intermédio do tabu. Em cada época foi permitido designar a sociedade brasileira de forma generalista e, posteriormente, na condição de gênero, homem e mulher, mas ainda não foi permitido, nos textos presidenciais, de forma aberta e sem tabu, a manifestação de palavras que circulam o sentido de diversidade sexual.

Foucault expressa que para cada momento histórico são permitidas algumas individualidades. Foi possível emergir, aceitar ao longo da história dos Pronunciamentos Presidenciais Brasileiros a efetivação de termos indicadores de gêneros: “homem” e “mulher”, sobretudo, foram incorporados ao Pronunciamento de Posse de Dilma Rousseff no ano de 2011.

Porém, a adoção da diversidade sexual não foi admitida pelo texto presidencial e por essa razão recebeu o tratamento de tabu, apesar do grande número de eleitores que compõe o grupo GLBT, e embora seja alvo importante das campanhas políticas.

A interdição de termos como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais ocorre, pois a sexualidade em nossa época é tratada como tabu, um espaço fechado para discussão e, quando abordado, sempre é passível de retaliação, lutas e embates perigosos.

A escolha pelas palavras “brasileiros” e “brasileiras”, presentes no texto de posse, é efetuada para contemplar toda diversidade sexual, mas em nenhum momento a individualidade homoafetiva pode ser expressa no corpo textual de forma clara e objetiva, para que todos possam reconhecer nas palavras presidenciais o GLBT, pois somente algumas individualidades podem emergir em uma dada época, conforme a trama do tabu.

O tabu sobre sexualidade homoafetiva foi estabelecido no Pronunciamento para conjurar os perigos advindos dos setores sociais que não admitem opção sexual diferente da heterossexual; controlar adversários políticos que não aceitam a união homoafetiva, mas compõem a base de apoio do governo federal; e organizar de forma pacífica a sociedade GLBT, que não se sente representada nos termos “brasileiros” e “brasileiras”. As razões elencadas devem ser atendidas obrigatoriamente pelo texto de posse, para que não haja nenhuma retaliação ao governo no que tange ao campo sexualidade.

O crescimento da classe média, outra forma de fabricar a individualidade, promoveu o incremento vertiginoso da renda dos brasileiros, incentivando o consumo de forma desenfreada.

Com o aumento da renda nacional, o consumo aleatório ficou caracterizado pela aquisição elevada de móveis, eletrodomésticos e carros. O brasileiro adquiriu produtos que sempre existiram em seus desejos e, como eram produtos de seus sonhos, não existiu limite de compra.

Assim, o consumo alienado passou a vigorar intensamente com os brasileiros comprando produtos pela marca, perdendo a sensibilidade de adquirir um novo produto e fazendo compras sem finalidade, apenas para saciar o ato consumista.

O aumento do consumo desenfreado aliado aos pilares de crescimento da classe média brasileira, a saber: formalização do trabalho assalariado, concentração de empregos de até 1,5 salário-mínimo e no deslocamento dos empregos da indústria para o setor de serviços, possibilitam enunciar que a ascensão econômica é uma falácia.

O tripé sustenta apenas uma economia frágil e de curto prazo, fatos que aconteceram na economia brasileira durante o governo petista. Uma economia de base forte, diferente desse tripé inconsistente e alienante, que é necessária para a nação brasileira.

A economia de um país forte da qual a nação brasileira merece é capaz de gerar desenvolvimento econômico pujante, é sustentada por educação formal eficiente para todo o país, infraestrutura e produção de tecnologia avançada.

Por outro lado, o governo escolheu um modo de crescimento arriscado, colocando a nação a pensar que estava ascendendo socialmente e conquistando novos horizontes econômicos; entretanto somente produziu uma alienação social.

Embora o Pronunciamento Presidencial de Posse tenha produzido e circulado um sujeito contraditório com características de manipulação da vida, por meio da falsa ascensão econômica, o Brasil, de fato, ampliou as oportunidades para as classes tradicionalmente excluídas, dentre elas: negros, pobres e analfabetos, a partir da estratégia econômica do Partido dos Trabalhadores, que combinou crescimento econômico e ascensão social.

De maneira ilustrativa, o governo petista promoveu a indução da economia por intermédio das políticas de transferência de renda, em uma visível tentativa de cuidar, controlar e administrar a vida da população brasileira.

Transferências condicionais de renda fornecem dinheiro diretamente aos menos favorecidos, como um contrato social, no qual os beneficiários são orientados a manter as crianças na escola, ou levá-las com regularidade a centros de saúde.

Para a classe menos favorecida, o dinheiro provê uma ajuda de emergência, enquanto as condicionalidades, tais como: incentivar a educação formal dos filhos e levá-los periodicamente ao estabelecimento de saúde consistem no investimento de longo prazo na formação cidadã das crianças brasileiras.

Este trabalho acadêmico denunciou constantemente as malhas manipulatórias veiculadas no texto presidencial até este exato momento, mas este trabalho não pode furtar-se em dizer que a política de transferência de renda foi um novo modelo de gestão da economia brasileira trilhado pelo PT, que proporcionou a inclusão de negros, analfabetos, nordestinos, promovendo o sujeito-trabalhador a participar dos bens econômicos, educacionais, materiais, culturais do Brasil, tendo em vista que conseguem adquirir inúmeros produtos para o bem estar.

De maneira geral, a renda de grupos tradicionalmente excluídos foi a que mais prosperou no período de governo petista. Em particular, a renda de negros, de analfabetos, de crianças, de nordestinos, de moradores do campo foi onde a renda cresceu mais no século XXI.

Essa inclusão social vem acontecendo paulatinamente durante o interstício 2001 a 2011, contrapondo-se a um longo período de dependência econômica do Fundo Monetário Internacional (FMI), período político (1995 a 2002) administrado pelo Partido da Social Democracia Brasileira.

Apesar da ampliação da classe média ser pautada pelo tripé econômico frágil, a política de transferência de renda é um elemento social da economia brasileira que interfere na estrutura de bens e serviços.

A transferência de renda funciona não só para os mais pobres, mas também para organizar uma estrutura de crescimento com inclusão e justiça. Embora seja uma

política de controle das populações, no caso brasileiro, pela via do biopoder, há uma enorme ascensão social no país.

Opostamente à transferência de renda, o PSDB incorporou uma política econômica de subserviência ao FMI, pois parte da riqueza produzida pela classe trabalhadora brasileira era destinada ao pagamento de juros abusivos estabelecidos pelos Dirigentes do Fundo a mando de grandes empresários. Nesse contexto, o próprio brasileiro desacreditava em seu país, forçando-o a pensar que as outras nações sempre eram superiores e mais ricas que o Brasil.

Diante da divisão de renda, o brasileiro não se identifica mais com um país pobre, mas com um Brasil de classe média em plena ascensão econômica, apesar do crescimento questionável por Pochamn (2012).

O brasileiro, comumente, era intimidado pela falsa verdade que preconizava ingleses, estadunidenses, alemães e outras nacionalidades ditas de primeiro mundo como mais inteligentes. Os brasileiros deveriam prestar deferência aos estrangeiros, detentores de um suposto saber.

Entretanto, isso mudou em virtude dos avanços na economia; circula entre os brasileiros a credibilidade internacional conquistada pelo Brasil diante das grandes potências.

A partir dessa mudança econômica, o brasileiro tem orgulho do país e já se reconhece integrante de uma nação tão forte quanto as grandes potências inglesas, estadunidenses e alemãs.

Nesse embate de políticas econômicas, a constituição do Pronunciamento Presidencial de Posse é atravessada por uma exorbitante relação de saber-poder entre PT e PSDB. É uma relação de forças na qual o PSDB optou pela política econômica de livre concorrência e subserviência às instituições estrangeiras, enquanto o PT elegeu o crescimento econômico aliado com a ascensão social dos brasileiros.

O Partido dos Trabalhadores usou a disciplina e o biopoder para administrar a vida dos brasileiros; ao mesmo tempo, fazia resistência contra os ataques do PSDB de cunha neoliberal. Essa resistência do PT combatia o PSDB - elitista e servidor dos interesses internacionais - além de implementar a desconcentração de renda e produzir uma sociedade mais equânime.

Por todos esses embates partidários; pelo sistema de saúde público funcionando como controle social; pelas escolas fomentando educação profissional; pela circulação de tabu sobre diversidade sexual; e pela falsa ascensão econômica para fomentar o consumo alienado têm-se o controle da vida do brasileiro como alvo. O Pronunciamento Presidencial de Posse de Dilma Rousseff congrega e instala esses elementos progressivamente no modo de vida dos indivíduos.

Esses elementos são os grandes responsáveis, orquestrados pelo saber-poder, por incitar sociedades disciplinadas capazes de criar almas e adestrar os corpos dos brasileiros.

As verdades, também, produzidas no texto presidencial a partir da educação, da saúde, da sexualidade e da ampliação da classe média somente existem neste mundo para maquinar modos de vida, a fim de se exercer um controle mais eficiente aos interesses da política brasileira.

Deve ser salientado neste trabalho acadêmico que cada sociedade, ao longo da história da civilização, instaura o que é bom e/ou ruim, bem e/ou mal. O que é ponderado como verdade depende da articulação entre saber e poder e funciona, quase sempre, para exercer o engano, a corrupção, o adestramento, a fabricação da vida.

Essa verdade não existe por si mesma, como pertencente a uma realidade separada do mundo real, nem mesmo independente do homem, mas, muito ao contrário, as verdades são criações humanas.

Pela exorbitante força que o saber-poder produz na sociedade, foi possível a Foucault emitir um enunciado pesado, ao afirmar que para além do modelo de língua pautado em signos, o modelo da beligerância e da batalha seria mais relevante para a Linguagem. Acrescenta que: “A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido” (FOUCAULT, 1979, p. 6).

Nesse tom, a subjetividade, modulada pela relação de saber-poder, que nos é dada pela educação, saúde, sexualidade e aumento do poderio econômico, emergindo e funcionando no Pronunciamento de Posse de Dilma Rousseff, deve ser recusada,

pois comumente ela nos torna mais frágeis, nos distancia da verdadeira existência, que é extremamente belicosa.

A questão, talvez, para combater a beligerância do texto presidencial, seja produzir, criar, inventar outros modos de subjetividade, outros estilos de vida, outros vínculos e laços comunitários, para além das formas de vida empobrecidas e individualistas implantadas pelas modernas técnicas e relações de saber-poder empreendidas na política brasileira.

A vida não se compõe apenas de sistema de ensino, doença e morte, sexualidade e poder aquisitivo como campos que formam a subjetividade, mas por uma invariável proliferação de desejos, de novas relações, formas de sentimentos e outras ilimitadas maneiras de viver, nas quais o indivíduo possa usar como trampolim para ultrapassar as amarras sociais sempre à disposição e conduzidas pela relação saber-poder.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-michel. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. 2ª ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2ª ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.
- BRANCO, Guilherme Castelo. Foucault em três tempos. In: **Revista Mente e Cérebro & Filosofia**. São Paulo: Duetto, 2011. p. 6-13.
- BRANDÃO, Maria Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicados do IPEA – A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Nº 155, Brasília, DF, 2012.
- CARVALHO, G. Saúde: o tudo para todos que sonhamos e o tudo que nos impingem os que lucram com ela. **Saúde em Debate**, v. 29, n. 69, p. 99-104, jan/abr 2005.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DUARTE, André. Foucault no século 21. In: **Revista CULT**. São Paulo, 2012. p. 45-47.
- _____, André. **Heidegger e Foucault, críticos da modernidade: humanismo, técnica e biopolítica**. Trans/form/ação, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 94-114, 2006.
- FIGUEIREDO & VERZOLA, 2012 artigos sobre Pronunciamento de posse
- FONSECA, M. A. **Michel Foucault e constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 9ª ed. Tradução de Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1966/2007.
- _____. **Arqueologia do saber**. 3ª ed. Tradução de Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13ª ed. Tradução de Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003ª.

_____. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France [1975-1976].** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **O que é um autor.** Lisboa: Veja, 1992.

_____. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **Vigiar e Punir.** Tradução Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Sobre a Arqueologia das Ciências. Reposta ao Círculo de Epistemologia.** In: _____. Ditos e Escritos II. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 82-118.

GREGOLIN, M. R.V. **Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria?** In: _____. Análise do Discurso: as materialidades do sentido. São Carlos: Clara Luz, 2003. p. 47-58.

_____. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos.** 1ª ed. São Carlos: Claraluz, 2004.

MACHADO, M. F. A. et al. **Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS – uma revisão conceitual.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232007000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 mar. 2013.

MEYER, M. **A retórica.** Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MINALEZ, N. **As aventuras do corpo dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa.** Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos.** Campinas: Pontes, 2001.

OLIVEIRA, A. S. Z. **Palavra de Presidente: a construção das representações de si e dos outros.**

Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira. Disponível em: <http://dilmanarede.com.br/ondavermelha/blogs-amigos/veja-os-13-compromissos-programaticos-de-dilma-rousseff> . Acesso em: 06 set. 2013.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012.

PRONUNCIAMENTO OFICIAL DE POSSE DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA 2011 disponível em <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional> . Acesso em: 01/04/2012.

RIBEIRO, A. **A privatária Tucana.** São Paulo: Geração, 2012.

REBOUL, O. **Introdução à retórica.** Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Paulo: Claraluz, 2005.

SANTOS, J. B. C. **A Análise do Discurso do Brasil: entre Pêcheux, Foucault e Bakhtin.** In: Paula, L.; Stafuzza, G. (orgs). Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 119-159.

_____. **Uma reflexão metodológica sobre análise de discursos.** In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Org.). Análise do Discurso: unidade e dispendio. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 109-118.

SITES CONSULTADOS:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1787 Acesso em: 09/02/2013

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=21125 Acesso em: 09/02/2013

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1791 Acesso em: 09/02/2013

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149 Acesso em: 04/04/2013

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=1095 Acesso em: 07/08/2013

<http://www.sae.gov.br/site/?p=17351> Acesso em: 17/03/2013

ANEXO

Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante ao Congresso Nacional - Brasília/DF

01/01/2011 às 16h55

Congresso Nacional, Brasília-DF, 1º de janeiro de 2011

Senhor presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney,
Senhores chefes de Estado e de Governo que me honram com as suas presenças,
Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,
Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,
Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso,
Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras,
Senhoras e senhores ministros de Estado,
Senhoras e senhores governadores,
Senhoras e senhores senadores,
Senhoras e senhores deputados federais,
Senhoras e senhores representantes da imprensa,
Meus queridos brasileiros e brasileiras,
Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.
Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes.

Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do país.

A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o Presidente Lula deixa para todos nós.

Sob a sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da nossa história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nesses oito anos: nosso querido vice-presidente José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este grande homem!! E que parceria fizeram o Presidente Lula e o vice-presidente José Alencar pelo Brasil e pelo nosso povo!!

Eu e o vice-presidente, Michel Temer, nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.

Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, liderados pelo Presidente Lula, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em que superamos a nossa dívida externa.

Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar sempre novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda a sociedade, mudar de vida e de patamar.

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo – um país de classe média sólida e empreendedora.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.

Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade, especialmente a estabilidade de preços, e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo da nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade

empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da nossa pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda a nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo, o desenvolvimento e o apoio à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do Nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia, no Norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do Centro-Oeste, à força industrial do Sudeste e à pujança e ao espírito de pioneirismo do Sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população no período do governo do Presidente Lula.

É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovadora, efetiva e integrada dos governos federal, estadual e municipal, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, o que é vontade expressa das famílias e da população brasileira.

Queridos brasileiros e brasileiras,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O conagraamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. É este o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda a nossa sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas de bem.

A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

Isso significa – reitero – manter a estabilidade econômica como valor. Já faz parte, aliás, da nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que essa praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas externas para garantir o equilíbrio das contas externas e bloquear e impedir a vulnerabilidade externa. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um Estado provedor de serviços básicos e de Previdência Social pública.

Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços públicos é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa Minha Casa, Minha Vida manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos Ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Esse princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso desse meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém, é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso dos professores e da sociedade com a educação das crianças e dos jovens.

Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.

Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar, sim, a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis do governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com estados e municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo – quando necessário – a participação decisiva das Forças Armadas.

O êxito dessa experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento dos jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com o uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.

Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do *crack*, que desintegra nossa juventude e infelicitiza as nossas famílias.

O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente, queridas brasileiras e queridos brasileiros, se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente dessa política foi e é a Petrobras, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética e do petróleo.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no pré-sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Queridos e queridas brasileiras e brasileiros,

Muita coisa melhorou no nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.

Recorro a um poeta da minha terra natal. Ele diz: “o que tem de ser, tem muita força, tem uma força enorme”.

Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente também da cultura e do estilo brasileiros – o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e à matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.

O mundo vive em um ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.

Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e para a inovação como instrumento fundamental de produtividade e competitividade do nosso país.

Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico ou no campo do desenvolvimento econômico pura e simplesmente. Ele pressupõe o

avanço social e a valorização da nossa imensa diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação de nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais modernas e sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia a dia da nossa nação.

Queridas e queridos brasileiros e brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio ambiente.

Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

O etanol e as fontes de energias hídricas terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, (incompreensível) a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e de suas imensas florestas.

Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.

Defender o equilíbrio ambiental do Planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia.

Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente.

Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Disse, ao início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo.

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

dos movimentos sociais,

dos que labutam no campo,

dos profissionais liberais,

dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,

dos intelectuais,

dos servidores públicos,

dos empresários,

das mulheres,

dos negros, dos índios, dos jovens,

de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, no semiárido nordestino e em todos os seus rincões, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas, no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.

Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos Poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso país, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo o que disse ao longo da campanha, que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso país e como bandeira sagrada de todos os povos.

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são os elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Eu e meu vice-presidente, Michel Temer, fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e às parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte e do meu governo discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Chegamos ao final deste longo discurso. Queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. Entreguei, como muitos aqui presentes, minha juventude

ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

“O correr da vida” – diz ele – “embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

É com essa coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!

E que tenhamos paz no mundo!